



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**ANA CÍNTIA MOREIRA SALES**

**UM CEARÁ IMAGINADO: O ESPAÇO DE EDIÇÃO DE LIVROS INFANTIS EM  
FORTALEZA**

**FORTALEZA**  
**2019**

ANA CÍNTIA MORERIA SALES

UM CEARÁ IMAGINADO: O ESPAÇO DE EDIÇÃO DE LIVROS INFANTIS EM  
FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Pensamento Social, Imaginário e Religião.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Andréa Borges Leão.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S155c Sales, Ana Cíntia Moreira.

Um Ceará imaginado: o espaço de edição de livros infantis em Fortaleza / Ana Cíntia  
Moreira Sales. – 2019.

113 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.

Orientação: Profa. Dra. Andréa Borges Leão.

1. Sociologia do livro. 2. Livros infantis. 3. Práticas editoriais. I. Título.

CDD 301

---

ANA CÍNTIA MOREIRA SALES

UM CEARÁ IMAGINADO: O ESPAÇO DE EDIÇÃO DE LIVROS INFANTIS EM  
FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Pensamento Social, Imaginário e Religião.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Andréa Borges Leão.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Andréa Borges Leão (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Mariana Mont'Alverne Barreto Lima  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr José de Souza Muniz Júnior  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

FORTALEZA

2019

## AGRADECIMENTOS

A vida nos interpela de muitas maneiras. Ela nos conecta, nos envolve, e a cada dia, mostra algo novo. Lembro de muitas mudanças que ocorreram com uma simples tomada de decisão, como ter decidido cursar Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará. A princípio não era o curso que eu queria, mas ao longo do tempo, foi se tornando um dos meus objetivos construir uma carreira acadêmica. Após terminar o curso, entrei para o mestrado em Sociologia na mesma universidade. Eu sabia que era só o começo. E é só o começo.

Nessa caminhada tive o apoio de muitas pessoas que me inspiram sempre. Sem elas sei que seria tudo mais difícil, e em algum momento, impossível.

Primeiro, agradeço a Deus. Agradeço à minha família, que é a base de tudo. A quem dedico minhas conquistas, a quem mostro com orgulho cada passo que dou, porque sei que eles estão comigo em todas as decisões. Cleidiana Moreira, Cleginaldo Aragão e Ramon Sales, minha mãe, meu pai e meu irmão, agradeço de todo coração por tudo. Espero sempre poder retribuir. Agradeço também à toda minha família por extensão, pelos cuidados e afeto.

Agradeço à Julie, o amor da minha vida que virou estrelinha, que sempre esteve ao meu lado em madrugadas de escritas e estudos; à Jenny, minha querida que sempre tem amor para dar, a qualquer hora; e à Maju, minha parceirinha que também está sempre disposta a oferecer amor e carinho.

Agradeço ao Iago Borges, cujo apoio foi tão importante, estando presente durante os momentos mais difíceis de escrita, escutando e aprendendo sobre sociologia. Agradeço também à sua família.

Às minhas amigas e amigos que estiveram comigo nessa jornada: Ana Letícia Raulino, Airama Alves, Beatriz Estevão, Clemente Maciel, Deborah Cristina, Ellen Belém, Gabrielle Félix, Herisson Rodrigues, Iohanna Caminha, Jefferson Fernandes, Jéssica Amorim, Jonael Pontes, Juliana Araújo, Letícia Silveira (entre viagens, conversas e debates teóricos que me ajudaram tanto!), Lanna Marina, Mariana Leal, Melissa Carmem, Natália Raulino, Paulo Rodrigo, Raquel Procópio, Roberto Guedes, Talita Brasil, Vanessa Saboia, Yuri Dourado, meus colegas do mestrado e do GECCA. Obrigada!

À professora Andréa Borges Leão, que me mostrou no segundo semestre da graduação o mundo incrível da Sociologia da Literatura, do Livro e da Leitura,

agradeço por todos esses anos de orientação, suporte e incentivo. Agradeço à professora Mariana Barreto, que também me acompanha desde o começo, cujas contribuições, apoio e incentivo foram essenciais ao longo do caminho. Ao José Muniz, agradeço pelas colaborações e auxílio que foram muito importantes para a escrita desta dissertação. Vocês me inspiram de diversas formas.

Aos interlocutores desta pesquisa que disponibilizaram tempo e ajuda: Arlene Holanda, Almir Mota, Júlia Barros e Raymundo Netto, muito obrigada! Espero poder colaborar de alguma forma com o trabalho feito por vocês e tantos outros.

Por fim, agradeço ao Departamento de Ciências Sociais (professores, secretárias, auxiliares, guardas, ao pessoal da limpeza e todos os outros que ajudam a compor o departamento), ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, à Universidade Federal do Ceará e ao CNPq, cuja bolsa foi essencial durante o mestrado. Espero que possamos seguir juntos na luta por uma universidade pública, de qualidade e livre do fascismo, do desmonte e do autoritarismo.

## RESUMO

Nesta pesquisa de dissertação procurou-se entender a construção de um espaço para a literatura infantil através da publicação e circulação de livros na cidade de Fortaleza que abordavam um Ceará imaginado. Para isso, delimitou-se como objeto desta investigação as práticas editoriais de agentes e instituições que atuam e auxiliam a constituir esse espaço de edição. Como ponto de partida, foram escolhidas as editoras Edições Demócrito Rocha (EDR) e a Editora Dummar (ED), vinculadas simbólica e comercialmente ao Grupo de Comunicação O Povo, importante meio jornalístico em Fortaleza. A hipótese que permeia este trabalho é a de que a singularidade do espaço é atingida através da heteronomia, uma vez que não são encontradas, a princípio, as características que identificam um campo aos moldes da teoria bourdieusiana. Em vista disto, percebe-se a atuação do Estado nas questões simbólicas e econômicas, em que sua influência parte desde os temas que remetem a cultura popular, a tradição, o patrimônio, entre outros (o que confere um aspecto de criação e incentivo à uma cultura local e uma nacional) até a compra de livros e liberação de verbas para editais. Para a análise dos dados coletados é utilizada uma metodologia de cunho qualitativo com o apoio de dados quantitativos. Dispondo dessa perspectiva metodológica como norte, são utilizadas como ferramentas de análise as obras infantis com temas da cultura popular e da cearensidade, os catálogos, documentos, arquivos e reportagens disponíveis na internet, bem como a ida a campo em feiras literárias e, principalmente, a realização de entrevistas semi-estruturadas com os interlocutores da pesquisa (editores, escritores, produtores culturais, etc.) afim de reconstituir suas trajetórias para análise de seus *habitus* e práticas dentro do espaço cultural que se desenvolve na cidade. Por fim, compreende-se que o espaço construído se assemelha a um subcampo, submisso a um campo do poder dominado pelo Estado (governos municipais, estaduais e federal), sofrendo influência também do campo econômico. Este sistema identifica também a promoção da cultura local enquanto forma de “juntar as partes” de uma nação ao formar uma cultura nacional, diferenciando-se de uma cultura global através da tradição. O espaço de edição de livros infantis na cidade é visto então, como um subcampo de produção dependente e periférica.

**Palavras-chave:** Sociologia do livro; livros infantis; práticas editoriais.

## RESUMEN

Esta investigación de disertación busca comprender la construcción de un espacio para la literatura infantil a través de la publicación y circulación de libros en la ciudad de Fortaleza que se dirigieron a un Ceará en imaginación. Para esto, el objeto de esta investigación se encuentra en el análisis de las prácticas editoriales de los agentes e instituciones que actúan y ayudan a constituir este espacio de edición. Como punto de partida, fueron elidas las editoriales Edições Demócrito Rocha (EDR) y Editora Dummar (ED), vinculadas simbólicamente y comercialmente al Grupo de Comunicação O Povo, un importante medio periodístico en Fortaleza. La hipótesis que impregna este trabajo es que la singularidad del espacio se logra a través de la heteronomía, ya que no se encuentran las características que identifican un campo similar a la teoría de Bourdieu. En vista de esto, es posible percibir el papel del Estado en cuestiones simbólicas y económicas, en las cuales su influencia parte de los temas que se refieren a la cultura popular, la tradición, el patrimonio, entre otros (lo que da un aspecto de creación e incentivo para una cultura local y nacional) para la compra de libros y la liberación de fondos para avisos públicos. Para el análisis de los datos se utiliza una metodología cualitativa con el apoyo de datos cuantitativos. Utilizando esta perspectiva metodológica como norte, son herramientas de análisis las obras infantiles con temas de cultura popular y de la "cearensidade", catálogos, documentos, archivos e informes disponibles en Internet, así como las excursiones a ferias literarias y, principalmente, la realización de entrevistas semiestructuradas con los interlocutores de esta investigación (editores, escritores, productores culturales, etc.) para reconstruir sus trayectorias y así, colaborar con el análisis de sus *habitus* y prácticas dentro del espacio cultural que se desarrolla en la ciudad. Finalmente, se entiende que el espacio construido se asemeja a un subcampo, sumiso a un campo de poder dominado por el Estado (gobiernos municipales, estatales y federales), también influenciado por el campo económico. Este sistema también identifica la promoción de la cultura local como una forma de "unir las partes" de una nación en una cultura nacional, diferenciándose de una cultura global a través de la tradición. El espacio para editar libros infantiles en la ciudad es visto como un subcampo de producción dependiente y periférica.

**Palabras-clave:** Sociología del libro; libros infantiles; prácticas editoriales.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Explicação do desenvolvimento de um espaço social global que abarca os campos do poder e o econômico, dentre diversos outros, e associa o subcampo da edição no Ceará ao interior do campo do poder.....	85
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do Faturamento Real – Vendas ao Mercado .....	78
Gráfico 2 – Exemplares vendidos – Mercado e Governo (obras didáticas) .....	79
Gráfico 3 – Exemplares vendidos – Mercado e Governo (obras gerais) .....	79
Gráfico 4 – Faturamento em porcentagem de maio (setor livreiro) .....	80

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRELIVROS – Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares  
APRECE - Associação dos Municípios do Estado do Ceará  
BNCC – Base Nacional Comum Curricular  
CBL – Câmara Brasileira do Livro  
CCL – Câmara Cearense do Livro  
ED – Editora Dummar  
EDR – Edições Demócrito Rocha  
FDR – Fundação Demócrito Rocha  
FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas  
FLI – Feira do Livro Infantil  
FNLIJ – Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
MEC – Ministério da Educação  
PAIC – Programa de Alfabetização na Idade Certa  
PAIC MAIS – Programa de Aprendizagem na Idade Certa  
PLANDECE - Plano de Desenvolvimento do Estado do Ceará  
PNBE – Programa Nacional de Bibliotecas Escolares  
PNC's – Parâmetros Curriculares Nacionais  
PNLD – Plano Nacional do Livro e Material Didático  
PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura  
SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Ceará  
SEDUC – Secretaria de Educação do Estado do Ceará  
SNEL – Sindicato Nacional de Editores de Livros  
UANE - Universidade Aberta do Nordeste  
UECE – Universidade Estadual do Ceará  
UFC – Universidade Federal do Ceará  
UNDIME/CE – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Ceará  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNIFOR – Universidade de Fortaleza  
URCA – Universidade Regional do Cariri  
UVA – Universidade Estadual do Vale do Acaraú

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2</b>	<b>O ESPAÇO DO LIVRO INFANTIL</b> .....	17
2.1	Experiências brasileiras: edição, comércio e livros para crianças .....	17
2.2	Notas sobre a literatura infantil no Ceará .....	28
2.3	As funções do livro infantil .....	31
2.4	Visitando o Ceará imaginado.....	39
<b>3</b>	<b>O ESPAÇO DO LIVRO EM FORTALEZA</b> .....	43
3.1	Práticas editoriais: Edições Demócrito Rocha e Editora Dummar .....	43
3.2	O Estado: cultura popular, cearensidade e políticas públicas .....	54
3.3	Mercado editorial: esboço de uma cartografia do espaço .....	69
<b>4</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO PARA A LITERATURA INFANTIL</b> .....	82
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	94
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	96
	<b>ANEXO A – PROGRAMAÇÃO DA EDIÇÕES DEMÓCRITO ROCHA/EDITORA DUMMAR NA 12º BIENAL</b> .....	102
	<b>ANEXO B – CAPAS DOS LIVROS</b> .....	104
	<b>ANEXO C – FOTO DA LIVRARIA DUMMAR</b> .....	105
	<b>APÊNDICE A – MAPA – CAMINHOS DA PESQUISA</b> .....	106
	<b>APÊNDICE B – FOTOS DO STAND DA EDIÇÕES DEMÓCRITO ROCHA/EDITORA DUMMAR NA 12º BIENAL</b> .....	113

## 1 INTRODUÇÃO

A sociologia do livro e da leitura tem seu princípio no estudo das relações sociais que se configuram em torno dos livros enquanto suportes de investimentos e estratégias editoriais, como também de escrita dos textos e das apropriações que são feitas deles (LEÃO, 2012). O desenvolvimento de uma publicação impressa é uma relação de negociações entre sujeitos mediadores que carregam consigo interesses específicos. Considera-se que o livro passa por mediações e transformações ao longo de sua existência, pois, uma vez difundido, transforma-se todos os dias segundo o estado de um campo de concorrências, de circulação e recepção. Propagar, e mais ainda, manter um livro visível, acarreta uma longa série de ações, saberes e poderes (SORÁ, 2010).

Nesta perspectiva, esta investigação parte da construção de um espaço social movido pelas práticas dos agentes, como uma relação recíproca onde um move e é movido pelo outro. A proposta deste trabalho de dissertação tem por objetivo observar uma rede de relações entre agentes e instituições específicas que constroem o espaço de edição de livros infantis em Fortaleza, delimitando-se como recorte empírico a análise das práticas editoriais das Edições Demócrito Rocha (EDR) e a Editora Dummar (ED) – a primeira, editora sem fins lucrativos da Fundação Demócrito Rocha (FDR); e a segunda, editora comercial<sup>1</sup> do Grupo de Comunicação O Povo<sup>2</sup>, cuja instituição jornalística é uma das mais antigas do Ceará<sup>3</sup>.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa é de cunho majoritariamente qualitativo com o apoio de dados quantitativos. Dentre as ferramentas de análise estão os catálogos das editoras, em formato digital; cinco livros publicados pelas Edições Demócrito Rocha e Editora Dummar, encontrados em bibliotecas ou online, (*É pra ler ou pra comer?*, *A batalha de Jericoacoara*, *Patativa do Assaré*, *o poeta passarinho*, *Rachel: o mundo por escrito* e *A Princesa Encantada de Jericoacoara*), a construção de um mapa da pesquisa através da plataforma Google Maps, além de documentos, arquivos e reportagens disponíveis em bibliotecas,

---

<sup>1</sup> Fundada em 1928 pelo político e intelectual Demócrito Rocha. É um grupo empresarial gerido pela mesma família do fundador. Disponível em: <http://fdr.org.br/democrito-rocha/>. Acesso em: 02/08/2017.

<sup>2</sup> O Grupo administra um aglomerado de mídias, sites, TV e rádios, sendo o principal o Jornal O Povo.

<sup>3</sup> Dessa maneira, possuem meios de publicidade e influência que acarretam uma maior divulgação de seus livros, coleções, catálogos e eventos literários ou culturais, de maneira geral.

acervos ou mesmo online. É importante ressaltar que a escolha das cinco obras é justificada pela abordagem de aspectos da cultura popular cearense (literatura, patrimônio, personalidades locais, lendas e tradição) relevantes para o começo de uma estruturação do espaço editorial de livros infantis no Estado, que se vinculou a uma demanda escolar para sua produção. A princípio, seria uma busca pela regionalidade, mas ao analisar os editais de compras governamentais e os parâmetros curriculares, foi visto que os temas eram voltados a uma cultura popular. Com isso, o objetivo dos agentes seria tanto de atender a demanda do Estado e das escolas através de parâmetros curriculares, como de contribuir para a legitimação da cultura local frente à nacional.

Observa-se também a necessidade de dar relevância ao contexto que envolve o ponto de vista dos interlocutores e que condicionou as trajetórias e ações deles dentro do espaço – a partir das possibilidades investigativas. A proposta metodológica somou-se então à reconstituição das trajetórias e investigação das práticas dos agentes responsáveis pela produção e circulação dos livros e que configuram um espaço de práticas editoriais em Fortaleza (escritores, ilustradores, editores e livreiros) por meio de entrevistas semi-estruturadas. Porém, as posições, disposições e ações dentro do espaço social são se resumem apenas às trajetórias, mas as modalidades de incorporação dos saberes, vínculos, a percepção do jogo e do espaço inseridos (MARTÍNEZ, 2013, p. 2).

Surge assim na pesquisa duas escalas de observação, sendo uma nacional e outra local. As escalas refletem o fluxo das práticas dos agentes e instituições, a cultura popular e seu envolvimento com as noções de identidade cearense e identidade nacional, bem como o conceito de espaço. Esta delimitação é motivada pela ideia de que as relações entre os produtos culturais e os espaços sociais são construídas de maneiras diferentes em cada caso, onde o conjunto das práticas, estratégias, *habitus*, e tudo o que constitui o sistema simbólico do mundo social, produz distintos sentidos a cada espaço.

O discurso de promover a cultura e formar leitores é notado ao longo do período de investigação, o que denota uma estratégia de posicionamento no espaço. A formação de novos leitores, enquanto um dos principais objetivos que conduzem as práticas editoriais em Fortaleza, no entanto, segue uma demanda escolar de produção de livros, didáticos ou literários. O folclore, as lendas, os personagens e paisagens

que remetem ao sertão e ao mar, estão na base de uma construção de uma literatura enraizada pelo que é pensado coletivamente como a cultura cearense. Esta demanda escolar compromete a autonomia do campo literário, o que nos faz observar também ao longo da pesquisa a dependência na produção de livros e a formação de leitores que, ao início, denota uma incipiência no campo.

Outros pontos surgem ao longo das idas ao campo, como a pouca especialização do espaço editorial e a atuação do Estado, uma vez que sem o apoio dos governos federais, estaduais e municipais, se torna inviável a criação de feiras literárias, de crescimento do mercado e, conseqüentemente, uma futura “autonomização” dos agentes e das instituições em relação a outros mercados. Isto reflete na procura em entender os discursos construídos publicamente pelas editoras e suas práticas de constituição de um mercado editorial. No entanto, o objetivo desta pesquisa não é entender se existe ou não um mercado editorial, mas observar as características do campo de análise e compreender a constituição de um espaço de produção e circulação de livros infantis na cidade.

É a partir de tais ideias que a hipótese desta dissertação é construída, pois supõe-se que o espaço de edição de livros infantis em Fortaleza possui sua singularidade constituída pela heteronomia, uma vez que, *à priori*, não se destaca enquanto um campo autônomo (aos moldes da teoria bourdiesiana) em relação às outras regiões já consagradas pela produção e distribuição de obras literárias, como São Paulo e Rio de Janeiro. A justificativa encontra-se na dependência em relação a outros campos – como o de poder, o econômico, etc. –, a reivindicação por maior apoio estatal, as poucas vendas do setor livreiro e as múltiplas funções encaradas pelos editores, que se desdobram como escritores, ilustradores, entre outros, e o autodidatismo em alguns casos. A análise das configurações dos espaços, dos agentes e instituições auxiliam no entendimento de posicionamentos e práticas construídas ao longo dos anos no espaço editorial em Fortaleza.

No primeiro capítulo, procura-se observar o espaço do livro infantil. Começando pelas primeiras experiências no comércio, produção e circulação das obras no Brasil e seu desenvolvimento ao longo dos anos, passando pelas funções dos livros infantis e o Ceará imaginado através de uma representação coletiva, além de possuir notas sobre a literatura infantil produzida no estado. O segundo capítulo tem por objetivo entender as práticas editoriais do campo de pesquisa, a Edições

Demócrito Rocha e a Editora Dummar, bem como a influência da cultura popular e da cearensidade nas políticas públicas feitas pelo Estado, em escala local e nacional. É também realizado um esboço de uma cartografia do mercado editorial da cidade, compreendendo as trajetórias, práticas e estratégias dos agentes.

No terceiro e último capítulo apreende-se o espaço em que se constitui a edição de livros infantis em Fortaleza, observando a formação de uma identidade nacional a partir da soma de diversas culturas locais. Estas, por sua vez, procuram uma legitimidade frente às outras culturas. As práticas dos agentes e instituições analisados nesta pesquisa denotam a criação de um subcampo submisso ao campo do poder, em que são encontrados dentro do espaço social global (nacional). Por fim, entende-se que o espaço se constitui em uma posição periférica e de produção dependente.



## **2 O ESPAÇO DO LIVRO INFANTIL.**

O desenrolar da história brasileira aponta para o florescimento (ainda que passemos por períodos longos de seca) de sementes plantadas há muito tempo atrás. Pensar o hoje é também pensar o ontem. E para isto, busca-se neste capítulo refletir sobre a experiência brasileira no que se refere aos primeiros passos do comércio livreiro de literatura para crianças. Os recursos eram poucos, as tecnologias escassas, porém, o levantamento das trajetórias e ações de agentes no campo cultural brasileiro nos guia através de um método de compreensão das práticas que levam, e levaram, à produção e circulação de livros infantis no país. Procura-se também entender quais as funções atribuídas às obras para crianças.

### **2.1 As experiências brasileiras: edição, comércio e livros para crianças.**

Os livros infantis, literários e didáticos, chegaram ao Brasil principalmente por intermédio de Portugal em meados do século XVIII e XIX, em obras originais e traduzidas que predominavam nas terras lusitanas, começando pelas escolas. Em virtude dos profundos laços de identidade que nos ligavam a Portugal, a oportunidade dos livros entrarem no Brasil estava aberta simultaneamente à criação de uma literatura escolar original que era iniciada pelos brasileiros, além da tradução de clássicos da literatura infantil de diversos outros lugares (ARROYO, 2011). A literatura infantil dessa época ainda não se distinguia da pedagogia, sendo a maioria dos livros para crianças produzidos para ensinar os bons modos aos pequenos leitores. Ao final do século XIX e início do século XX, a literatura escolar já evidenciava a influência da literatura traduzida e adaptada, escrita em sua maioria por autores portugueses. Os escritores brasileiros se inspiravam ou tentavam reproduzir o conteúdo dos livros lançados pelas editoras lusitanas<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> É importante que não se confunda o livro literário com o livro didático (ARROYO, 2011), uma vez que cada um possui suas características, significações e valores próprios. Enquanto o primeiro é observado como uma produção em que a linguagem permite uma incorporação menos racional e mais lúdica do texto, isto é, trabalha com a estética; o segundo é pragmático, baseado em textos informativos e ficção, e tenta transformar a narrativa artística em um objeto de utilidade imediata, como afirmam Souza e Santos (2004).

O mercado de traduções cresceu cada vez mais no Brasil como uma reação à importação, utilizando-se do trabalho de tradutores nacionais (apesar de serem mal pagos e não receberem o crédito pela atividade) para promover uma literatura nacional. Nesse cenário destaca-se a Livraria Garnier, um expoente no mercado livreiro transnacional, principalmente pela sua importância na formação cultural brasileira. A livraria publicou diversos originais e traduções feitas por escritores como Machado de Assis e Rachel de Queiroz.

Inúmeros fatores ajudam a explicar o sucesso de Garnier. O país continuava a gozar de prosperidade e de estabilidade política (apesar do terrível trauma da Guerra do Paraguai). O público leitor estava-se expandindo com o grande desenvolvimento da economia brasileira depois de 1850. O público leitor de romances, em particular, estava aumentando e era no campo da ficção, tanto nacional como estrangeira, que Garnier dominava o mercado (HALLEWELL, 2012, p. 235).

No Ceará, a partir de 1960, começou um processo de crescimento urbano e demográfico de Fortaleza. Em 1963, a população da capital da província era de aproximadamente de 16 mil habitantes, aumentando para 40 mil na década de 1890. A expansão, que se visualizava também em outras capitais no período, auxiliou em transformações econômicas e sociais que surtiram efeitos na difusão da leitura na cidade. Os navios a vapor, as estradas de ferro e o telégrafo interligavam as províncias e países, facilitando o diálogo e o comércio (SILVA, 2001, p. 20).

A modernização e o progresso vigente buscavam por uma estruturação também das ruas, dos meios de comunicação, da higienização, e do aperfeiçoamento da qualidade de vida dos moradores, e isto refletiu na instrução. A segunda metade do século XIX é marcada por um período de efervescência cultural, reunindo os letrados e intelectuais em agremiações, revistas, jornais, gabinetes e escolas populares, isto é, espaços privados e públicos, como o Liceu do Ceará, a Biblioteca Pública Provincial e a Escola Normal, que ajudaram a abrir caminhos para a circulação de leitura, em que discutia-se filosofia, literatura, ciência, história, etc. (SILVA, 2001, p. 23).

Outros lugares os quais se formavam grupos leitores, eram a Livraria Oliveira, a Libro-Papelaria Gualter, a Praça do Ferreira e o Café Java. Formados principalmente pela elite intelectual, os grupos literários eram aliados do poder local e de associações mais amplas como a Academia Francesa (1873), envolvendo debates políticos, religiosos e literários. No entanto, foi a Padaria Espiritual com seu jornal *O*

*Pão* (1892-1898), que obteve relevância dentre os outros grupos (MARQUES, 2018). Formado por “proletários intelectuais”, seu objetivo era mostrar a graça, a inventividade e a ousadia do povo cearense, sem a face da Seca que o resto do país tinha em mente.

O curioso é que foi em torno da “cultura popular” que se identificaram as bases das atividades literárias do Ceará. Na poesia, Juvenal Galeno foi a representação máxima desse período. Sua poesia participou ativamente do debate público e galgou espaços em diversas camadas sociais, apoiando-se em formas híbridas que se amoldavam indistintamente ao gosto popular e da pequena elite que se formava (MARQUES, 2018, p. 62).

O livreiro também possuía um papel importante ao formar uma rede de sociabilidade com políticos, literatos e comerciantes que abriam caminhos para sua circulação em diversos espaços (SILVA, 2001, p. 58). Porém, o aumento das atividades portuárias e comerciais que interligava o Nordeste ao Pará e ao Rio de Janeiro por meio dos navios a vapor do Cruzeiro do Sul, Ipojuca e Pirapam foi o estímulo necessário para auxiliar o “surto literário” que começou a ocorrer na época. Os navios que chegavam e partiam de Liverpool, Lisboa, Belém e São Luiz traziam brinquedos, instrumentos musicais, manteiga, queijo, livros e revistas, cujo público leitor restrito esperava pelas assinaturas. Os livros vindos de Maranhão, Recife, Lisboa e Rio de Janeiro abasteciam diversas estantes de livreiros através desse fluxo (MARQUES, 2018, p. 31).

Os leitores do jornal Cearense, por exemplo, encontravam diversos livros na lista de recém-chegados da Livraria Oliveira. Entre os títulos, estavam *Os Sermões*, de Padre Antônio Vieira, os romances de Enrique Perez Escrich, *A história de Napoleão Bonaparte* e *Manual da higiene na infância*, e as obras de Madame Segúr. Localizada na Praça do Ferreira, a Livraria Oliveira possuía, em 1870, um acervo de 1.530 títulos e 12.106 livros – 809 títulos e 3.620 exemplares pertenciam à livraria, porém, 721 títulos e 8.486 exemplares eram obras negociadas por consignação com editores, livreiros e autores. Essa oferta literária era resultado dos contatos do Sr. Joaquim José de Oliveira, dono da livraria, com agentes de distribuição local, nacional e internacional (SILVA, 2001, p. 84).

Os livros consignados, inclusive, denotam parte de uma rede de distribuição de livros no século XIX. No Nordeste, o Maranhão se destacava pelo padrão técnico e estético nacionalmente reconhecido. Um de seus principais editores

era José Maria Corrêa de Frias, contato da Livraria Oliveira no estado – assim como Recife, que também se evidenciava como um espaço de produção (SILVA, 2001). Editores e livreiros estrangeiros faziam parte dessa rede. Estabelecimentos como de Lailhacar & Cia, que possuía uma livraria em Recife e sócio na França, as livrarias Garnier, Laemmert e Fauchon Dupont, fixos no Rio de Janeiro, conectavam os editores de firmas de origem francesa (ou descendentes). A presença dos livreiros estrangeiros no país auxiliava o escoamento de obras e representava, para algumas livrarias, um meio de adquirir edições produzidas no exterior.

O acervo da Livraria Oliveira contava com *As aventuras de Telêmaco*, de Fenelon, e *As Fábulas de La Fontaine*, de Jean de La Fontaine, que entre 1808 e 1821 eram os títulos mais pedidos pelos leitores brasileiros - livros didáticos franceses, os quais eram requeridos aos órgãos de censura de Portugal para a aquisição. Em 1870 o gosto dos leitores de Fortaleza era, em partes, representado por esses tipos de leituras (SILVA, 2001, p. 90).

Hallewell (2012) elucida, inclusive, que os primeiros livros didáticos brasileiros foram publicados pela Impressão Régia, porém, não bastava o mercado ser pequeno, os métodos de ensino nas escolas eram também primitivos e dispensavam o uso de livros, o que não refletiu benefício para as editoras nacionais. Isto pode ser explicado pelo interesse quase que exclusivo do governo durante as três primeiras décadas do século XVIII<sup>5</sup>, uma vez que o ensino secundário era mais constituído por classes independentes do que por escolas regulares, e o ensino primário era pouco desenvolvido (HALLEWELL, 2012, p. 242). Baptiste Garnier foi o primeiro editor a investir nos livros escolares e, assim, assumir um grande risco comercial. Joaquim Manuel de Macedo, Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho e Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro foram três dos principais autores responsáveis na escrita dos livros encomendados por Garnier. Algumas obras publicadas foram *Elementos de Grammatica Portuguesa* (1880) e *Selecta dos Authores Modernos* (1881), ambos de Pereira de Carvalho.

Mas é apenas no final da década de 1880 que a qualidade da educação básica melhorou o suficiente nas províncias mais ricas para que fosse possível criar um mercado de livros elementares. Como nos informa Hallewell (2012), os livros

---

<sup>5</sup> Alguns dos resultados foram a Academia Militar do Rio de Janeiro, as faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e em Salvador e as faculdades de Direito de Olinda e São Paulo (HALLEWELL, 2012, p. 242).

didáticos formam uma linha de vendas segura, “além de proporcionar ao editor nacional uma vantagem sobre os competidores estrangeiros, cujos produtos jamais podem adaptar-se tão bem às condições ou aos currículos locais” (HALLEWELL, 2012, p. 2012). No entanto, para que isso acontecesse foi preciso mudanças que começaram aproximadamente no último ano do Império. Primeiro, houve a consciência do atraso educacional e a prosperidade do comércio cafeeiro que permitiram o acesso a recursos no centro e no sul do Brasil. Segundo, com o advento da República (que seguia o modelo estadunidense) procurou-se adotar um sistema de ensino público como o norte americano. “Simplesmente em termos de crescimento, os números [...] são impressionantes, porém, mais importantes para o mercado de livros didáticos foram os grandes progressos nos métodos educacionais” (HALLEWELL, 2012, p. 315).

É na transição entre Império e República que coincide o aumento de certa preocupação em assegurar à infância uma leitura que estivesse de acordo com a idade e a capacidade de compreensão da criança (ARROYO, 2011). Houve a criação de muitos projetos que visavam proporcionar às crianças a leitura de livros escritos por brasileiros. Carlos Jansen, professor do Colégio Pedro II, foi um dos pioneiros na formação de uma literatura infantil no Brasil por traduzir diversas obras consideradas clássicas – consequência da noção de que o país era deficiente na área.

No primeiro período republicano, o mercado de livros infantis obteve um grande impulso. Pedro da Silva Quaresma, livreiro responsável pela Livraria Quaresma, iniciou no Rio de Janeiro uma atividade de nacionalização do livro infantil, encomendando a Figueiredo Pimentel a tradução e adaptação de contos populares europeus. Figueiredo Pimentel buscou em obras lusitanas e francesas contos infantis para adaptar à linguagem brasileira. Traduziu Perrault, Grimm e outros autores, escolhendo o título de *Contos de fadas*, em 1896. Foram publicados também os *Contos da Carochinha* (1894), *História da Avozinha* e *Histórias da Baratinha* (1896). “Em alguns livros infantis, a liberdade proporcionada pela invenção ficcional encontrava maior eficácia pedagógica para os leitores do que, por exemplo, as lições dos tratados de ciências e línguas” (LEÃO, 2012, p. 19). A Livraria Quaresma se destaca, dentre outras realizações, pela criação da coleção Biblioteca Infantil aos moldes populares brasileiros.

Independentemente dos princípios formais que os pudessem unificar, os livros infantis continham histórias de fácil memorização, com estruturas narrativas descontínuas, enredos e personagens repetidos. Não faltavam as lições de moral. Saltam aos olhos as estratégias de simplificação dos textos. Os leitores visados eram aqueles capazes de decifrar sequências breves, versos conhecidos, monólogos e comédias de fácil execução, a maioria dispensando cenários e figurinos (LEÃO, 2012, p. 19).

A nacionalização dos livros infantis foi realizada para que houvesse uma simplificação da estrutura narrativa das obras, e dessa maneira, se tornassem mais acessíveis ao público ainda em formação no país. Os escritores adultos e o público infantil implantavam então uma República das Letras inspirada nos moldes europeus em um país onde muitos eram analfabetos (LEÃO, 2012). O resultado é a difusão de condutas e modelos culturais que foi além do universo das letras, onde o nome “Quaresma” perdurou até a década de 1960 e se manteve concentrado na publicação de livros baratos de apelo popular (HALLEWELL, 2012, p. 305).

Ainda nas primeiras décadas do século XX, em Minas Gerais, a professora Alexina de Magalhães Pinto publica o livro *Os nossos brinquedos* com o objetivo de reintegrar o grande público infantil brasileiro à temática da cultura miscigenada entre os portugueses, indígenas e africanos. Para Arroyo (2011) é uma obra fundamental no quadro preliminar da história da literatura infantil brasileira, pois foi reservada às crianças e procurou revalorizar os temas da formação cultural do país. A mineira foi uma das responsáveis pela indicação de uma Biblioteca Infantil para as crianças brasileiras em 1917.

A Weiszflog Irmãos, fabricante de papel, publica em 1915 *O Patinho Feio*, de Hans Christian Andersen<sup>6</sup>, o que fez surgir a Editora Melhoramentos. Seguindo essa linha editorial, a empresa obtém numeroso destaque no decorrer dos anos e publica mais de cem títulos. Em sua coleção foram reunidas histórias clássicas da literatura infantil os quais em alguns anos se tornou a mais popular entre as obras destinadas às crianças e “a única em extensão e seleção de leitura” (ARROYO, 2011, p. 263). A literatura infanto-juvenil e os livros didáticos se tornaram a atividade editorial base da editora. Arnaldo de Oliveira Barreto, primeiro gerente da Weiszflog Irmãos, foi o responsável por reunir a Coleção Biblioteca Infantil. Manuel Bergtröm Lourenço

---

<sup>6</sup> Os livros de Andersen foram traduzidos primeiramente para o português graças às ligações do autor com Portugal (HALLEWELL, 2012, p. 373).

Filho, também esteve envolvido no começo da atividade empresarial da Melhoramentos cujas publicações foram de suma importância para a educação.

[...] A partir de 1922, como diretor do ensino no Ceará, do que resultaram *Escola Nova* (1915) e *Introdução ao Estudo da Escola Nova* (1929), inspiraram toda uma geração de reformadores educacionais em todo o Brasil. Além do cargo de consultor editorial em que a Melhoramentos fez questão de mantê-lo por muitos anos, a partir de 1927 organizou a “Biblioteca de Educação” para a editora. A partir de 1926, fez também a revisão sistemática de todos os livros infantis da casa, num esforço para ampliar a faixa etária de cada título, mediante a simplificação do vocabulário e a eliminação de quaisquer passagens que pudessem provocar “sentimentos de medo ou de terror” (HALLEWELL, 2012, p. 374).

Em 1916 Monteiro Lobato começa a se preocupar com a literatura infantil realizada no Brasil, acreditando ser insuficiente. O escritor surgiu como um “divisor de águas que separa o Brasil de ontem e o Brasil de hoje”, de acordo com Coelho (1991). No período de confronto entre a tradicional forma literária da época (Romantismo e Realismo) e o moderno (em que crescia o Modernismo de 1922), Monteiro Lobato inicia, segundo a crítica especializada, o que se formou como “verdadeiro espaço da literatura infantil brasileira” (COELHO, 1991, pág. 239). Coube ao autor a tarefa de romper com antigas convenções, difundir novas ideias e formas à literatura infantil no país. Lobato buscou a brasilidade e o nacional para suas obras, incorporando o real ao maravilhoso, desenvolvendo um espaço aberto para a crítica e a ruptura com a lógica tradicional que “pedagogizava” as obras destinadas ao público infantil. O escritor deu impulso ao incentivo à liberdade de ação e à criatividade, assim como o estímulo à curiosidade e o rompimento com as lições de moral.

Embora estreando na literatura escolar com *Narizinho Arrebitado*, Monteiro Lobato trazia já com seu primeiro livro as bases da verdadeira literatura infantil brasileira: o apelo à imaginação em harmonia com o complexo ecológico nacional; a movimentação dos diálogos, a utilização ampla da imaginação, o enredo, a linguagem visual e concreta, a graça na expressão – toda uma soma de valores temáticos e linguísticos que renovava inteiramente o conceito de literatura infantil no Brasil, ainda preso a certos cânones pedagógicos decorrentes da enorme fase da literatura escolar, fase essa que expressa, geralmente em um português já de si divorciado do que se falava no Brasil (ARROYO, 2011, p. 281).

São destacadas por Arroyo (2011) três grandes obras da literatura que foram adotadas nas escolas brasileiras: *Através do Brasil*, de Manuel Bonfim e Olavo Bilac; *Saudade*, de Tales de Andrade; e *Narizinho Arrebitado*, de Monteiro Lobato. Este último, ao contrário dos outros dois livros citados, possuía características

específicas de uma literatura capaz de ir além do ensino pedagógico, didático ou educativo, porém foi classificado como literatura escolar pelas concessões ao governo que Lobato realizou no primeiro ano de sucesso de sua obra literária.

As décadas de 1920 e 1930 marcam um período de reformas. Em 1920 a educação estava na pauta, iniciando-se discussões sobre reformas educacionais, influenciadas pelos novos métodos pedagógicos realizados na Europa e nos Estados Unidos. A literatura infantil passa a comportar a interferência das exigências de uma reformulação do processo pedagógico sobre novas bases sociológicas, psicológicas, etc. Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, permitindo a realização de novas diretrizes da educação nacional. Alguns dos organismos criados foram o Instituto Nacional do Cinema Educativo (1937), o Instituto Nacional do Livro (1937), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938) e o Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa (1939) (COELHO, 1991).

Apesar de ser considerado um “mercado débil”, “o setor livreiro também conhece, desde meados dos anos de 30, uma expansão considerável”. (ORTIZ, 1988, p. 43). Nos anos de 1930 e 1940, predominavam ainda os livros de Monteiro Lobato, assim como as traduções e adaptações das obras clássicas (COELHO, 1991). A formação cívica das crianças também ainda era alvo na época. Naquele momento, somou-se ao interesse das crianças o jornal *O Tico-Tico*, fundado em 1905. A empresa logo criou uma Biblioteca Infantil do jornalzinho, com histórias assinadas por nomes conhecidos da literatura adulta, como Humberto de Campos, Osvaldo Orico e Max Yantok. Novas revistas infantis surgiram com o sucesso de *O Tico-Tico*, o que anunciou a era da imagem. O seminário se destacou pela transformação dos romances clássicos universais, como *Robinson Crusóé*, de Daniel Defoe; *As Viagens de Gulliver*, de Swift; e *Cinco Semanas em um Balão*, de Júlio Verne, em folhetins ilustrados (LEÃO, 2012, p. 184). Em 1930 foi iniciado um processo de restauração do país, que na perspectiva econômica, promoveu a industrialização dentro de uma política deliberada do Estado, e na esfera cultural, incentivou o desenvolvimento de uma política da linguagem em conjunto da criação de um sistema escolar que priorizava a alfabetização feita somente em português, oferecendo as bases para a formação de uma unidade nacional. Neste quadro se inserem os meios de comunicação, crescendo o número de emissoras de rádio e televisão no Brasil (ORTIZ, 2001).



Na década de 1940, mais especificamente, a literatura caracterizada como extraordinária sofreu alguns conflitos. A ideia era de que os contos de fadas enganavam as crianças ao falsificar a realidade, o que seria “perigoso” para elas. Algumas das consequências citadas foram a alienação, o distanciamento da realidade, uma imaginação doentia, etc. Segundo Coelho (1991), das críticas feitas aos contos maravilhosos, resultou uma produção de livros infantis que por um lado, tratavam do real, mas por outro, eram “medíocres ou nulos como literatura”. A orientação ideológica dominante naquela data era nacionalista, em busca de histórias que tratassem de regiões, personagens históricos ou o folclore brasileiro – o que se perpetuou ao longo dos anos.

Em 1950 instalou-se no Brasil a crise da leitura com a expansão dos meios de comunicação de massa. No entanto, a produção de livros para crianças como entretenimento, e não especialmente para as escolas, passou a ser ampliada. Os quadrinhos começaram a crescer como um dos produtos mais lucrativos daquela década, seguindo a expansão da imagem - o que levou também à criação das páginas infantis nos jornais. O mercado das produções de Walt Disney no Brasil, por exemplo, abriu-se com a comercialização das revistas em quadrinhos do Pato Donald pela Editora Abril (COELHO, 1991).

Se os anos 40 e 50 podem ser considerados como momentos de incipiência de uma sociedade de consumo, as décadas de 60 e 70 se definem pela consolidação de um mercado de bens culturais. Existe, é claro, um desenvolvimento diferenciado dos diversos setores ao longo desse período (ORTIZ, 1988, p. 133).

A produção literária em 1960 é vista como uma preparação para o que surgiu em meados de 1970. Os meios de comunicação, como a televisão, o rádio e o cinema, exerceram nesse período um papel central, uma vez que possuem ainda hoje a capacidade de difundir em território nacional os novos símbolos identitários, que formam um espaço dentro de diversas faces das manifestações populares - como no caso da música, bem observado por Ortiz (2001). “Práticas culturais, símbolos, identificações são gestados no interior desses meios, sendo pouco a pouco inculcados e logo partilhados pelas diversas classes e camadas sociais” (ORTIZ, 2001, p. 195). As intensas manifestações culturais e artísticas durante os anos de 1964 a 1969 foram “um movimento de fechamento político e econômico, em plena ditadura” (REIMÃO,

1996, p. 37). A literatura passou para um segundo plano e emergiu a Música Popular Brasileira com festivais transmitidos pela televisão.

Foi a partir de 1964 que a sociedade brasileira sofreu transformações que reorganizaram seu quadro cultural. Ocorreu um golpe militar que, em um primeiro significado, denota repressão, censura e tortura; e em um segundo, foram os responsáveis pela modernização autoritária que aconteceu no país (ORTIZ, 2001, p. 200). A produção, distribuição e consumo de bens culturais se expandiu por meio de uma “segunda revolução industrial” que estabeleceu um mercado de bens materiais e incentivou a criação de um mercado nacional de bens culturais. Essa emergência e a consolidação de uma indústria cultural no Brasil possui importantes consequências, principalmente no que se refere às culturas locais de caráter regional – tais como a produção musical e literária. O popular, antes relacionado à cultura tradicional das classes populares, passa a remeter aos materiais produzidos e distribuídos pelas indústrias culturais.

“Apesar de a literatura estar em segundo plano [...], foi nas páginas impressas, nos livros teóricos e ficcionais, que muitas ideias e posturas, que afloraram nos palcos e telas de então, tiveram suas origens, desenvolvimentos e embates” (REIMÃO, 1996, p. 39). Os eventos culturais relacionados à infância foram caracterizados pelas histórias em quadrinhos e o teatro infantil. A produção de quadrinhos para crianças, jovens e adultos multiplicou-se e foi preeminentemente importada. Os heróis e vilões foram divulgados através da televisão e do cinema. Para concorrer à produção estrangeira, Ziraldo surgiu no meio cultural com *Pererê*, e mais tarde, apareceu com o sucesso *O Menino Maluquinho*. Quem realizou a maior façanha, porém, foi Maurício de Sousa com a criação da *Turma da Mônica*, conquistando o mercado nacional e internacional (COELHO, 1991). O mercado editorial brasileiro continuou em níveis extremamente baixos durante toda a década de 1960. Foram registrados índices que não ultrapassaram de um livro por habitante ao ano (REIMÃO, 1996, p. 41). É apenas no início dos anos 1970 que as mudanças começaram a chegar.

Em 1970 a atuação estatal na produção e circulação de produtos culturais como músicas, filmes, novelas e jornais eram submetidos ao crivo da censura. “Não são poucas as histórias das atitudes mal informadas dos censores, assim como das táticas para driblá-los” (REIMÃO, 1996, p. 57). No entanto, durante os anos de 1970

e também em 1980, a literatura infantil, assim como o Teatro Infantil, atravessou uma explosão de criatividade que repercutiu além das fronteiras brasileiras. Em 1983 Lygia Bojunga Nunes recebe o Prêmio Internacional Hans Christian Andersen pelo conjunto de sua obra. Coelho (1991) observa que, nessa época, surgiu uma literatura inquieta e questionadora que realizou críticas às relações entre a criança, o mundo e os valores impostos em sociedade. Alguns nomes desse período são: Ana Maria Machado, Rachel de Queiroz e Ruth Rocha, em meados dos anos 1970; Pedro Bandeira, Ricardo Azevedo e Telma Guimarães, na década de 1980. Ana Maria Machado, escritora exilada que estava de volta ao Brasil naquele momento, escreveu em 1981 o livro *Era uma vez um tirano*, quando ainda vigorava as leis da ditadura. Ao invés de contar a história de um ditador o chamando de rei, como muitos autores fizeram, Machado decidiu arriscar e chamar seu personagem de tirano. Em um trecho da história, é possível notar a ousadia da escritora ao descrever a política de um país contado em seu livro:

Era um vez um reino. Ou uma república. Essa é uma das coisas que não deu para saber direito. [...] Quem mandava era escolhido por elas – não sei se era presidente ou primeiro-ministro. Esse negócio de todo mundo dar palpite às vezes ficava parecendo uma bagunça completa, porque todos queriam falar ao mesmo tempo, cada qual gritava mais do que o outro, às vezes até discutiam e brigavam, não era possível ficar sempre em ordem e tranquilidade. Mas no fim acabava dando certo. Era assim: quando tinha mais gente querendo uma coisa, era essa coisa que acabava sendo feita. E quem não estava de acordo podia chorar, resmungar, reclamar, fazer bico, chiar, gritar, espernear, mas no fundo sabia que não tinha mesmo muito jeito, a não ser convencer um monte de gente para passar para o seu lado. Era assim mesmo. Mas que de vez em quando toda essa onda e bate-boca pareciam uma bagunça, lá isso pareciam. Foi por isso que apareceu o Tirano. Ou Déspota. Ou Ditador, tem muitos nomes. Quer dizer, um homem que não perguntou ao pessoal se podia ser presidente ou primeiro-ministro, expulsou quem tinha sido escolhido pela maioria e desandou a dar ordens e mandar em todo mundo, só porque era o mais forte (MACHADO, 2016, 12-16).

Sua proposta era simbólica, mas acreditava que o livro proporcionaria “uma festa feita com a união de toda a nação, nas suas diferentes etnias e gerações, com os recursos da memória e da criatividade artística, e com a pureza e coragem das crianças”.<sup>7</sup>

A importância de tais escritores, obras e processos históricos se dá pela construção de um espaço para o livro e a literatura infantil no Brasil. Os livros possuem

---

<sup>7</sup> MACHADO. Ana Maria Machado: as histórias de vida por trás de uma grande contadora de histórias. Disponível em: <http://www.saraivaconteudo.com.br/Materias/Post/56524>. Acesso em: 19/01/17.

as vezes de utensílios mágicos, contendo prosas e poesias, entretenimento e dramas, que podem ser representados, cantados, lidos em grupo ou silenciosamente; porém, podem também possuir técnicas de autoconvencimento que possibilitam uma predisposição à aceitação da ordem social, pois “os livros infantis são o suporte que mais cristaliza conceitos e difunde modelos de conduta” (LEÃO, 2007, p. 65). Ao longo das décadas, o Brasil utilizou de tais características desse bem simbólico para inserir a literatura infantil no cotidiano das crianças, seja pela escola ou como um material de entretenimento em seus lares. Ainda hoje se encontram livros infantis que se confundem entre os gêneros de literatura e didáticos, o que leva produtores e escritores a assumirem as duas posições em suas carreiras.

“Textos e livros, todavia, só se realizam se e quando lidos” (LEÃO, 2007, p. 64), e dessa maneira, é possível apreender que os leitores representam o mundo social no ato de ler, colocando em funcionamento mecanismos de compreensão que incorporados e expressos nas práticas, criam dispositivos capazes de conferir sentido ao mundo. Isto é, o importante é a maneira única e coletiva pela qual os leitores se apropriam dos textos e dão lugar às práticas. (LEÃO, 2007). O mundo da criança é um lugar essencial para as assimilações da prática leitora, portanto, é necessário compreender o papel da leitura na produção de sentido do mundo.

## **2.1 Notas sobre a literatura infantil no Ceará.**

A popularização da literatura infantil no Ceará obteve forte impacto pela ação dos livreiros. Duas das mais famosas livrarias de Fortaleza, a Livraria Oliveira e a Libro-Papelaria Gualter, que atuaram no século XIX, foram responsáveis por introduzir o comércio de livros didáticos e infantis na cidade. Além dos livros, os folhetos de cordéis também se destacavam ao reproduzir contos de fadas com reis, nobres e donzelas. Silva (2001) denota que o motivo para isso acontecer estava na disponibilidade dos folhetos ao público por serem encontrados em grandes quantidades nas livrarias, representando leituras antigas os quais as pessoas tinham fácil acesso, além de ser vendida a preços baixos. Muitas histórias europeias marcaram o imaginário popular através de sua larga circulação. A Livraria Oliveira possuía 103 folhetos de Roberto do Diabo, vendido por \$280 réis, e 22 folhetos de João de Callais, vendido por \$240 réis.

Na Libro-Papelaria Gualter, os autores presentes da literatura infantil e juvenil no inventário de 1891 eram Jules Verne, com 10 títulos e 11 exemplares (1 livro de *Aventuras do Capitão Hatteras*; 1 *Herabon, o cabeçudo Capitão Hatteras*; 2 *Os navegantes do século XIX*; *Os filhos do Capitão Grant*; 1 *Uma cidade fluctuante*; 2 *O Dr. Ox*; 1 *A caza a vapor*; 2 *O paiz das pelles*; 1 *Heitor Servadac*; e mais 9 volumes diversos), Condessa de Ségur<sup>8</sup>, com 4 títulos e 15 exemplares (1 livro de *As maravilhas de Lourdes*; 2 *As meninas exemplares*, 4 *Os desastres de Sophia*; e 9 livros de *As férias*), Maria Amália Vaz de Carvalho<sup>9</sup>, com 4 títulos e 9 exemplares (1 livro de *Contos e phantazias*; 1 *Cartas a Luiza*; 3 *Mulheres e crianças*; e 4 *Serões no campo*) e La Fontaine, que continha 71 exemplares de *Fábulas de La Fontaine* (SILVA, 2001, p. 94). A livraria também contava com romances modernos, como *As aventuras de Robison Crusué*, escrito por Defoe e traduzida pelo professor Carlos Jansen, que custava 4\$000 réis. Outros títulos que constavam na loja eram *Seleccções litterarias*, *D. Quixote* e *Viagens de Gulliver*.

Nos anúncios feitos nas últimas décadas do século XIX, as livrarias locais divulgavam as coleções de livros ilustrados, como *O carrapatinho*, *Alibabá ou os quarenta ladrões*, *O gato de botas*, *Margarida, a pastorinha*, *O barba azul*, *Aladin ou a lâmpada mágica*, *A gata borralheira* e *A bela adormecida*. Além de gramáticas para crianças (SILVA, 2001, p. 96). Alguns jornais, como *Pedro II*, *Constituição*, *Cearense* e *Libertador*, eram utilizados como um catálogo para divulgar as listas de livros recém-chegados e demais anúncios. Era um modo do livreiro divulgar seu acervo, dividido em obras de romances, poesias, religião, direito, obras didáticas, dicionários, etc.

As crianças eram um público leitor novo para o mercado editorial que ainda se estruturava em Fortaleza. Ao abordar a produção local, os dados são mais difíceis de serem encontrados. Compreende-se que as obras de literatura infantil produzidas no Ceará eram vendidas de forma mais tímida e distribuídas em algumas livrarias locais, escritas por autores com poder aquisitivo para produzir, editar e lançar os livros. Muitos dos autores eram (ou são) professores e também publicaram outras obras, como por exemplo, o ex-professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e

---

<sup>8</sup> As obras de Condessa de Ségur, inclusive, tinham o cuidado de apresentar uma leitura para crianças e jovens em que as narrativas atravessavam o universo familiar, esboçando modelos e contramodelos de infância. “Ainda segundo Andréa Leão, ‘as histórias da Condessa apresentam uma proposta de formação dos valores e de educação sentimental das crianças’” (SILVA, 2001, p. 96).

<sup>9</sup> A escritora evidenciava uma preocupação pedagógica e a educação feminina (SILVA, 2001, p. 96).

membro do Grupo Clã, Artur Eduardo Benevides, que publicou em 1975 o livro *O menino e o arco íris* (SEVERIANO, 2005, p. 48). Fora do estado, Rachel de Queiroz publicava em 1969 o seu primeiro livro para crianças, *O menino mágico*, que ganhou o prêmio Jabuti de Literatura Infantil. A escritora também lançou *Andyra* (1992), *Cafute & Pena de Prata* (1996), *Xerimbabo* (2002) e *Memórias de menina* (2003).

Já em 1981 o projeto A Biblioteca da Vida Rural Brasileira consolidou uma parceria entre a Universidade Federal do Ceará e o Ministério de Educação (MEC), que na época era vinculado ao Ministério de Cultura (MinC). O projeto se tratava de um programa que produzia e publicava obras literárias regionais para incentivar a leitura nas comunidades periféricas regionais, o que ofereceu um certo impulso à literatura infantil cearense (FORTALEZA, 2005, p. 49). Para que o projeto fosse desenvolvido, foi necessário a realização de pesquisas para conhecer a cultura, o vocabulário e o imaginário dos povos cearenses. Mais de 50 títulos foram publicados, no entanto, as obras possuíam um viés mais pedagógico, com sugestões ao final dos livros de como poderiam ser trabalhados com as crianças. Alguns dos escritores foram Vanderlou, Maria Elias Soares e Marita Balsells. Através do projeto, foram oferecidas oportunidades para ilustradores, equipe editorial, e outros. Porém, ao longo dos anos a verba investida pelo governo federal foi reduzida gradativamente, até que comprometeu a qualidade das publicações, e assim, culminou no cancelamento do programa.

A implementação da disciplina de Literatura Infantil na Faculdade de Letras da UFC, em 1987, foi um marco importante. A Universidade Federal do Ceará foi, inclusive, uma das primeiras universidades a integrar no currículo do curso de graduação em Letras a cadeira de Literatura Infantil. O professor Horário Dídimo, doutor em Literatura Comparada e escritor de diversos livros para crianças, foi responsável por esta empreitada, e por muito tempo foi o único professor da disciplina. Dídimo escreveu, entre diversas obras, *A cara dos algarismos* e *o Mestre Jabuti* (FORTALEZA, 2005, p. 51). Alguns de seus livros foram publicados pelas Edições Demócrito Rocha. A partir de então, outros nomes começaram a surgir, como Helena Lutécia, Elvira Drumond, Heitor Simões, Mino, Lauro Sérgio, Almir Mota, Klévisson Viana, Arlene Holanda e Socorro Acioli.

Verifica-se então a importância de entender quais as funções do livro infantil para uma criança e como influencia na sua formação, na construção de seu mundo social e na representação da vida cotidiana.

## **2.2 As funções do livro infantil.**

Durante a Idade Média, ao final do século XVII e durante o século XVIII, foram produzidos na França os primeiros livros para as crianças, e simultaneamente, se expandiu a imprensa e o mercado livreiro, assim como a difusão do ensino e da alfabetização da população urbana (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p. 14)<sup>10</sup>. Este foi o momento em que a infância passou a ser concebida dentro de uma faixa etária específica, com interesses e necessidades de formação escolar própria. Tal acontecimento levou em conta a emergência de uma nova noção de família como um núcleo preocupado com a privacidade e o afeto entre os seus membros (ZILBERMAN, 1994, p. 13), uma vez que as crianças não recebiam qualquer atenção e participavam de modo igual da vida adulta ao trabalhar, vivenciar o nascimento, as doenças e as mortes; no meio de festas, guerras e execuções públicas. Nesta mesma época a criança adquiria seus conhecimentos através da prática e da experiência social. Existiam escolas medievais e eclesiásticas para a formação de religiosos, bem como cursos avulsos mantidos por professores e mestres-escolas. No entanto, poucas frequentavam ou permaneciam nas instituições, pois eram obrigadas a trabalhar (AZEVEDO, 1999).

Na verdade, a criança de mais de sete anos ocupava, ao que parece, o papel de um pequeno adulto, inexperiente e frágil, incapaz de certas coisas talvez, mas já uma pessoa na vida, importante como força na família e na sociedade. Vale lembrar que o espírito popular medieval, coletivo por princípio, ligado a festas e atos públicos era, ao mesmo tempo, marcado pelo fatalismo, pela crença no fantástico, em poderes sobre-humanos, em pactos com o diabo e em personificações de todo tipo. Nesse mundo, onde a crença em fadas, gigantes, anões, bruxas, castelos encantados, elixires, tesouros, fontes da juventude, quebrantos e países utópicos e mágicos era disseminada, crianças e adultos sentavam-se lado a lado nas praças públicas, durante as festas, ou à noite, após o trabalho, para escutar os contadores de histórias (AZEVEDO, 1999, p. 3).

---

<sup>10</sup> É importante ressaltar que antes do advento da imprensa, a literatura oral era amplamente difundida pelos contadores de histórias, frisando o elo entre a literatura infantil e a cultura popular oral.

Surgiu então a ideia da valorização da família e preservação das crianças – o que na época foi muito “útil”, pois a taxa de mortalidade era alta e isso significava garantia de mão-de-obra futura. Em consequência, a criança foi isolada e a infância foi elevada enquanto faixa etária e estrato social diferenciada, separando-a do universo adulto e da realidade exterior (ZILBERMAN, 1987). A “valorização da infância” permitiu uma maior união familiar, e da mesma maneira, cresceram os meios de controle do desenvolvimento intelectual e emocional da criança através da aprendizagem. No entanto, determinadas transformações da sociedade só podem ser efetivadas quando e se houver um desenvolvimento abrangente a várias gerações. Com isso, a constante reorientação da linguagem e do pensamento social é indispensável (ELIAS, 2005).

Os indivíduos possuem a necessidade de encontrar novos meios de falar e de pensar, o que pode ser observado ao longo da evolução humana. A adaptação ocorre de maneira natural às mudanças e, dotados de órgãos que permitem uma constante aprendizagem (como a parte do organismo relacionada à fala, que passa por alterações em decorrência do surgimento de outras demandas no caminhar da evolução), é possível que as pessoas armazenem novas experiências, ajustem seu comportamento, etc. O fator central e constante em todas as sociedades é a natureza humana, em que seu aspecto singular reside na mutabilidade dos indivíduos. Esta mutabilidade instaura um determinado tipo de ordem, o que leva a novas configurações sociais e a um processo civilizatório (ELIAS, 2005).

Em seu resultado temporário, as transformações psicossociais são encontradas na “civilização” das maneiras e dos sentimentos. As funções sociais, desde a antiguidade ocidental até aos dias atuais, sofreram uma forte pressão por conta da competição entre os membros de um mesmo grupo social, estimulando uma crescente diferenciação entre eles (ELIAS, 1993, p. 195). Simultaneamente, era necessário que houvesse uma sintonia de condutas entre as pessoas para que o grupo social se mantivesse estável. Isto levou a uma progressiva teia de ações que precisava organizar-se sempre de maneira mais rigorosa e específica, com o propósito de que cada ação individual pudesse desempenhar também uma função social. Os aspectos biológicos e sociais que levam à moderação e ao controle das emoções espontâneas, o aumento do espaço mental para além do momento presente (a reflexão acerca do passado e do futuro) e o costume de ligar os acontecimentos



em cadeias de causa e efeito, são algumas das características da transformação de conduta e dos resultados da extensão das teias de ação e interdependência social somado à monopolização da violência física.

É desta forma que acontece uma mudança do comportamento por meio de uma pressão uniforme e contínua, exercendo na vida individual um armazenamento da violência física e das paixões. Quer dizer, a força controladora que consiste em parte da estrutura da personalidade dos indivíduos é a mesma que se constitui na sociedade em geral, e medidas em maior parte uma pela outra, efetuam uma pressão constante para coibir as possíveis explosões emocionais, e conseqüentemente, o indivíduo aprende ao longo dos anos a desempenhar os códigos classificados como civilizados (ELIAS, 1993, p. 202). E para que houvesse uma melhor integração entre os indivíduos, foram criados mecanismos e ferramentas simbólicas de ensino e aprendizado que os unificassem em torno de um afeto em comum, de condutas e regras comuns à sociedade, como o livro (dentre os vários usos que este bem simbólico pode vir a ter).

A criança, privada de um meio interior para experimentação do social, precisava de um suporte que pudesse lhe auxiliar na compreensão do mundo. A literatura infantil passou a preencher essa espécie de vazio ao lidar com dois elementos: a história, apresentando características e relações presentes na realidade a qual os adultos acreditam que a criança não consegue perceber sozinha; e a linguagem, mediadora entre os pequenos e o mundo, propiciando o domínio linguístico e o desenvolvimento cognitivo. Nota-se, segundo Leão (2007), que por meio da leitura de Norbert Elias é possível chegar a uma definição sociológica dos livros, a qual leva a crer que são objetos “cujas formas psicológicas ou estruturas da personalidade dos produtores e leitores encontram expressão nos contratos de leitura – que são laços sociais – reciprocamente estabelecidos entre eles” (LEÃO, 2007, p. 62). Assim, uma função do livro infantil é apreendida: são dispositivos culturais que relacionam as estruturas mentais às figurações sociais, ou seja, denota uma função psicogenética.

A obra literária, enquanto suporte para a reprodução do universo adulto, atua nas mais variadas formas, “seja através da atuação de um narrador que bloqueia ou censura a ação de seus personagens infantis; seja através da veiculação de conceitos e padrões comportamentais que estejam em consonância com os valores

sociais prediletos” (ZILBERMAN, 1994, p. 20). Sendo assim, por mais que as fantasias escritas pelo autor possam ser distantes ou diferentes em relação às circunstâncias de espaço e tempo em que a obra é produzida, ela ainda se comunica com o seu destinatário, uma vez que aborda seu universo – apontando dificuldades e soluções, por exemplo – ajudando a criança leitora a conhecer melhor o seu mundo. Denota-se, neste sentido, a função coercitiva da literatura infantil.

A literatura infantil realiza também uma função formadora voltada ao conhecimento do mundo e do ser enquanto ela própria se torna como parte das responsabilidades da escola. A característica mágica das histórias contadas nos livros é um fator importante para a compreensão do mundo pelo pequeno leitor em formação, uma vez que possuem a capacidade de transformar o real, oferecendo modelos perfeitos de comportamento e falsificando ou obscurecendo certas características da sociedade (ZILBERMAN, 1987)<sup>11</sup>. Esta foi uma das maneiras que o indivíduo adulto encontrou para controlar a criança, propagando o ensino e a formação moral e cívica através dos livros, o tornando um meio de acesso ao real. Porém, era necessário ainda uma mediação entre os livros e a aprendizagem da leitura pelos pequenos. Foi quando cresceu a importância da escola, que ao longo dos anos tornou-se “reprodutora metódica da competência [educadora] legítima, aliada ao *habitus* e à tradição familiar” (LEÃO, 2007, p. 68) além de ser a grande responsável pela formação da leitura, pois assumiu um duplo papel: o de iniciar a criança na vida adulta, e simultaneamente, proteger contra as possíveis agressões do mundo exterior (ZILBERMAN, 1994).

O pequeno leitor, confrontado por um apanhado de constrangimentos e regras, é de uma forma ou de outra, controlado pelos adultos que estão inscritos na produção e na circulação dos livros de literatura infantil (LEÃO, 2007); sejam eles escritores, editores, livreiros, professores ou mesmo os responsáveis pelos cuidados com a criança, como os pais. Os textos são escritos e publicados com o objetivo de controlar a produção de sentido do mundo pela criança (CHARTIER, 1999, p. 7). Isto pode ser explicado pelo historiador Roger Chartier (1999) que entende o livro como objeto que sempre possuiu o objetivo de aplicar uma ordem – de decifração, compreensão, ou a ordem desejada pela figura de uma autoridade que o encomenda

---

<sup>11</sup> Ressalta-se que enquanto os livros paradidáticos oferecem um texto informativo (ensino de matérias escolares ou morais) somado à ficção, os livros literários procuram incentivar a liberdade de criação e interpretação da criança.

ou permite a publicação de tais textos. Sendo assim, os livros são bens culturais cujas formas norteiam a imposição de um sentido, dos usos que podem ser empregados e das apropriações que poderão ser feitas pelos leitores.

A recepção possui a capacidade de inventar, deslocar e transformar os textos. São também os leitores, enquanto receptores (assim como os escritores, editores, etc., enquanto indivíduos ligados à produção dos livros) que realizam o papel de atribuir sentido às obras por meio de seus dispositivos e disposições, e através destes esquemas mentais e afetivos, decifram a cultura das comunidades e a formação do vínculo social em que estão inseridos (CHARTIER, 1999, p. 9). Isto é, o leitor não é somente atingido pela obra que lê, mas do mesmo modo atinge; é apropriado e apropria-se.

A produção literária feita para as crianças, as experiências sociais, como a leitura, são inscritas em modelos e normas coletivas que se afirmam por meio de pactos sociais (entre autor e obra, autor e leitor, leitor e obra...) e se encaminham em formas particulares a cada texto e a cada comunidade de interpretação – que formam o universo dos leitores, cuja relação com o texto advém da união de competências, usos e códigos de interesse. O leitor pratica uma atividade que não é privada aos automatismos da consciência, os quais os produtores impõem modelos culturais. É pela leitura, uma ação muitas vezes solitária, que a subjetividade da criança é virtualmente invadida, e muitas vezes alcançam uma intimidade que nem sempre é conquistada pelos adultos, convertendo-se em uma prática (ZILBERMAN, 1987). Apresenta-se então uma outra função do livro: um bem simbólico que é ferramenta de inculcação das práticas, em que se faz usos e apropriações dele por seus leitores.

As práticas de leitura põem em jogo a relação entre o corpo e o livro, bem como as diversas possibilidades de uso da escrita e as categorias que garantem sua apreensão, constituindo novas maneiras de produção de sentido. A singularidade do leitor, nas circunstâncias em que se encontra, é cruzada por algo que o faz semelhante aos outros de uma mesma comunidade. A mudança se dá pelo recorte das comunidades de leitores, que segundo as épocas, não são controladas segundo os mesmos princípios. A fragmentação de tais comunidades é resultado “das distinções entre as classes, dos processos diferentes de aprendizagem, das escolaridades mais ou menos longas, do domínio mais ou menos seguro da cultura escrita” (LEBRUN, 1998, p. 92). Os leitores de outras épocas eram afetados pelas funções psicogenética,

formadora, ou mesmo utilizando a leitura como ferramenta de inculcação de práticas. Mas para descobrir quais as funções dos livros de uma determinada comunidade de leitores, ou no caso desta pesquisa, para compreender as funções das obras produzidas pelo espaço editorial em Fortaleza, é preciso ir ao encontro dos seus catálogos e de suas obras.

Para isto utilizam-se três catálogos das Edições Demócrito Rocha que são respectivos aos anos de 2013-2014<sup>12</sup>, 2014-2015<sup>13</sup> e 2015-2016<sup>14</sup>. O catálogo digital divide-se em nível de ensino, que perpassa o ensino fundamental I ao ensino médio, e fluência leitora, das quais são separadas em leitor iniciante (a partir de 06 e 07 anos), em processo (a partir de 08 e 09 anos), fluente (a partir de 10 e 11 anos) e leitor crítico (a partir de 12 e 13 anos) – classificação padrão para a maioria das casas editoriais que publicam livros infantis. A editora segue os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e utiliza em seus livros os gêneros prosa, poesia, cordel, crônica, livro-imagem, quadrinhos, conto, novela e narrativa. Os conteúdos temáticos versam sobre o meio ambiente, lendas e adaptações, música e materiais didáticos como matemática, história e geografia. O tema regional aborda a identidade indígena, paisagens e personagens cearenses, principalmente no que remete ao mar e ao sertão, desenhando o que podemos chamar de imaginário cearense.

O catálogo da editora é uma unidade mínima de classificações do mundo do livro que coloca à disposição do investigador um sistema de vestígios a partir do qual sua interpretação pode ser expandida até os estados de desenvolvimento de um mercado, e ao tipo de vínculos sociais que cercam a edição como uma força específica em um campo de poder (SORÁ, 2010). O conjunto de títulos, autores, gêneros e coleções são distribuídos de forma hierárquica, a partir de uma ordem que se refere ao agente classificador e à gênese de suas razões práticas. É também um meio pelo qual os agentes encontram de formar uma identidade e uma visão de mundo, considerando o que deve ou não ser dito acerca da empresa, quais livros devem ser lidos, qual público deve ler cada obra, etc. Pode ser entendido também como uma maneira de organizar as obras por meio das intenções dos editores, numa defesa da

---

<sup>12</sup> Disponível em: [https://issuu.com/edicoesdemocritorocha/docs/catalogo\\_edr\\_2013\\_-\\_web](https://issuu.com/edicoesdemocritorocha/docs/catalogo_edr_2013_-_web). Acesso em: 02/08/2017.

<sup>13</sup> Disponível em: [https://issuu.com/edicoesdemocritorocha/docs/catalogo\\_edr-2014-2015\\_-\\_escolas](https://issuu.com/edicoesdemocritorocha/docs/catalogo_edr-2014-2015_-_escolas). Acesso em: 02/08/2017.

<sup>14</sup> Disponível em: [https://issuu.com/edicoesdemocritorocha/docs/catalogo-edr\\_2015-2016-issu](https://issuu.com/edicoesdemocritorocha/docs/catalogo-edr_2015-2016-issu). Acesso em: 02/08/2017.

promoção cultural através do destaque simbólico da produção de livros infantis. As editoras utilizam o catálogo como estratégia de acesso a determinados espaços e divulgação dos livros produzidos, levados até às escolas particulares para a escolha dos livros que serão utilizados como paradidáticos e trabalhados em sala de aula, e também participando de editais relativos a programas federais, estaduais e municipais - como o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)<sup>15</sup>.

O discurso inscrito neles passa pela atenção às inovações do segmento editorial e às necessidades educacionais, buscando contribuir com a prática pedagógica em sala de aula. A Edições Demócrito Rocha se posiciona como uma das editoras de maior relevância do Nordeste, oferecendo subsídio ao professor e ao aluno através da seleção de livros para salas de aula e bibliotecas escolares. Há uma apresentação para professores, uma seção para os livros didáticos de História (*Construindo o Ceará: História*) e Geografia (*Construindo o Ceará: Geografia*), outra para os livros infantis e para os principais autores da casa, como Horácio Dídimo, Tércia Montenegro e Socorro Acioli. O livro *Fortaleza: a criança e a cidade*, conta com as duas matérias escolares (história e geografia) e ganhou o Prêmio Nacional MEC de Melhor Livro Didático em 2010. Através dessas publicações, o discurso da editora é de parceria com as escolas e professores.

Os livros infantis são apresentados em um acervo formado por obras em que o conteúdo dialoga com a cultura e o imaginário cearense. Os autores e ilustradores, em sua maioria, são nordestinos, e dentre os objetivos da editora, está o estímulo à curiosidade, descobertas e formação de leitores. Para a EDR, é importante que o encontro dos leitores com o livro seja feito por meio da autoria, das ilustrações e do projeto gráfico, potencializando a formação de novos leitores.

Em *É pra ler ou pra comer?* a autora Socorro Acioli conta a história da padaria espiritual para as crianças. São utilizados três personagens da cultura cearense: os irmãos Sânzio de Azevedo, professor de literatura e especialista da Padaria Espiritual, Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), que possui o Arquivo Nirez (um dos maiores espaços que guardam os mais diversos documentos da história do Ceará), e Rubens de Azevedo, astrônomo que dá nome ao planetário do Centro

---

<sup>15</sup>Ambos federais, porém, somente o primeiro relacionado aos livros literários. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 02/08/2017.

Dragão do Mar de Arte e Cultura. O livro é adotado em escolas particulares, se encontra no acervo da Biblioteca Municipal Dolor Barreira, foi premiado com a menção honrosa “Altamente Recomendável” pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) e está no Catálogo da Feira de Bolonha (2005). Também possui uma apresentação feita pelo escritor e pesquisador Gilmar de Carvalho, e uma carta de Socorro Acioli aos leitores.

*A batalha de Jericoacoara* é um livro escrito por Daniel Adjafre e conta a história de três amigos que voltam ao passado quando passam pela Pedra Furada em pranchas de *windsurf*. Lá encontram soldados portugueses e juntos defendem o forte de piratas franceses. No fim do livro há instruções para o professor de como utilizá-lo em sala de aula. Já *Patativa do Assaré, o poeta passarinho* é escrito por Fabiano Piúba, secretário de cultura do Estado do Ceará. A obra possui uma apresentação do escritor Gilmar de Carvalho e conta a história de Patativa do Assaré em poesia. Ao final há uma pequena biografia sobre o Patativa e um glossário do linguajar popular. Em todos os livros há uma breve biografia dos autores e ilustradores das obras. Esses dados indicam que a tendência da editora é uma orientação de publicação voltada para o ensino da cultura cearense e nordestina aliada à demanda escolar, que utiliza as obras como conteúdo complementar nas salas de aulas e bibliotecas.

Verifica-se que dentro desta perspectiva, que estas obras estão de acordo com uma função pedagógica e formadora. Pedagógica, porque “converte a narrativa artística em um artefato de utilidade imediata” (SANTOS; SOUZA, 2004, p. 82), isto é, transforma o enredo do livro em uma aula de história sobre o Ceará e é utilizada nas escolas como paradidático. Esta é um tipo de formação diferente daquela vista no período Republicano com os livros moralizantes, uma vez que dá continuidade a uma formação da identidade cearense - método estabelecido pelo conceito de cearensidade através da literatura produzida no Ceará desde o século XIX.

Personagens como jangadeiros, vaqueiros, rendeiras e retirantes são retratados na prosa e na poesia demonstrando força, coragem e resignação diante dos problemas encontrados no sertão e no mar. São referências da cultura popular que, através da cearensidade, demonstram a construção de uma “mitologia” em que personagens, paisagens, costumes e produção cultural elaboram um Ceará a partir desse conjunto de fatores (JÚNIOR, 2003, p. 17-18), e assim, formam e representam

uma “identidade cearense”. Da mesma maneira, figuras como escritores, intelectuais, e outras personalidades são também retratados em um Ceará imaginado da literatura.

### **3.3 Visitando o Ceará imaginado.**

Uma realidade social é construída, pensada, segundo uma série de situações, e dentre elas, está a construção de representações, individuais e coletivas. Porém, essas representações não atuam sozinhas, necessitando das práticas para que existam. A cultura, por exemplo, evoca o simbólico, o econômico, produzindo sentidos e representações diversas em suas relações com o mundo social. As representações são meios de classificar e organizar a apreensão do mundo social em categorias de percepção do real, sendo variáveis de acordo com as disposições dos grupos (CHARTIER, 1990). Sendo assim, a representação que os indivíduos e os grupos constroem a partir de suas práticas, disposições e estratégias, forma parte da sua realidade social (LOPES, 2005).

Partindo desta ideia, entende-se que as representações podem ser vistas como uma incorporação por meio de categorias mentais das classificações da própria organização social, ou como bases de constituição do próprio mundo social ao definirem identidades (LOPES, 2005). No entanto, como as representações denotam uma apresentação pública do indivíduo, ele e sua imagem precisam se identificar. De acordo com Miceli (1982) Chartier se aproxima de Durkheim ao entender que as representações são coletivas, uma vez que o seu conteúdo é fundado no social, em experiências da comunidade, bem como as sensações e imagens individuais. Porém, para que as representações tenham validade perante um grupo, é necessário que exista uma crença, surgindo formas de fazer crer para que os indivíduos possam aceitá-las, e assim, tornar essa aceitação unívoca entre a comunidade. Uma dessas formas é a incorporação através da “pedagogização” e da leitura. Não é à toa, como já mencionado anteriormente, que os livros participam do processo de aprendizagem do mundo pelos indivíduos desde a infância, fazendo com que seja incorporada uma série de informações sobre o mundo através de contos de fada, fábulas, lendas, etc. Além disso, essa incorporação também sugere uma construção da identidade de um povo através da leitura. Uma apropriação de uma cultura, desde os modos de falar, das brincadeiras e lendas antigas, até o

conhecimento de personagens e itens da culinária, do patrimônio e da tradição. Apropriar-se de algo é produzir sentido, não apenas na relação com o texto e as modalidades de leitura, mas também com o mundo social que alguém faz parte.

Os livros que abordam o Ceará como palco de suas histórias podem ilustrar essa representação coletiva e o apreço pela cultura local, possuindo diversas características em comum, desde o encantamento com o luar e as estrelas, até as aventuras de conhecer um pouco mais do passado. O livro *A Princesa Encantada de Jericoacoara*, escrito por Klévisson Viana, é inspirado em uma lenda verdadeira, de uma princesa que vive em uma cidade encantada escondida debaixo do Serrote do Farol. O palácio em que se encontra está atrás de uma caverna que aparece quando a maré está baixa; a princesa possui apenas a cabeça e os pés de ser humano, enquanto seu corpo é coberto por escamas de ouro como uma serpente. Para desencantá-la, é necessário fazer uma cruz em seu dorso, trazendo-a de volta junto com seus tesouros. Nesta narrativa são colocadas características populares como a contação de histórias em volta da fogueira feita pelo avô, a lembrança do artesanato e da cultura local, além de elementos de fantasia, como princesas, realezas, tesouros e terras encantadas. A linguagem também é um fator importante, e por ser uma obra em cordel, é um dos componentes principais da narrativa. Dizeres populares como “visagem”, “carece” e “saiu em toda carreira”<sup>16</sup> simbolizam um modo de falar característico do Ceará.

O local, a praia de Jericoacoara, é um ponto turístico famoso do estado, o qual também se passa a história de *A Batalha de Jericoacoara*, escrita por Daniel Adjafre. Seu enredo é inspirado em uma batalha que realmente ocorreu no lugar, entre portugueses e franceses. Os elementos que compõem a história são os esportes praticados na praia, a conscientização do meio ambiente, e uma viagem ao tempo para recontar a história em formato de aventura com três crianças. Além disso, conta com os personagens reais Jerônimo de Albuquerque e Manuel de Souza d’Eça, colonizadores portugueses que tiveram influência no Nordeste.

Em *É pra ler ou pra comer?*, escrito por Socorro Acioli, os elementos presentes são as lembranças, a memória dos tempos dos avós, a história local e nacional contada através de três crianças que descobrem a Padaria Espiritual –

---

<sup>16</sup> Visagem significa assombração; carece, algo que necessita; sair em toda carreira, sair correndo rápido.



movimento literário de grande importância – e a reconstrução do passado através da obra. A história se passa em Fortaleza e os locais visitados são diversos: a Praça do Ferreira, o Centro, os cafés Elegante, Iracema, Java e o Café do Comércio, pontos de encontro de intelectuais, literatos e a elite da cidade no século XIX. Dentre os personagens citados na obra, estão os integrantes da Padaria Espiritual, Antônio Sales, Adolfo Caminha, Álvaro Martins, Henrique Jorge, Carlos Vitor, Rodolfo Teófilo, José Nava e Antônio Bezerra. Como já mencionado, Sânzio de Azevedo, Rubens de Azevedo e Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) são os protagonistas do livro, fazendo com que a obra seja identificada pelo seu retrato da elite intelectual e literária que viveu e vive no Ceará, demonstrando a importância de um movimento literário que nasceu no estado.

Já *Rachel: o mundo por escrito*, de Tércia Montenegro, é um diário biográfico de Rachel de Queiroz, escrito como se fosse pela autora após a conclusão de *O Quinze*. São “anotações imaginárias” surgidas através de fatos que ocorreram na vida de Rachel. Entre lampiões e lamparinas, a história é construída através dos elementos característicos do interior do Ceará, como uma cavalgada sob o sol, o céu pintado de estrelas, a religiosidade de alguns personagens, os saraus, as reuniões de família na varanda, e mais uma vez, a contação de histórias pela avó. São visitados diversos locais, como Quixadá (cidade natal de Queiroz), o Sítio do Junco (onde a autora viveu), a Lagoa do Seixo, Juazeiro do Norte, a serra de Baturité e Guaramiranga, bem como a Praça do Ferreira, o Café Globo e o Sítio do Pici em Fortaleza. As comidas apresentadas no livro são várias: tapioca, cuscuz, feijão-de-corda temperado com coentro fresco e nata de leite, arroz com colorau e leite grosso, doces de coco, mamão, laranja e caju. Os personagens da história local e nacional também são citados na obra, como Antônio Sales, Graça Aranha, José de Alencar e Padre Cícero.

O enredo de cada livro refere-se à história local e nacional como uma forma de reconstruir a memória do estado. É um Ceará imaginado através da literatura infantil, que reconta os passos de personagens importantes, apontando elementos característicos do interior e do litoral que se conectam através da cearensidade, da formação de uma “identidade cearense”. A cultura popular, desde seus primórdios, tem conexão direta com a cultura oral, uma vez que a prática de contar histórias em volta da fogueira remete à Idade Média, quando as crianças ainda conviviam no meio

dos adultos e escutavam sobre monstros, mortes violentas, etc. É só quando a infância é separada como faixa etária à parte que esses contos começam a ser adaptadas, como ocorreu com as histórias dos Irmãos Grimm. Os contos de fada, as fábulas e as lendas que eram transmitidas de geração em geração foram sofrendo modificações para que pudessem se encaixar na nova faixa etária constituída, e em dado momento, passou também a ser utilizado como instrumento pedagógico para inserção da criança no mundo (real e letrado). Em vista disto, a cultura popular e a noção sobre patrimônio e tradição geralmente estão permeados de um aspecto simbólico ao serem contados através delas, e por conta disso, a história de um povo, uma cultura, uma comunidade, gera uma aproximação entre os grupos. São laços formados em torno do pertencimento à um lugar, resgatando uma identificação com símbolos do passado e construindo tradições que levam os indivíduos a pensarem na ideia de quem “são” e de quem “foram”.

No entanto, esse aspecto simbólico não é o único a permear a produção desse tipo de literatura. Existem diversas diretrizes que determinam um modo de publicação, determinando também as estratégias e práticas dos editores, a produção literária dos autores e, conseqüentemente, a forma como o estado é visto pelas crianças através da leitura. É aberto, assim, um viés econômico no espaço para obras destinadas às escolas e ao governo. Em vista disto, os aspectos simbólicos e mercadológicos estão aliados dentro do espaço na formação não apenas de uma literatura infantil, mas de um mercado para esse tipo de literatura.

### 3 O ESPAÇO DO LIVRO EM FORTALEZA

#### 3.1 Práticas editoriais: Edições Demócrito Rocha e Editora Dummar.

Segundo Chartier (2001) o conceito de edição se firma por duas razões. A primeira é composta pela ideia de propor uma forma a qual o indivíduo possa ser reconhecido pelo seu trabalho. A segunda reside na possibilidade em considerar a trajetória entre texto e leitor, uma vez que o trabalho de edição possibilita que o texto se torne um objeto e encontre leitores. As dimensões da história da cultura impressa podem ser associadas à figura do editor. A escolha dos textos, o negócio dos livros e o encontro com o público de leitores também se ligam decisivamente ao editor<sup>17</sup>.

Todavia, as práticas editoriais que ocorrem no Brasil possuem suas próprias particularidades. Bragança (2002) indica a existência nos modos de edição brasileiros o impressor-editor, o livreiro-editor e o editor<sup>18</sup>, situando-os dentro das características modernas de edição. Atentando-se na atividade desses três tipos ideais, compreende-se que eles coexistem atualmente, mesmo que ocorra um deslocamento de importância entre um e outro durante os processos econômicos, culturais e editoriais (BRAGANÇA, 2002, p. 5). Segundo o autor, houve na história europeia do livro três grandes momentos cujo surgimento conduziu à hegemonia dos três tipos ideais. O impressor-editor entre 1450 e 1550, o livreiro-editor entre 1550 e 1850 e o editor entre 1850 e 1950<sup>19</sup>.

O impressor-editor surge com a invenção de Gutenberg, dominando as técnicas tipográficas. Ele é proprietário de uma oficina ou atelier, de instrumentos e meios técnicos necessários à edição de livros, mas acima de tudo, é a chave dos arranjos comerciais, uma vez que constrói laços com autores, vendedores (caixeiros viajantes, ambulantes) e público, possuindo também sócios capitalistas, conexões com banqueiros e investidores para a realização de financiamentos. A figura do impressor-editor está ligada também a troca de serviços em busca de apoio e

---

<sup>17</sup> É importante ressaltar que o trabalho de edição não se confunde com o negócio do livreiro ou com o trabalho do impressor, e que a definição do trabalho de editor se impôs na escolha dos textos e formas do livro, na relação com os escritores e leitores (CHARTIER, 2001). Outro ponto a ser ressaltado, é a existência de outros agentes dentro da empresa editorial que auxiliam o trabalho do editor, como o editor-adjunto.

<sup>18</sup> A figura deste só se constitui no mundo moderno após a invenção da tipografia (BRAGANÇA, 2002).

<sup>19</sup> Bragança (2002) lembra ainda que os marcos cronológicos são somente indicadores, e que a formação histórica brasileira apresenta os dois primeiros tipos e um pouco do terceiro.

vantagens das autoridades. O seu nome ou o de sua família, frequentemente, é o nome da sua casa editorial (BRAGANÇA, 2002).

O livreiro-editor possui como centro a loja, o mercado. Ele está preocupado em propor um seguimento editorial, em sua relação com os clientes, na criação de um bom catálogo e nos lucros que irá obter. Depende, assim como o impressor-editor, da preservação de boas relações com o poder para, assim, conseguir privilégios. O mercado e os autores irão pesar mais em suas decisões no momento em que as leis de direito autoral forem aplicadas. “Nesse novo contexto, o número de tipografias aumenta, a técnica de impressão se dissemina e ele pode contratar os serviços gráficos ou montar oficina própria, se preferir” (BRAGANÇA, 2002, p. 8).

O editor encontra seu lugar no escritório, onde seu maior objetivo é o autor e o texto original. À medida que o mercado se diversifica, novos lançamentos são exigidos, autores, produtos, etc.; exigindo, da mesma maneira, novas tecnologias gráficas e a profissionalização dos indivíduos que estão nesse meio para atender as novas demandas (BRAGANÇA, 2002, p. 9). O editor precisa ter conhecimento sobre o mercado de bens culturais para que consiga criar uma política editorial e linhas de atuação da empresa, pois seus objetivos são econômicos e culturais. Em vista disto, o aspecto comercial está fortemente presente nos empreendimentos de propagação do livro e também das artes. Um empreendimento está mais próximo do polo comercial na medida em que os produtos oferecidos no mercado correspondem a uma demanda que já existe, em formas já estabelecidas (BOURDIEU, 1996).

É possível encontrar características dos três tipos ideais na formação da Edições Demócrito Rocha (EDR) e na Editora Dummar (ED), editoras criadas após longos anos de fundação de um jornal que se tornou um dos principais na cidade de Fortaleza. A figura principal se conecta ao indivíduo que dá o nome da família à sua casa editorial, e enquanto chave dos arranjos comerciais, é responsável pela construção de laços com autores, livreiros e público. O nome da Edições Demócrito Rocha surgiu por conta do fundador do Jornal O Povo, Demócrito Rocha, e a Editora Dummar por causa da família formada pela filha de Demócrito Rocha, Maria Lúcia Rocha Dummar, que se casou com o radialista João Dummar. Albanisa Dummar, filha de Lúcia Dummar, foi uma das primeiras editoras da EDR. Como no segundo momento, há um seguimento editorial, a construção de um catálogo e a contratação de serviços gráficos para a impressão dos livros. E seguindo o terceiro momento

citado por Bragança, o trabalho editorial se preocupa também em encontrar autores, textos e produtos que atendam à um mercado, vide a criação da Editora Dummar, como será visto logo adiante.

Fundado em 1928 em decorrência da veia política de Demócrito Rocha - dentista, poeta, jornalista e, futuramente, político -, o Jornal O Povo surgiu da busca por um espaço onde seu criador pudesse discutir política e criticar as ordens vigentes<sup>20</sup> de sua época<sup>21</sup>, isto é, ele buscava um local onde pudesse ter voz<sup>22</sup> - denota-se a criação de um espaço, de uma esfera pública de debates. O jornal era sustentado, principalmente, da compra de assinaturas que seus amigos influentes faziam para ajudar o custo de impressão e a compra de equipamentos. Alguns dos nomes que ajudaram no desenvolvimento d'O Povo foram o maestro Henrique Jorge, Paulo Sarasate (jornalista, advogado e anos depois, político), e o radialista João Dummar<sup>23</sup>. Desde seu surgimento ele abre espaço para a literatura cearense, publicando, por exemplo, cordéis, artigos e outros textos de jornalistas e escritores como Jáder de Carvalho e Rachel de Queiroz<sup>24</sup>.

Em 1985 surge a Fundação Demócrito Rocha<sup>25</sup>, instituição de direito privado e sem fins lucrativos criada pelo que se tornou, com o passar dos anos, o Grupo de Comunicação O Povo. Desde seu surgimento a Fundação trabalha com projetos à distância em parceria com a Universidade Aberta do Nordeste (UANE), e com o tempo, surgiu também a possibilidade de editar livros. O projeto de edição começou com o intuito de divulgar a história e a geografia do Ceará e, depois, da cidade de Fortaleza. Em 1988 é criada então a editora Edições Demócrito Rocha, pioneira na edição de livros no Ceará, que com a grande procura das escolas por obras educativas, começou a editar também livros infantis. Em vista disto, as primeiras publicações saíram em 1998 com os títulos de *“Salvando o Planeta”*, *“O Maior Amigo*

---

<sup>20</sup> O símbolo do jornal era um chicote, simbolizando a crítica jornalística.

<sup>21</sup> O Ceará era governado por José Moreira da Rocha, e Fortaleza, assim como os outros municípios do Estado, era uma cidade comandada por militares e religiosos.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2006/01/06/noticiasjornalpaginasazuis,553303/a-dona-da-memoria.shtml>. Acesso em: 15/05/18.

<sup>23</sup> Henrique Jorge era um homem influente no Ceará e pai de Paulo Sarasate. Este, assim como João Dummar, casou-se com uma das filhas de Demócrito Rocha, auxiliando também na gestão do jornal por longos anos.

<sup>24</sup> Disponível em: <http://www.anuariodoceara.com.br/nunca-sera-demais-o-novo/>. Acesso em: 15/08/18.

<sup>25</sup> Teoricamente, ainda que ocupem os mesmos espaços, a Fundação não faz parte do Grupo de Comunicação O Povo, pois é uma empresa do terceiro setor, ao contrário das demais empresas desse grupo que estão situadas no segundo setor.

*do Homem*” e *“Como Antigamente*”, em temas de ecologia escrito pelo professor Fábio Beneduce<sup>26</sup>.

A próxima ideia surgiu do então editor da casa, o escritor Lira Neto: criar uma linha de livros escritos por autores cearenses que abordassem a história e a cultura do Ceará. De acordo com o escritor e produtor cultural Almir Mota, ele e outros autores foram convidados a escrever sobre temas como a Galinha Choca e o Bode loiô, o que resultou na publicação da Coleção Roda Pião em 1999, com cinco volumes.

Nós conhecíamos a limitação do nosso mercado, mas tínhamos consciência de que poderíamos fazer com que as crianças se interessassem por nossas próprias histórias. [...] Tanto quanto formar leitores, nós queríamos também formar autores e fazer com que as pessoas se interessassem por literatura. O Ceará tem tradição, é um celeiro que tem muito a oferecer e nós queríamos mostrar isso (DUMMAR, Albanisa. Entrevista para o Jornal O Povo, 2004. Grifos da autora)<sup>27</sup>.

Essa rede de contatos é mais evidente nas pequenas editoras por se beneficiarem de uma “economia de favores”, operada de distintas formas. São compartilhadas competências, conhecimentos e contatos, revelando afinidades e propósitos comuns. As editoras pequenas enfrentam uma oposição às grandes corporações editoriais, facilitando a troca de informações e experiências entre elas (THOMPSON, 2013, p. 171). Ao meu ver, são as editoras de porte pequeno que mais se encaixam no tipo ideal de uma empresa que possui um aspecto mercadológico e simbólico, ou cultural, intrínsecos. Segundo Thompson (2013), a maioria das pequenas editoras possuem a tendência de publicar livros pelos quais os proprietários, ou os agentes responsáveis, possuem afetos – no caso da EDR, publicar sobre a tradição cearense era uma forma não só de fomentar a cultura, mas de satisfazer um interesse próprio.

Salienta-se que as editoras fazem parte de um espaço diversificado, com práticas próprias e que engloba diferentes tipos de organizações. Os empreendimentos não são apenas privados, uma vez que existem diversas organizações sem fins lucrativos que também atuam na produção editorial. Entre as

---

<sup>26</sup>Disponível

<<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2004/04/16/noticiasjornalopiniao,356777/literatura-infantil-das-br-edicoes-democrito-rocha.shtml>>. Acesso em: 28/09/18.

em:

<sup>27</sup>Disponível

<<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2004/04/16/noticiasjornalopiniao,356777/literatura-infantil-das-br-edicoes-democrito-rocha.shtml>>. Acesso em: 28/09/18.

em:

divergências dos dois tipos de empresas (privadas ou sem fins lucrativos) se encontra a limitação financeira, pois as instituições sem fins lucrativos são isentas de pagamento de impostos, recebendo subsídios, em sua maioria, de fundações, fundos privados e particulares (THOMPSON, 2013, p. 171). Embora lucrem com as vendas, a EDR, por ser uma organização sem fins lucrativos, “não tem” um objetivo comercial. Por via de regra, tudo o que a editora gera de superávit retorna aos projetos da Fundação. Então, por conta de suas limitações, o Grupo O Povo decidiu, em meados de 2015 e 2016, criar a Editora Dummar, visando o trabalho com diversos formatos e gêneros literários, expandindo as estratégias e acumulando certa liberdade comercial. Raymundo Netto, ex-editor adjunto da Edições Demócrito Rocha e atual editor de projetos da Fundação, afirma que dois motivos levaram à criação da ED. Primeiro, porque a exigência de produção é muito grande, e segundo, a FDR tinha um alto gasto para manter essa estrutura. Diante disto, a publicação de livros didáticos ficou a cargo da Editora Dummar, fazendo com que a Edições Demócrito Rocha seja responsável apenas pelas publicações de projetos da Fundação Demócrito Rocha – o que denota uma diversificação da oferta. Um dos resultados dessa decisão é a edição e comercialização de livros holísticos, sendo os mais bem vendidos da casa - ainda que os livros didáticos continuem como carro-chefe. A exemplo disto, em junho de 2018 o Jornal O Povo realizou o Festival Vida e Arte, em que a maior parte da programação foi dedicada a espaços de cunho espiritual, com palestras, lançamentos de livros e momentos de terapia coletiva (yoga, meditação e outros). Ampliou-se o público, e consequentemente, os lucros – o livro do guru Sri Prem Baba, publicado pela ED, estava inclusive na estante de mais vendidos da livraria Saraiva.

A Edições Demócrito Rocha e a Editora Dummar dividem, em partes, a mesma equipe: Gerência de Operações Comerciais, com uma gerente, um assistente administrativo e outro comercial e um divulgador; Núcleo de Editoração, com uma editora executiva, uma editora assistente, um editor adjunto e uma assistente editorial; e o Núcleo de Design Editorial, com um editor de design, uma editora adjunta de design e demais designers/ilustradores.

O processo de produção parte da editora-executiva Regina Ribeiro, que escolhe os livros que serão publicados – isto é, não existe conselho editorial<sup>28</sup>. Após

---

<sup>28</sup> Um conselho editorial baseia-se na constituição de um grupo, diversificado ou não, que permite a avaliação de textos enviados à editora, decidindo se serão ou não publicados.

a decisão, a editora e o autor<sup>29</sup> avaliam a obra, apontando as inconsistências e o que necessita de modificação. O original também passa pela revisão, que, quando feitas as sugestões e mais algumas mudanças (caso o autor aceite as sugestões), passa para o núcleo de design. Nesse momento, o ilustrador encarregado e o editor de design discutem qual o melhor tipo de ilustração para aquele livro. O autor acompanha todo o processo, aprovando ou não as ilustrações junto ao editor de design. Cria-se a capa e o livro vai para a diagramação, em que há a composição das páginas. Ao final desse processo, a editora avalia com o autor, que após suas considerações, mandam para a impressão em gráficas contratadas visando valores mais baratos, geralmente na Paraíba e Piauí – apesar de haver gráficas na cidade que realizam o trabalho, como a Gráfica LCR, responsável pela impressão do livro *Rachel: o mundo por escrito* (2010)<sup>30</sup>. Terminado o processo de edição do livro, inicia-se a publicação e a distribuição das obras.

O grande momento do livro, “infelizmente ou felizmente”, é o momento do lançamento. De acordo com Raymundo Netto, as editoras lançam os livros diversas vezes, criando palestras, debates, e até relançamentos, nos mais diversos locais, para divulgar autor e obra – resenhas, matérias de jornais e entrevistas auxiliam bastante<sup>31</sup>. Os livros são negociados com algumas livrarias, geralmente por consignação. As livrarias recebem certa quantidade de livros, prestando conta do que venderam em aproximadamente seis meses. O lucro que retiram das vendas são de, no mínimo, 30%, chegando em alguns casos a 40% e 50% - o que retira parte do lucro da editora e do autor. Porém, segundo Netto, a situação está mudando, pois muitas livrarias não estão aceitando mais livros, pedindo, às vezes, no máximo dois ou três para teste. Caso venda, encomendam mais. O Grupo de Comunicação O Povo possui também uma livraria própria, a Livraria Dummar, sendo mais um ponto positivo para as vendas e divulgação. O advento das lojas virtuais abre outro espaço às editoras, que podem lucrar com os livros sem a mediação dos livreiros – sendo uma faca de dois gumes, pois ao passo que oferece mais facilidades para o público por conta do acesso,

---

<sup>29</sup> O autor é, geralmente, convidado a publicar; seja uma história que já tenha em mente ou um pedido feito pela editora.

<sup>30</sup> Esse dado indica uma insipiência na profissionalização do trabalho de edição em Fortaleza, uma vez que é necessário buscar outras empresas fora do estado para um serviço de mesma qualidade, mas mais barato. Outro dado interessante é que o Jornal O Povo possui um parque gráfico para a impressão dos jornais, mas não o maquinário necessário para a impressão de livros.

<sup>31</sup> As Edições Demócrito Rocha e Editora Dummar têm acesso facilitado a essas formas de divulgação por conta do vínculo simbólico e empresarial com o Grupo de Comunicação O Povo.



também pode prejudicar as vendas diretas que são necessárias aos livreiros. As redes sociais também contribuem para isso, compartilhando informações sobre lançamentos, debates, palestras e vendas de livros, tornando o autor e a obra conhecidos.

A prática da edição de livros desempenha um papel fundamental ao fazer circular saberes nos espaços sociais, sejam eles as universidades, escolas, meio empresariais, etc. O editor é, muitas vezes, um agente o qual é atribuído a responsabilidade de dar voz a outros agentes da literatura, da filosofia, da religião e de tantos outros campos; ao mesmo passo que promove e preserva o conhecimento produzido (MUNIZ JR, 2010, p. 3). Porém, uma das práticas do editor é restringir o debate ao regular a mediação entre produtores e público, uma vez que o seu papel de avaliar os originais determina quais textos irão circular em sociedade, além disso, quais autores serão lidos – o que é interessante de se observar na EDR e na ED, quando uma pessoa só é responsável por tal decisão.

O estabelecimento das práticas editoriais, inclusive, parte de dois conceitos: o de *habitus* e o de estratégia. O *habitus* é considerado o princípio gerador das práticas e o sistema de classificação dessas práticas, possuindo a capacidade de constituir “o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida” (BOURDIEU, 2007, p. 162). O conceito de *habitus* parte da ideia de ser uma estrutura estruturada e estrutura estruturante, em que ao passo que sistematiza a percepção do mundo social em classes lógicas, também organiza as práticas e suas percepções, se tornando uma necessidade incorporada pelos indivíduos e capaz de se transformar em uma disposição geradora de práticas e percepções que dão sentido a essas práticas.

Um dos produtos do *habitus* é o mundo social representado, que identifica e qualifica suas propriedades distintivas. O gosto, por exemplo, advém da constituição do mundo social e é representado em seus produtos; detém a propensão e a aptidão para a apropriação, material e simbólica, de determinados objetos ou práticas classificadas (e classificantes) que geram estilos de vida, preferências e lógicas dentro dos espaços (BOURDIEU, 2007, p. 165). É o *habitus* que produz, classifica, diferencia e aprecia as práticas e os gostos.

Neste sentido, o conceito de estratégia reflete os interesses socialmente orientados dos indivíduos, em um nível “pré-reflexivo” segundo a orientação de um

*habitus*, e não necessariamente sendo uma ação calculada pelos agentes (SEIDL, 2017, p. 189). As estratégias atuam também como o produto das formas de conduta que acontecem em distintos espaços do mundo social. Em um jogo social, por exemplo, cada indivíduo incorpora o sentido do jogo (o *habitus*, que se configura ele próprio como o jogo) e utiliza as estratégias para a participação nesse jogo. Assim, ocorre um “senso prático”, preponderando também nas atividades intelectuais e de criação (SAPIRO, 2017, p. 298) em um espaço.

Sendo assim, o *habitus* e as estratégias dos indivíduos formam práticas. Elas têm o objetivo de “reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 1991, p. 183). As práticas também legitimam formas institucionalizadas e objetivadas frente às instâncias coletivas ou individuais, assinalando de maneira visível e permanente a existência do grupo, da comunidade ou da classe. O universo das práticas identifica-se como um arranjo de escolhas e possibilidades que são inculcadas de significações plurais no sistema constituído por elas (BOURDIEU, 2007, p. 197), e está situada no conjunto das relações de classe, onde atua de acordo com a hierarquia social que conforma os agentes segundo as regras e os efeitos de uma dominação estrutural dos jogos que ocorrem nos espaços sociais.

Então ocorre, através das práticas, a participação do editor em um conjunto de procedimentos que estabelece uma ordem de obras e autores a serem lidos, de quais textos devem ser discutidos – isto é, opiniões são formadas com base no que determinados agentes decidem através de sua posição, *habitus*, estratégias, etc. Em consequência, as editoras investem em políticas editoriais para organizar a massa de conhecimento produzido no espaço (MUNIZ JR, 2010, p. 5).

Ao mesmo tempo que age nesse duplo papel – pedra e ponte no meio do caminho entre autores e leitores -, o editor produz uma série de metadiscursos em busca de justificar e consagrar suas decisões. Quando a editora se pronuncia por meio do “quem somos” de seu site, ou no lançamento de um novo título, vem à tona a tentativa de construir um *ethos*. É comum, nesses enunciados, que valores como qualidade, atualidade e relevância histórica/literária surjam como estrelas-guias das decisões editoriais. Essa imagem que uma editora constrói de si também deve ser analisada como construção discursiva: ela carrega tanto uma finalidade de marketing (toda editora quer que seus livros sejam comprados pelo público) quanto uma tomada de posição no plano das ideias (MUNIZ JR, 2010, p. 7).

Porém, a classificação não é orientada somente através do editor e pela materialidade da obra, mas também do leitor, que espera de um livro determinadas

propostas e conteúdos - por diferentes motivos. Dessa maneira, as orientações vão desde à organização dos editores, pelo que deve ser publicado, até às dos leitores e livreiros. Enquanto aqueles procuram certos tipos de livros, estes organizam as livrarias em setores específicos, como romances, poesias, histórias em quadrinhos, etc. – pois a livraria é também um espaço de classificação (CHARTIER, 2001, p. 92). É importante salientar que as classificações feitas pelos agentes não são apenas intelectuais, mas em operações que permitem o reconhecimento dos leitores – fazendo com que seja considerado na produção das estratégias editoriais.

As feiras de livros são importantes no meio e, produzidas por agentes do meio editorial e literário, evidencia-se que os anuários e as bienais operam como instrumentos de totalização do mercado editorial nacional “pelo simples efeito de objetivação de hierarquias, institucionalização de uma ordem de textos e livros, de seus produtores e dos critérios de circulação legítimos” (SORÁ, 2010, p. 355). Nas bienais que ocorrem em Fortaleza a Edições Demócrito Rocha e a Editora Dummar contam um stand maior e de melhor estrutura do que a maioria, que de acordo com Raymundo Netto, é uma porta simbólica, uma forma de mostrar sua marca e sua presença. Ainda assim, há poucas vantagens ao realizar lançamentos, pois a alta competição que ocorre em uma feira de livros não oferece um custo benefício vantajoso. Segundo Netto, as livrarias ainda são os melhores locais para lançar livros. No caso das duas editoras em questão, há a alternativa de lançar em escolas e no Espaço O Povo, que assim como a Livraria Dummar, é situado no mesmo local que o jornal e as editoras. Na Bienal Internacional do Livro do Ceará, realizada de 15 a 22 de abril de 2017 no Centro de Eventos do Ceará, a Edições Demócrito Rocha e a Editora Dummar estavam situadas em um stand chamado Casa Vida & Arte, em realização do Jornal O Povo, apoio do O Povo CBN (rádio do grupo) e patrocínio do Governo do Estado do Ceará. Foram distribuídos um guia de programação do espaço para a divulgação dos lançamentos de livros, bate-papos com escritores e leitores, oficina de desenho e contação de histórias, com a presença constante da editora-executiva Regina Ribeiro. Na ocasião foi lançado o livro juvenil *Coração de Mosaico*, de Marília Lovatel, e o livro infantil *A Princesa Encantada de Jericoacoara*, de Klévisson Viana<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Ver anexo A.

Já o Festival Vida e Arte, realizado pelo Jornal O Povo<sup>33</sup> no Centro de Eventos, ocorreu de 21 a 24 de junho de 2018 e sua programação contou com atrações musicais, literárias e até de cunho espiritual, com espaços para meditação – devido à popularidade do tema. Em relação à cultura e literatura, houve uma oficina de iniciação à literatura de cordel com o cordelista Rouxinol do Rinaré; uma mesa de debates sobre bibliotecas e leitores com Cássia Barroso (bibliotecária, produtora cultural e militante na área), Eduardo da Silva Pereira e Luiz Evandson Silva de Brito e outra sobre o mercado editorial e políticas públicas com Marcelino Freire (escritor) e Fabiano Piúba (escritor e Secretário de Cultura do Estado); uma palestra sobre políticas do livro e da leitura com Mileide Flores (livreira e importante militante do tema em questão no Ceará)<sup>34</sup>, bem como sobre a literatura no século XXI com Inês Pedrosa (escritora) com mediação de Tércia Montenegro (escritora e professora do curso de Letras da Universidade Federal do Ceará), e sobre as travessias literárias entre Brasil e Portugal com José Eduardo Agualusa (jornalista, escritor e editor) e mediação de Socorro Acioli (escritora). Foram lançados dois livros infantis da Editora Dummar: *A verdadeira história de Frederico*, de Camila Barbosa, e *Meu irmão é um repolho*, de Tatiana Sátiro; além do relançamento de *A Princesa Encantada de Jericoacoara*, de Klévisson Viana; e *Diga Astragudi*, de Socorro Acioli. Alguns dos nomes escolhidos para as oficinas, palestras e debates já eram conhecidos da casa, como Rouxinol do Rinaré, Fabiano Piúba, Tércia Montenegro, Klévisson Viana e Socorro Acioli.

Outro ponto interessante das editoras é o bazar de livros que acontece todos os anos no Espaço O Povo. Em 2019 ocorreu de 7 a 11 de maio, com o tema “Leitura, Experiências e Saberes”, com os livros chegando a ter 85% de desconto<sup>35</sup>. O evento contou com diversas atividades, como oficinas de fotografia para redes sociais, bordado e literatura, ateliês de escrita e construção de textos infantojuvenis, minicursos sobre educação biocêntrica, também acerca do cinema no Ceará, além de apresentações musicais.

Portanto, é possível identificar que a produção do livro implica uma série de ações visando um mercado de bens culturais, isto é, um aspecto mercadológico e simbólico atribuído à obra. Essa ideia corresponde a um processo de distinção em

---

<sup>33</sup> O jornal possui um caderno sobre cultura de mesmo nome.

<sup>34</sup> O uso da palavra “militante” parte dos próprios agentes, que se colocam à frente das causas que concernem ao livro, leitura e literatura. É uma forma de demarcar uma posição no espaço.

<sup>35</sup> Em abril, mês do livro infantil, o site da Livraria Dummar estava com desconto de até 25% nos títulos.

que a origem está na diversificação dos públicos, cujas diferentes categorias de possibilidade estão na própria estrutura dos bens simbólicos que constituem realidades de dupla face (a mercadológica e a simbólica). Isto significa que o valor mercantil e cultural existe em conjunto, porém de forma independente, ainda que a sanção econômica reafirme a consagração cultural (BOURDIEU, 1992, p. 102).

A constituição de um mercado para as obras indica a possibilidade de escritores e artistas afirmarem em suas práticas, e nas representações delas, o estatuto de suas obras à mercadoria, mas também a produto intelectual e artístico (BOURDIEU, 1992). O que nos leva ao sistema de produção e circulação de bens simbólicos, definido como um sistema de relações objetivas entre instâncias diferentes que, por sua vez, são definidas pela função que cumprem na divisão do trabalho de produção, de reprodução e difusão de bens simbólicos.

Neste sentido, é possível compreender que as práticas editoriais demarcam uma dominação estrutural, em que os agentes exercem controle através de suas ações dentro do espaço em que estão inseridos. Os efeitos da dominação estrutural são exercidos também por meio da imprensa, em que seus diretores são indivíduos ligados ao campo de poder (BOURDIEU, 1996). As editoras dependem tanto da crítica literária publicada nos jornais, como da divulgação dos livros, autores e feiras literárias em que participam. Os administradores dos jornais assumem determinadas práticas e exercem um maior controle dentro do jogo social por conta de seus *habitus*, trajetórias e posições. É também a imprensa que, após sua transformação durante o processo de industrialização, auxilia na expansão do mercado dos bens culturais, e assim, dá impulso às práticas editoriais – como no caso do vínculo entre o Grupo de Comunicação O Povo e as editoras.

As condições de produção e circulação das obras são determinadas pelas relações que os poderes políticos e econômicos mantêm com a literatura e pelo rol social que legitimam (SAPIRO, 2016, p. 51). Também dependem da trajetória social dos autores, da sua organização profissional e dos modos de funcionamento do espaço das letras e das instituições que atuam nelas, como a academia, os prêmios literários, a universidade, etc. (SAPIRO, 2016, p. 57).

Admite-se então que a propriedade e o consumo dos bens materiais participam junto das preferências estéticas e das práticas culturais dos indivíduos nos ritos de identificação da vida social (COULANGEON, 2014, p. 19), atuando nas

relações de produção e na dimensão simbólica das relações sociais. Pensando neste ponto, verifica-se que as estratégias de publicação são moldadas pelas práticas editoriais de agentes que, ao mesmo tempo, moldam as práticas de leitura, dando luz a novos gêneros textuais e fórmulas de publicação. As casas editoriais oferecem ao público um arranjo diversificado de materiais de leitura, e nesse sentido, a liberdade de escolha dos leitores é operada dentro de um conjunto já pré-estabelecido e baseado em preferências que não eram necessariamente os seus (CHARTIER, 1989, p. 30). Ainda que essas preferências não sejam puramente comerciais, elas governam as decisões de publicação, responsabilizando os editores a encontrar suportes (impresso ou eletrônico) e novas maneiras de organizar, transmitir e manter uma cultura escrita pela (e para) publicação e circulação de bens simbólicos.

### **3.2 A presença do Estado: cultura popular, cearensidade e políticas públicas.**

No Ceará, desde o século XIX são encontradas ações voltadas à literatura, seja por iniciativa da sociedade ou do governo. Como por exemplo, a criação d'Os Oiteiros (1813 - 1817), os Movimentos da Academia Francesa (1873) e da Padaria Espiritual (1890), a inauguração da Biblioteca Pública do Estado (1867) e a criação da Academia Cearense de Letras (1894)<sup>36</sup>.

A política e a cultura aliam-se de acordo com as necessidades de cada campo, sendo possível observar a forma em que se utilizam a “tradição” e a “cultura popular” através dos governos. Em 1966 foi criada a primeira secretaria de cultura do país. Oliveira (2015) destaca que já em 1975, no governo de Aduino Bezerra, a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT) apontava algumas políticas que visavam dar atenção ao trabalho cultural feito pelo povo cearense, realizando um projeto em parceria com a Casa de Cultura Raimundo Cela para cadastrar, pesquisar e registrar em audiovisual o artesanato cearense, inventariando o popular através de viagens pelo estado com o objetivo de preservar a memória e a tradição do artesanato e da cultura popular – itens como garrafinhas de areia colorida, bolsas, chapéus e objetos em couro, palha, etc. (OLIVEIRA, 2015, p. 226). Mas além do capital simbólico

---

<sup>36</sup> Disponível em: [https://forumdeliteraturace.files.wordpress.com/2011/09/memoria\\_fillec.pdf](https://forumdeliteraturace.files.wordpress.com/2011/09/memoria_fillec.pdf). Acesso em: 14/07/19.

investido nesses produtos, o capital econômico se encontrava evidente. Conhecer o artesanato, sua elaboração e demais características ligadas a ele denotava o interesse do governo em investir em tais atividades, gerando mão de obra e aumentando a renda familiar. O projeto também colaborou com o Plano de Desenvolvimento do Estado do Ceará (PLANDECE), que objetivava identificar as potencialidades do estado, apresentando indicadores que oferecessem base para o desenvolvimento de ações governamentais. O Plano possuía quatro objetivos: integrar a economia cearense às economias regional e nacional; acelerar o crescimento da renda interna, de forma que pudesse diminuir a desigualdade entre o Ceará e o restante do país; intensificar o processo de integração social; e interiorizar as atividades econômicas do estado, reduzindo os desequilíbrios estaduais. Isto é, o “Projeto Artesanato” ficou a cargo de realizar um diagnóstico de determinada potencialidade cearense na área cultural (OLIVEIRA, 2015, p. 228). Após o diagnóstico, o governo apresentou cursos de formação de artesãos, o que para alguns especialistas descaracterizava o artesanato popular cearense, transmitido ao longo dos séculos através da tradição familiar e cultural.

Houve também um projeto de diagnóstico sobre a literatura de cordel no Ceará, feito entre junho e setembro de 1976 pelo Departamento de Cultura e Esporte. A finalidade do projeto era compreender as condições em que se realizava a atividade cordelista, apresentar subsídios para sua preservação e incentivar a literatura de cordel no estado. Entre as cidades visitadas pelos pesquisadores, estavam Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, polos de produção e distribuição importantes de folhetos desde 1940 no Nordeste. Foram coletados fotografias, folhetos e entrevistas com mestres cordelistas, como Patativa do Assaré e Manoel Caboclo. A partir desse material, nasceu o primeiro volume da Coleção Povo e Cultura, a *Antologia da Literatura de Cordel*, publicado em 1978 (OLIVEIRA, 2015, p. 229). Em janeiro daquele ano, o projeto de diagnóstico foi continuado como “difusor”, com o propósito de estimular a pesquisa e o estudo das manifestações da literatura popular do Nordeste, criando subsídios e ferramentas para o estudo desse universo, principalmente sobre o Ceará. O projeto de diagnóstico e o projeto de difusão auxiliaram na ampliação das discussões sobre a literatura popular, uma vez que tinham por objetivo identificar suas condições de produção e circulação, bem como sua história e importância sociocultural.

Durante parte do século XX, a literatura de cordel passou por um período de ostracismo, quando entrou para a agenda da política cultural do estado e nas publicações sobre cultura popular. É no final dos anos de 1970 que a literatura de cordel começa a se desenvolver novamente, sendo observadas diversas atividades de promoção, algumas delas realizadas pela Secretaria de Cultura do Estado e pela Associação Cearense de Imprensa. É a imprensa, inclusive, que auxilia a difusão da importância do cordel (OLIVEIRA, 2015, p. 232). O jornalista, repórter político e pesquisador, Vidal Santos, declarou para o jornal *O Povo* em 19 de março de 1980:

A literatura de cordel é a expressão mais viva da cultura popular e por isso mesmo deve estar presente em tudo que emana do povo, não podendo, portanto, ficar distante do artesanato, forma de arte que também comprova e reafirma o domínio popular em tudo que é belo<sup>37</sup>.

Em 1960, o produto vivia à margem da indústria cultural, com sua produção sofrendo um recuo após o registro de controle dos trabalhadores e o crescimento do preço do papel em 1961 (OLIVEIRA, 2015, p. 233). Segundo Oliveira (2015), inseridos no mercado de bens simbólicos a partir de 1970, os folhetos geram atenção nacional, e para embarcar nos debates, a Secretaria de Cultura buscou apoio da Casa de Rui Barbosa (localizada no Rio de Janeiro) que ofereceu o seu modelo de catalogação do acervo, enquanto o Programa de Pesquisas em Literatura Popular da Universidade de Paraíba firmou um convênio para o compartilhamento de dados acerca de diversos estados do Nordeste. Na década de 1960, a Fundação Casa de Rui Barbosa realizou diversos estudos críticos sobre a literatura de cordel. A Universidade Federal da Paraíba, por outro lado, organizou um dicionário dos cantadores e poetas de cordel, coordenado pelos pesquisadores Átila Almeida e José Alves Sobrinho. Além disso, a presença do pesquisador francês Raymond Cantel também exercia influência ao defender esse gênero literário. Essas ações deram continuidade ao pensamento tradicional, divulgadas pelos estudos sobre o folclore brasileiro. Foram formulados conceitos, teorias e representações que valorizaram o folheto de cordel enquanto um produto da cultura popular não apenas cearense ou nordestina, mas brasileira – o que justificou uma ideia de unidade (OLIVEIRA, 2015, p. 233).

A nível nacional, em 1970 o governo militar observava a necessidade de controlar os processos culturais do Brasil, o que fez com que investissem na

---

<sup>37</sup> *O Povo*, 19 mar. 1980, p. 8 (Caderno Especial Artesanato).



institucionalização de uma política cultural no país. O governo federal criou na década de 1970 alguns programas e órgãos, como o Departamento de Assuntos Culturais em 1972; o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas, o Programa de Ação Cultural, e o Conselho Nacional de Direito Autoral em 1973; a Fundação Nacional de Arte em 1975; o Conselho Nacional de Cinema em 1976; a Secretaria de Assuntos Culturais em 1978; e a Fundação Nacional Pró-Memória em 1979 (OLIVEIRA, 2015, p. 236). Outro passo importante foi a implantação da Política Nacional de Cultura, em 1975, com o objetivo de organizar diretrizes para orientar as ações do governo relacionadas à cultura, surgindo a colaboração com órgãos federais que eram subordinados a algum ministério - como por exemplo, o Arquivo Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça, e o Departamento Cultural, subordinado ao Ministério das Relações Exteriores -, bem como secretarias da cultura (estaduais e municipais), universidades, instituições privadas, etc. Todas essas ações revelavam por um lado, as forças da tradição e da memória nas políticas que tratavam da cultura popular, e por outro, a consonância dos governos em entender e controlar os processos culturais que estavam acontecendo no país.

O artesanato, em suas variadas formas, e o cordel, são objetos de uma cultura que precisavam ser legitimadas diante do resto da nação. Para Ortiz (1994) o folclore precisa ser trabalhado politicamente para ser transformado em “bom senso”, uma vez que a realidade das classes populares deve ser compreendida e guiada por valores éticos e políticos. Seguindo esse raciocínio, em última instância, os intelectuais podem definir também a legitimidade e a definição do “popular”. Ainda segundo o autor, a cultura popular é observada como um reduto da essência nacional em contraposição à colonização estrangeira, auxiliando a constituir uma autenticidade nacional (ORTIZ, 1994, p. 6). Além disso, o debate acerca da cultura popular nos países da América Latina possui uma direção que sobrevaloriza as manifestações populares em sua potencialidade enquanto força de transformação social – aparecendo na literatura, na televisão, no cinema, etc. Paulo Linhares, secretário da cultura durante 1993 a 1998, fomentou a criação da Feira Brasileira do Livro de Fortaleza<sup>38</sup>, contando com três edições, em 1994, 1996 e 1998. Houve exposições, lançamentos de livros, seminários, entrega de prêmios, debates em torno do livro e

---

<sup>38</sup> Disponível em: [https://forumdeliteraturace.files.wordpress.com/2011/09/memoria\\_fillec.pdf](https://forumdeliteraturace.files.wordpress.com/2011/09/memoria_fillec.pdf). Acesso em: 14/07/19.

das políticas editoriais, palestras, shows, etc. Os homenageados de cada ano foram autores que valorizavam a cultura e a educação: Jorge Amado, Paulo Freire e Rachel de Queiroz<sup>39</sup>.

Em 2002, por exemplo, os discursos políticos utilizaram a “cearensidade” como uma forma de reduzir as instabilidades políticas e criar uma suposta identidade cearense como garantia de legitimidade popular do governo (LOPES, 2018, p. 79). Na campanha e no governo de Lúcio Alcântara, período que corresponde de 2002 a 2007, o conceito de cearensidade é visto, em um primeiro momento, na publicidade, destacando estereótipos do Ceará que estão fixados no imaginário dos eleitores através da mídia. Em um segundo momento, as ações governamentais são tomadas como foco. A Secretaria de Cultura e a Secretaria de Educação (SEDUC) articulam seus capitais simbólicos para sedimentar esse imaginário cearense.

Uma das narrativas utilizadas durante a campanha política de Lúcio Alcântara foi a do “mito fundacional” ao citar a história de *Iracema*, escrita por José de Alencar (nascido no Ceará), como o momento do nascimento do povo cearense. Com esse discurso são demarcados “hábitos, valores e visões de mundo que comporiam a cearensidade, ‘natureza essencial’ de cada habitante do estado” (LOPES, 2018, p. 81). A literatura é então utilizada como um meio de acesso e de construção de um imaginário popular e de uma identidade. A preocupação de José de Alencar ao escrever *O Guarani*, por exemplo, era inventar uma nação, dando continuidade à tentativa de outros autores ao privilegiar o popular e o nacional (ORTIZ, 1994, p. 7), buscando assim, uma identidade para o povo brasileiro. O plano de governo de Lúcio Alcântara fortaleceu o argumento ao evidenciar a preservação dos valores que apoiavam a identidade cearense mesmo diante do que seriam as “tendências homogeneizadoras da globalização”. Essa afirmação ressalta a existência, dentro da cearensidade, de um conjunto de signos comuns ao povo cearense e a sua diversidade cultural, o que seria a pauta do desenvolvimento de políticas públicas do Governo do Estado daquela época (LOPES, 2018, p. 83).

---

<sup>39</sup> Começando com 48 expositores, a feira chegou a ter 200 editoras nacionais e três internacionais, Portugal (Ebradi), Cuba (Las Américas) e México (Fondo de la Cultura). Após a terceira edição, o evento passou a se chamar Bienal Internacional do Livro do Ceará. Chegou a ser a 3º maior feira, depois de São Paulo e Rio de Janeiro. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/2.804/historia-da-bienal-1.8344>. Acesso em: 14/07/19.

Em 2002 a política pública do livro, leitura e literatura é institucionalizada a partir da criação de um Departamento do Livro junto à SECULT<sup>40</sup>. A secretaria, inclusive, teve papel fundamental na construção da cearensidade. Foram criadas quatro premissas dentro dos eixos articulados no plano de governo para produzir e desenvolver ações governamentais que guiarão as intervenções da pasta na área da cultura.

Premissa 1 – A cultura deve ser planejada e gerida estrategicamente (pilar que seria responsável pela reestruturação organizacional da secretaria); premissa 2 – A cultura deve promover a autoestima e a diversidade de expressão entre comunidade e povos (pilar que suportaria as ações com o intuito de preservar e fomentar as práticas culturais regionais); premissa 3 – A cultura deve ser instrumento de empregabilidade e de redistribuição de renda (pilar responsável pela implementação de ações públicas com o objetivo de capacitar profissionais para os arranjos e produtos da arte e da cultura); premissa 4 – A cultura deve ser um instrumento privilegiado de inclusão social e de consolidação cidadã (pilar que promoveria a “cidadania cultural”, ou seja, garantiria condições para o exercício do pleno direito aos bens e serviços culturais). (LOPES, 2018, p. 85)

Tais diretrizes visavam valorizar as culturas regionais e os diversos grupos sociais, bem como seus símbolos e manifestações. As ações se encaminharam também para a divulgação da produção artística dos grupos com enfoque no reconhecimento e fortalecimento das identidades regionais e locais, incluídas as práticas artísticas, os monumentos culturais, e demais bens culturais de natureza material e imaterial (LOPES, 2018). Como por exemplo, o Plano Estadual de Cultura traçava em uma das linhas do Programa Memória e Cultura o reconhecimento e a revitalização do patrimônio cultural imaterial, com o objetivo de preservar a memória cearense, isto é, todos os saberes, usos e costumes. Esta ação levou ao registro de grupos e indivíduos como os Mestres da Cultura, que fortaleceriam o sentimento de cearensidade (LOPES, 2018, p. 88).

Na criação do Plano Estadual da Cultura (2003-2006) foi instituída uma Coordenaria de Políticas do Livro e de Acervos, sendo responsável pelas políticas públicas relacionadas ao livro, leitura e literatura, bem como pelos equipamentos da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, do Arquivo Público do Estado do Ceará, da Casa Juvenal Galeno e do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. Também surgiu a Lei nº 13.549, de 23 de dezembro de 2004, que instituiu a política

---

<sup>40</sup> Disponível em: [https://forumdeliteraturace.files.wordpress.com/2011/09/memoria\\_fillec.pdf](https://forumdeliteraturace.files.wordpress.com/2011/09/memoria_fillec.pdf). Acesso em: 14/07/19.

estadual do livro (e outras providências).<sup>41</sup> Foi criada também a Câmara Estadual do Livro e da Leitura no Ceará, além da articulação do Fórum de Literatura do Estado do Ceará, que anos depois passou a se chamar Fórum do Literatura, Livro e Leitura do Estado do Ceará<sup>42</sup>.

A Secretaria de Educação também passou por tais processos, a exemplo do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), desenvolvido em 2004. Um comitê cearense foi constituído pela Assembleia Legislativa, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (APRECE), a União dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME/CE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação (INEP/MEC), além de universidades como Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Universidade Regional do Cariri (URCA) e Universidade de Fortaleza (UNIFOR), para investigar a problemática do analfabetismo escolar no Ceará. Após a investigação, apostaram em um projeto que contribuísse para a melhoria da qualidade do ensino, da leitura e da escrita nas séries iniciais do ensino fundamental. Através de um pacto de cooperação entre 60 municípios para garantir o comprometimento de seus gestores com a educação, foi priorizada a alfabetização; o estímulo aos professores alfabetizadores; a revisão dos planos de cargos, carreira e remuneração; a definição de critérios para seleção de gestores escolares; a implantação de avaliações de aprendizagem para as crianças e observação do desempenho docente a partir de sistemas municipais de avaliação; a ampliação do acesso à educação infantil; e a adoção de políticas locais para o incentivo à leitura e escrita.

Em 2007 o programa PAIC foi tornado uma política pública por meio da Secretaria de Educação. O Governo do Estado do Ceará assumiu a execução do programa com parceria da UNDIME/CE, UFC e UNICEF. Foi proposta uma intervenção no sistema para uma melhor execução do projeto, criando cinco eixos: Eixo de Alfabetização; de Educação Infantil; de Literatura Infantil e Formação do Leitor; e Eixo de Avaliação Externa. Em 2011 o Governo do Estado lançou uma

---

<sup>41</sup> Disponível em: [https://forumdeliteraturace.files.wordpress.com/2011/09/memoria\\_fillec.pdf](https://forumdeliteraturace.files.wordpress.com/2011/09/memoria_fillec.pdf). Acesso em: 14/07/19.

<sup>42</sup> Houve outros importantes acontecimentos relacionados ao livro e à leitura, como a Campanha Viva Leitura em 2005, que incentivava o uso das bibliotecas; a oficina de elaboração do Plano Estadual do Livro e da Leitura em 2007, pensando nas cadeias mediadoras, formadoras, criativas e produtivas do livro; bem como seminários, conferências e audiências públicas.

extensão do PAIC, o Programa de Aprendizagem na Idade Certa +5 (PAIC MAIS), com o objetivo de priorizar até o 5º ano do Ensino Fundamental nas escolas públicas dos 184 municípios cearenses, o que antes era feito somente até o 2º ano do Ensino Fundamental - visando o desenvolvimento de novas propostas curriculares para o ensino de português e matemática através das ações em gestão, avaliação e formação de leitores, por conta do baixo desempenho dos alunos nas duas matérias nos anos seguintes à implantação do PAIC.

O PAIC MAIS caracteriza o Eixo de Literatura Infantil e Formação do Leitor como um meio de priorizar o livro enquanto instrumento de cidadania e formação da criança. De acordo com o site<sup>43</sup>, a leitura e a formação do leitor possuem importância para a democratização do acesso ao livro, enfatizando como uma ação educativa fundamental na formação e no desenvolvimento dos alunos – de forma que quanto mais cedo o acesso à leitura, mais rápido as habilidades da leitura e escrita serão desenvolvidas pelas crianças. Um dos principais objetivos deste eixo é a formação cultural e inclusão social da criança, otimizando o acesso à literatura infantil com a aquisição e distribuição de acervos literários, a fim de fazer o pequeno leitor se interessar pela leitura e escrita, estimulando a criação de ambientes que sejam favoráveis para a leitura individual e compartilhada entre professores e alunos na escola, criando o “Cantinho da Leitura” nas salas de aula.

A importância desse eixo para a propagação da ideia de cearensidade se dá pelo desenvolvimento da coleção de livros PAIC Prosa e Poesia, escrita e ilustrada por cearenses selecionados através de um concurso realizado pela SEDUC. O carro-chefe das coleções são as temáticas a respeito do Ceará, como memória, tradição e costumes, publicadas e distribuídas em todas as turmas da educação infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública de ensino. Por meio do edital são contratados escritores, ilustradores, coordenador editorial e designer gráfico para a elaboração das coleções.

O programa é criticado por alguns editores locais pela forma como é realizado, sendo questionados não apenas o processo de escolha e a qualidade literária dos autores<sup>44</sup>, como também a qualidade do material gráfico dos livros, e

---

<sup>43</sup> Disponível em: <http://www.paic.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 27/05/19.

<sup>44</sup> O autor recebe um prêmio de R\$ 4.500 reais pelo texto escolhido. De acordo com alguns editores, a o fator econômico faz com que mais pessoas sem “a devida função de autor” participem do processo seletivo.

principalmente, o papel do Estado enquanto fomentador do mercado editorial local. Segundo Júlia Barros, produtora cultural da editora Casa da Prosa, o maior problema da coleção PAIC Prosa e Poesia é o governo do Estado cumprir o papel de editora ao invés de contribuir para o fomento da cadeia produtiva do livro já existente na cidade. O processo seletivo no edital não contempla editoras, mas autores e ilustradores<sup>45</sup> sendo uma gráfica, que não passa pelo processo, responsável pela impressão do material. Almir Mota, escritor, editor e produtor cultural da Casa da Prosa, conta que a equipe selecionada cuida de 20 a 30 livros infantis de variados assuntos com uma mesma roupagem, não garantindo uma diversidade material e gráfica para as edições. De acordo com Júlia Barros, o Estado deveria fazer um processo de licitação para as editoras, e cita como exemplo a maneira como a Secretaria de Cultura age nessas situações. Quando há um edital de fomento à novos autores, o ganhador precisa contratar uma editora para publicar seu livro – por vezes, uma editora cearense. Almir Mota completa afirmando que assim a obra passa por todo o processo do livro – diagramação, catalogação, ISBN, etc. Isto é, em busca de um barateamento de custos, o programa acaba por auxiliar a enfraquecer o mercado local. Almir Mota conta ainda que os livros comprados pelo governo federal, por programas como Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) não saem a preço de capa, mas por R\$ 2, R\$ 3 ou R\$ 4 reais, o que continuaria a um preço justo para quem compra e quem vende.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático<sup>46</sup>, mencionado por anteriormente, foi criado em 1985 e é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital, bem como as instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. Existia também o Programa Biblioteca na Escola (PNBE)<sup>47</sup>, desenvolvido em 1997 com o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura e pesquisa.

---

<sup>45</sup> Geralmente o designer gráfico e coordenador editorial são os mesmos ao longo dos anos.

<sup>46</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 15/03/2019.

<sup>47</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 15/03/2019

A partir de 2017<sup>48</sup>, o PNLD passou a abranger entre suas ações a aquisição e distribuição dos materiais anteriormente vinculados ao âmbito do Programa Nacional Biblioteca da Escola, criando o PNLD Literário, que prevê a avaliação e distribuição de obras literárias para os estudantes da educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental (primeiro ao quinto ano) e ensino médio. Entre editoras cearenses que constam na lista do PNLD Literário de 2018 estão o Armazém da Cultura, com *O peso da luz*, escrito por Ana Miranda, *Primas em cordel*, de Stélio Torquato, e *Brincadeiras de boi*, de Oswald Barroso. A Edições Demócrito Rocha teve três obras selecionadas: *A memória das coisas*, de Marília Lovatel; *O Curumim Pintor e outras histórias*, de Sânzio de Azevedo e *Rachel: o mundo por escrito*, de Tércia Montenegro; o IMEPH aparece com *O desenho mais legal do mundo*, escrito por Kelson Oliveira.

A importância de se falar sobre o patrimônio, a tradição e a cultura são características citadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PNC's), no Plano Nacional de Cultura e no Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

A Base Nacional Comum Curricular foi implantada em 2018 com o objetivo de guiar a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares do país ao indicar competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes<sup>49</sup>. No item de Língua Portuguesa<sup>50</sup>, encontra-se como meta do campo artístico-literário priorizar a participação e o aprendizado da leitura, da fruição e produção de textos literários e artísticos que representem a diversidade cultural e linguística, favorecendo também as experiências estéticas. Dentre os gêneros deste campo estão as lendas, mitos, fábulas, contos, crônicas, canções, poemas, poemas visuais, cordéis, quadrinhos, tirinhas, charge/cartum, etc. Outros alvos são a leitura e escuta (compartilhada e autônoma); a formação do leitor literário, reconhecendo os textos como parte de um imaginário social de dimensão lúdica e como meio de valorização cultural enquanto patrimônio artístico da humanidade; a leitura colaborativa e autônoma, como forma de compreender os textos com os colegas e o professor; e a apreciação estética de poemas visuais e concretos, podendo observar os efeitos de

---

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/222-noticias/537011943/62561-mec-lanca-publicacoes-do-pnld-literario-didatico-e-guia-de-tecnologias-educacionais>>. Acesso em: 15/03/2019.

<sup>49</sup> Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25/07/19.

<sup>50</sup> Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 25/07/19.

sentido através do formato do texto na página e pelas ilustrações ou outros efeitos visuais. A valorização do patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, também aparece como competência específica de arte para o Ensino Fundamental; além de ser um objetivo de conhecimento proposto na unidade temática de artes integradas, em que identifica a importância de conhecer e valorizar o patrimônio cultural, em especial o brasileiro, desde as matrizes indígenas, africanas e europeias de diferentes épocas, até ao favorecimento da construção do vocabulário relativo às diferentes linguagens artísticas. Sobre a literatura, coloca-se a importância da tradição literária por sua condição de patrimônio e de meio para a assimilação do imaginário, bem como das formas de sensibilidade de determinadas épocas, de formas poéticas e de organização sócio-cultural brasileiras capazes de tocar os leitores em suas emoções e valores, sendo também descrita a habilidade de proporcionar o contato com linguagens que ampliam o repertório dos jovens.

O tema da cultura popular aparece na seção de Educação Física, relacionados aos jogos e brincadeiras de cunho comunitário e regional. Na seção de História, surge na unidade temática “O Brasil no século XIX”, como objeto de conhecimento da produção do imaginário nacional brasileiro, tendo como foco a cultura popular, as representações visuais, as letras e o Romantismo; evocando as habilidades de discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades do país no século XIX. Nos parâmetros para a organização e progressão curricular, estão a diversificação das produções culturais juvenis contemporâneas ao longo do Ensino Médio, como vídeos, playlists comentadas (podcasts), minicontos, nanocontos, *best-sellers*, literaturas juvenis brasileiras e estrangeiras, incluídas a literatura africana de língua portuguesa, a afro-brasileira e latino-americana, de tradição popular (versos, cordéis, cirandas, canções, contos folclóricos) que possam realizar uma aproximação dos jovens de culturas que subjazem na formação da identidade de grupos de distintas regiões do Brasil.

Anterior à BNCC, foram construídos os Parâmetros Curriculares Nacionais<sup>51</sup>, no período de 1997 a 2000, como um referencial de qualidade para a educação do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. De natureza aberta e flexível, sua função é determinada a orientar e garantir a coerência dos investimentos na

---

<sup>51</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12640:parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>. Acesso em: 25/06/19.



educação, e para isso, socializa-se discussões, pesquisas e recomendações com técnicos e professores, principalmente os que se encontram distantes da produção pedagógica. Entre as metas dos PCN's, está a organização de referências educacionais que respeitem as diversidades regionais, culturais, étnicas, religiosas e políticas dentro dos princípios democráticos. Em vista disto, os temas se dividem em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Arte, Educação Física, Ética (como um tema transversal), Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Dentro do tema de Pluralidade Cultural, estão os subtemas espaço, família, comunidade, etnia e cidadania. Os materiais didáticos e paradidáticos são elaborados segundo os critérios de avaliação que prioriza conhecer a existência de outros grupos culturais, reconhecer o direito à existência e o respeito aos modos de vida e expressões culturais. É colocado também como importante o conhecimento da pluralidade que existe no meio do aluno e o aprendizado do relacionamento com as diferentes manifestações culturais, compreendendo que a pluralidade é essencial para garantir a liberdade de escolha e na consolidação democrática de um espaço.

O Plano Nacional de Cultura<sup>52</sup> também se dedica à valorização das expressões culturais populares. Este plano caracteriza-se como um conjunto de princípios, estratégias e diretrizes formuladas para orientar o poder público na formulação de políticas culturais. As metas se identificam nas áreas de Economia; Educação e Capacitação; Informação e Dados Culturais; Acesso, Difusão e Criação; Gestão Pública; Direito Autoral; Diversidade Cultural; Fomento, Financiamento e Incentivo; Políticas Culturais; e Espaços Culturais. Dentro da área da Políticas Culturais, há uma política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões culturais populares e tradicionais, que possui como objetivo a criação de leis que valorizam e protejam as culturas populares e tradicionais existentes no Brasil. De acordo com a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO, o país é obrigado a criar políticas e leis que exerça tal proteção e incentivo às expressões culturais, entre elas as populares e tradicionais. Para isso, é preciso garantir os direitos de quem detém os conhecimentos e que produzem as expressões dessas culturas, oferecendo condições sociais e materiais para a transmissão dos saberes e fazeres. Temas como memória, comunidade,

---

<sup>52</sup> Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/>. Acesso em: 25/07/19.

tradição, patrimônio, mestres e mestras da cultura e saber popular aparecem com frequência nessa área.

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)<sup>53</sup> foi construído por conta da necessidade de formar uma sociedade leitora, pois esta é uma condição decisiva para incentivar a inclusão social dos brasileiros no que corresponde aos bens, serviços e cultura. O PNLL<sup>54</sup> é uma política de Estado que pretende guiar de “forma orgânica” as políticas, programas, projetos e ações continuadas desenvolvidos com o apoio dos ministérios, principalmente os da Cultura e da Educação, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade civil e de voluntários. Para isso, quatro eixos foram criados<sup>55</sup>: o de democratização do acesso, com a implantação de novas bibliotecas, o fortalecimento da rede atual de bibliotecas, conquista de novos espaços de leitura, distribuição de livros gratuitos, melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura, e a incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação; o eixo de fomento à leitura e a formação de mediadores, com a formação de mediadores de leitura, apoio e criação de projetos sociais de leitura, bem como a realização de estudos e fomento à pesquisa na área do livro e da leitura, sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial, e o oferecimento de prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura; o eixo de valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico propõe ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em políticas de Estado, para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura, e fazer publicações impressas e em outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura; e no eixo de desenvolvimento da economia do livro apoia-se o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro, o fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura, o apoio à cadeia criativa do livro e de uma maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada. O documento que compõe o PNLL foi elaborado a partir de debates em que participaram editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel,

---

<sup>53</sup>

Disponível

em:

[http://antigo.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL\\_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660](http://antigo.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660). Acesso em: 25/07/19.

<sup>54</sup> O secretário de cultura do estado do Ceará, Fabiano dos Santos, foi um dos responsáveis pela construção do PNLL, como diretor de Livro, Leitura e Literatura da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura.

<sup>55</sup> Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B5QJujJhZbE9Y3hleEJqVS1taG8/view>. Acesso em: 25/07/19.

escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro, além de educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livros e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e demais interessados.

Há um destaque do Plano Nacional de Livro e Leitura aos autores, editores e livreiros, em que se considera o apoio à criação literária, ao fomento do setor editorial e livreiro, à criação de condições para a produção de obras, barateando os custos de produção e distribuição, criando também preços compatíveis com a capacidade de consumo dos brasileiros. Há também a preocupação do livro enquanto instrumento primordial na construção do imaginário nacional por conter um forte poder simbólico e ser valorizado por uma ampla faixa da população<sup>56</sup>. A diversidade cultural é outro ponto abordado, pois o fortalecimento da expressão dos povos e o favorecimento de intercâmbios culturais pode ser feito através do livro, da leitura e da literatura. A noção de uma política cultural feita pelo Estado atravessa também a ideia da cultura como um valor simbólico, econômico, e como direito à cidadania – isto é, a realização de uma democratização ao acesso.

Arlene Holanda, escritora e editora da IMEPH, conta que há outros estados, como Minas Gerais e São Paulo, que compram livros de editoras cearenses através de editais – além das prefeituras de Belo Horizonte e São Paulo. A prefeitura de Fortaleza lançou em 2018 um edital para compra de material literário, paradidático e técnico para as bibliotecas das escolas públicas do município, o qual Arlene Holanda obteve 16 de seus livros (publicados por diferentes editoras) na lista de compra. Entre eles estão *Chuí, chuí, Buá, buá* e *Yoyô – o bode celebridade*, ambos publicados pelo selo infantil do Armazém da Cultura. Mas para a escritora, é de certa forma irônico que no estado onde as editoras publicam é onde elas menos vendem, uma vez que a vendagem para escolas particulares é muito pouca, o que deixa nas mãos do Estado sustentar a cadeia editorial.

Este panorama exemplifica o caso de dependência entre o mercado editorial e o Estado na produção de livros no Brasil. Como dito no primeiro capítulo, desde o século XVIII e XIX os livreiros, comerciantes e governo encomendavam obras de outros países, principalmente de Portugal, para a educação de crianças e jovens.

---

<sup>56</sup> Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B5QJujJhZbE9Y3hleEJqVS1taG8/view>. Acesso em: 25/06/19.

Naquela época, os livros infantis eram, em sua maioria, voltados para a educação moral e a formação básica. O mercado livreiro no Brasil era identificado pelo interesse dos agentes da literatura em formar um número de leitores que pudesse ampliar a venda dos livros, o que evidenciou a criação de coleções infantis a partir da compra de clássicos da literatura infantil universal, além da tradução e adaptação de tais obras. Por outro lado, a criação de um mercado para livros elementares dependeu da educação básica oferecida pelo governo brasileiro, que só melhorou o suficiente para investir nas obras escolares em 1880, e para que isso acontecesse, foi preciso mudanças que começaram aproximadamente no último ano do Império.

Com isto, é necessário compreender que o governo e o mercado editorial estão interligados há muitas décadas, desde os primórdios do mercado literário brasileiro, o que resulta em uma dependência significativa. Dados a respeito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático e o Programa Nacional Biblioteca na Escola exemplificam a situação.

Para que os programas sejam realizados é necessário que exista a compra governamental dos livros didáticos, paradidáticos e literários e a sua distribuição nas escolas. O primeiro grande problema é a falta das compras, que em consequência, enfraquece o mercado brasileiro, desenvolvido majoritariamente pela produção de livros didáticos. Em 2014, o PNBE havia comprado 19.394.015 exemplares, um investimento de R\$ 92.362.863,86 milhões. Já em 2015, durante a crise econômica e a troca de governo em decorrência do impeachment, houve uma preocupação que o programa fosse cancelado. Naquele ano, em uma reunião de organizações do setor livreiro com o até então secretário-executivo do MEC, Luiz Cláudio Costa, foi anunciado que não haveria a publicação do edital do PNBE em 2015 para compra em 2016, suspendendo o programa<sup>57</sup>. Um segundo problema é o atraso de pagamento dos programas PNBE e PNLD. Em 2016 foi estimado um valor de R\$ 230 milhões que deveriam ser pagos pelo Ministério da Educação (MEC) às editoras.<sup>58</sup> Ainda assim, em 2016 houve o investimento de R\$ 1,36 bilhão na área.

Em 2015 e 2016 o mercado editorial brasileiro passou por grandes dificuldades, somado à falta de investimentos e atraso dos pagamentos pelo governo

---

<sup>57</sup> Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2015/08/13/pnbe-naufraga-em-2015>. Acesso em: 15/03/2019.

<sup>58</sup> Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2016/03/16/mec-atrasa-pagamento-de-didticos>. Acesso em: 15/03/2019.

federal. A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) calculou que de 2006 a 2016 o mercado de livros encolheu 17%, considerando a inflação que houve no período.

O que se vê é que o mercado total, computando as cifras do mercado privado e para vendas de governo, encolheu, de 2006 a 2016, 17,08%. A queda real, já considerando a inflação no período, foi de R\$ 6,35 bilhões, em 2006, para R\$ 5,27 bilhões, em 2016. Tirando da conta as compras de governo, o tombo é ainda maior, de 22,85%, passando dos R\$ 5,01 bilhões (em valores corrigidos) apurados em 2006, para R\$ 3,8 bilhões, em 2016 (Publish News. Disponível em: <<https://www.publishnews.com.br/materias/2017/05/23/industria-editorial-encolheu-17-na-ultima-decada>>. Acesso em: 15 de mar. 2019).

Em outras palavras, com a dependência do mercado editorial ao governo, o setor pode ser fortalecido ou enfraquecido à medida que os programas e investimentos são aumentados ou diminuídos. Esse movimento possui a tendência de criar uma maré insegura que é atravessada pelos editores e livreiros ao longo dos anos.

Mileide Flores, livreira e ex-coordenadora de políticas de livro e leitura da SECULT, conta que é imprescindível notar a importância do livreiro, não sendo possível falar sobre políticas públicas para o livro e a leitura observando apenas como agente econômico, pois o mais importante na cadeia produtiva e comercial do livro está na compreensão não somente de seu movimento econômico, mas também de suas repercussões políticas, culturais, educacionais, sociais, profissionais e tecnológicas, uma vez que estimula a produção de ideias.

Isto é, o espaço em que os agentes atuam é afetado de diferentes maneiras por diversos campos, sejam eles políticos, econômicos ou outros. Em consequência, as práticas desses agentes também são afetadas, sendo necessário desenvolver estratégias, políticas editoriais, entre outros recursos para sobreviver às intempéries do espaço em que operam.

### **3.3 Mercado editorial: esboço de uma cartografia do espaço.**

Para verificar os modos de produção e circulação das obras literárias, bem como das estratégias e práticas utilizadas pelos editores, escritores e demais

agentes na construção de um espaço para a literatura infantil no Ceará, observa-se a necessidade de realizar uma cartografia do espaço, conectando locais e agentes à medida em que a pesquisa foi se desenvolvendo<sup>59</sup>.

O ponto de partida é a Edições Demócrito Rocha e a Editora Dummar, que estão localizadas na Avenida Aguanambi, bairro José Bonifácio - região central de Fortaleza. O bairro é cercado pelo Centro, Bairro de Fátima, Benfica e Joaquim Távora. Aos arredores das editoras estão a Universidade Federal do Ceará (Campus Benfica) e a Universidade Estadual do Ceará (Campus Fátima), além de alguns sebos e livrarias. Outra avenida próxima às editoras é a Domingos Olímpio, palco de diversas manifestações populares, como o Maracatu e o Carnaval. Além das manifestações culturais da cidade, o local onde estão as editoras recebem diversos eventos literários, como feiras de livros, palestras, cursos, etc. A Fundação Demócrito Rocha, empresa sem fins lucrativos a qual a Edições Demócrito Rocha é subordinada, oferece diversos cursos online, livres e de extensão; pagos, como de Secretaria Escolar, ou gratuitos, como o de Mediação de Leitura, coordenado por Raymundo Netto.

Raymundo Netto é escritor, ilustrador, ex-editor adjunto da Edições Demócrito Rocha e atual coordenador de projetos da Fundação. O autor conta que seu aprendizado literário se deu em casa, com aulas particulares da mãe, que era professora<sup>60</sup>. No entanto, seus pais não eram leitores assíduos. Netto primeiro começou a ler revistas em quadrinhos – seu pai sempre as trazia porque tinha medo dos filhos saírem de casa quando moravam no Rio de Janeiro –, depois Monteiro Lobato (completando sua coleção quando se tornou adulto), enciclopédias e, à medida que ia crescendo, foi passando para os clássicos da literatura brasileira, como Machado de Assis e Rachel de Queiroz. Entre os 15 e 16 anos de idade escrevia poemas e romances, e era um ávido leitor da clássica Coleção Vaga-lume. Formou-se em Fisioterapia e fez pós-graduação em Administração Hospitalar, se tornando chefe de Fisioterapia da Marinha. Até que decidiu desistir para trabalhar com arte. Começou com cinema de animação, produziu desenhos animados, passou para os quadrinhos e publicou algumas histórias, até que chegou às artes gráficas. Escreveu seu primeiro livro, *Um conto no passado: uma cadeira na calçada*, sobre patrimônio e memória, em 2004, e após ganhar o I Edital de Incentivo às Artes da SECULT, o

---

<sup>59</sup> Ver Apêndice A.

<sup>60</sup> Entrevista realizada em 21/08/2018.

publicou em 2005. Foi nos lançamentos do livro que conheceu diversos autores, começando a gostar do universo literário da cidade. As livrarias, os sebos e os bares eram pontos de encontro frequentes dos escritores. Após dois anos da publicação do seu primeiro livro, foi chamado pela então editora do Vida e Arte (caderno cultural do Jornal O Povo), Regina Ribeiro, para trabalhar no jornal como cronista. Para Netto não foi um simples emprego, mas uma forma de se apresentar aos leitores do jornal e ganhar visibilidade, o que juntou com seu trabalho no blog Almanacultura, divulgando lançamentos de livros, autores, eventos literários, etc. Foi chamado para trabalhar na SECULT entre 2007 e 2008, permanecendo até 2011 como coordenador da Política de Livros e Acervos. Em 2012, quando Regina Ribeiro se tornou editora da Edições Demócrito Rocha, o convidou para trabalhar junto com ela, e após dois anos, se tornou coordenador de projetos da Fundação Demócrito Rocha, em 2014. Também já participou da banca de seleção do PAIC Prosa e Poesia e agora edita os livros do programa. Possui 11 livros, dentre eles, livros infantis encomendados e publicados pela EDR, como *Boto Cinza Cor de Chuva*.

Assim como Raymundo Netto, os escritores Almir Mota, Arlene Holanda e Klévisson Viana também trabalharam e/ou trabalham com a Edições Demócrito Rocha e a Editora Dummar, recebendo encomendas para produção de textos. Além de colaborarem com as editoras, Almir Mota e Klévisson Viana possuem suas próprias casas editoriais, a Casa da Prosa e a Tupynanquim Editora (respectivamente), enquanto Arlene Holanda realiza o trabalho editorial para a editora IMEPH, conhecida pelas suas publicações a respeito do patrimônio material e imaterial, como também por publicar fora do estado.

A Casa da Prosa é uma editora especializada em literatura infanto-juvenil, localizada no Centro de Fortaleza, em frente à Praça dos Leões - que recebe diversas feiras de trocas, vendas e compras de livros novos e usados, literários ou didáticos - e perto do Museu do Ceará. Por esta um bairro histórico e cultural da cidade, outros pontos como o Cineteatro São Luiz e o Centro Cultural Banco do Nordeste também estão próximos à editora. O foco de suas publicações está na valorização das manifestações culturais das várias regiões brasileiras, principalmente do Nordeste e do Ceará<sup>61</sup>. Em seu catálogo há livros como *Cocó, o rio amigo, Uma estrela caiu no Pão de Açúcar*, e *O Cavalinho Amarelo*. Todos os livros da casa são escritos por Mota.

---

<sup>61</sup> Disponível em: <<https://www.casadaprosa.com/sobre>>. Acesso em: 29/05/19.

Almir Mota é escritor, produtor cultural, contador de histórias e editor na Casa da Prosa. Ele afirma que seu gosto pela leitura literária começou independente da escola, mas através de sua família, que são contadores de história<sup>62</sup>. Suas tias tinham o costume de ler cordéis, e nas reuniões familiares que ocorriam no sítio em que morava na cidade de Sabueiro, geralmente à noite, declamavam as histórias. Sua avó também era uma contadora de histórias, apesar de não saber ler. O contato de Mota com os livros era por meio do material didático oferecido pela escola, em que as lições de português continham alguns textos para leitura e interpretação. Aos 10 anos conheceu um professor de Iguatu que passou a emprestar livros para que pudesse ler, conhecendo então autores como Machado de Assis e José de Alencar. Ao escrever seu primeiro livro, já adulto, começou a publicar e a negociá-los. Em 1998 procurou a Edições Demócrito Rocha, no entanto, como seu livro já havia sido publicado, não poderia publicar novamente pela editora. Foi então apresentado ao jornalista e escritor Lira Neto – escritor e editor executivo da EDR na época -, que contou para Almir a ideia de escrever livros com a cara do Ceará para crianças, com histórias sobre a Galinha Choca, o Bode loiô, entre outros personagens, características, etc., do estado. Assim nasceu a Coleção Roda Pião em 1999, com cinco volumes e diversos autores convidados. No ano de 2000 participou do Conselho do Jornal O Povo. Com o passar dos anos, surgiu a Casa da Prosa. Seu trabalho como editor passou a envolver produção cultural, visitação de escolas para divulgação dos livros e contação de histórias, bem como a realização de eventos literários como a Feira da Literatura Cearense, a Feira do Livro Infantil e o Lamparina de Histórias, um festival internacional de contos.

A Feira do Livro Infantil (FLI) contou com sete edições, sendo a primeira em 2009 e a última em 2016, realizada no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, reunindo diversas editoras (de porte pequeno e médio) e autores brasileiros, inclusive de outros países como México e Argentina. Para Almir Mota, a FLI foi diferente de outras feiras que estavam sendo realizadas por conta da qualidade literária que oferecia. Algumas das editoras que compareceram foram a Vieira & Lent, do Rio de Janeiro, a Editora Aletria, de Minas Gerais, a Cortez Editora e a Cosac Naify, ambas de São Paulo – tendo esta última fechado as portas há poucos anos. Estima-se que foram seis editoras de Minas Gerais, oito de São Paulo, cinco do Rio de Janeiro, além

---

<sup>62</sup> Entrevista realizada em 09/08/2017.



de Goiás, Bahia e Recife. A região que obtiveram menos sucesso foi o Norte. A feira tinha a proposta de fortalecimento das pequenas e médias editoras, já cansadas de participar de eventos com preços abusivos para aluguel de stands e divulgação da marca, mas com pouco retorno financeiro. Por ser uma feira construída a partir da verba de editais, os produtores Almir Mota e Júlia Barros garantiram stands gratuitos para as editoras (um total de 36 stands), além de passagens ou hospedagem para determinados autores e palestrantes – negociação que garantiu a vinda e permanência dos editores nas edições seguintes. Com a divulgação, a cada ano novas marcas apareciam, o que fez com que precisassem diminuir a entrada de editoras de fora, já que a ideia era também fortalecer o mercado editorial local.

Outro ponto comentado pelos produtores da feira foi que a fragilidade comercial no Nordeste prejudicou o comparecimento de editoras da região, além do Norte. Ainda assim, observam que a partir daí os editores puderam se conhecer melhor, divulgando mais sua literatura e a publicar novas obras para que pudessem estar na feira, surgindo novos autores e abrindo o espaço que estava se constituindo. Para Almir Mota, a Feira do Livro Infantil surgiu em um momento propício para a sua realização, com diversos programas e editais que apoiavam a sua construção. No entanto, o momento parece estar se encerrando. Em 2016, houve outros lugares que não fizeram suas feiras, como a Feira Literária de Passo Fundo – conhecida pelos livreiros, editores e leitores brasileiros. Por conta do enfraquecimento do mercado, o escritor admite ser necessário ter cautela e atuar como um gestor financeiro para pensar no que é melhor investir nesse atual momento que o país enfrenta, descobrindo novos momentos, autores e vieses literários.

Entre as editoras cearenses presentes na feira, estava a IMEPH. A editora localiza-se no bairro Aldeota, zona norte da cidade de Fortaleza e considerada área nobre – região em que se concentram colégios elitizados e equipamentos culturais, como a Praça Luiza Távora e o Museu da Escrita. Atua desenvolvendo projetos de formação para educadores (educação infantil, de jovens e adultos; educação inclusiva, formação de gestores, monitoria de alunos, etc.), assessorias técnico-pedagógicas, oferece capacitações de pessoal, promove eventos, realiza avaliações de alunos e professores, além de produzir livros e materiais didáticos<sup>63</sup>. Suas publicações literárias dão prioridade aos textos de origem regional e local, atendendo

---

<sup>63</sup> Disponível em: <<http://imeph.com.br/sobre-nos/>>. Acesso em: 30/05/2019.

também as temáticas afro-brasileira, indígena, patrimônio e cultura. A IMEPH possui a característica de publicar em diversos estados, como São Paulo e Minas Gerais, através de parcerias diretas e editais do estado ou município. Sua editora-executiva, Arlene Holanda, é escritora e ilustradora, colaborando também com a Edições Demócrito Rocha e a Editora Dummar.

Arlene Holanda conta que foi uma criança que viveu muito tempo na zona rural, e teve a “sorte” de ter uma mãe leitora – e embora com pouca escolaridade, sabe escrever e é descrita como uma “leitora voraz”<sup>64</sup>. A leitura de mais fácil acesso à Holanda e sua mãe foram parábolas da bíblia, revistas e cordéis. Seu pai era contador de histórias, procurado por universitários para pesquisas por conhecer inúmeros “causos” da cidade em que viviam: política, histórias assombradas, de vaqueiros, etc. Muitos deles, inclusive, chegavam na fazenda de seus avós e contavam diversas histórias. Logo que começou a escrever para o público infantil e juvenil, as histórias ouvidas quando criança foram inspirações para seus escritos. Além de escritora e ilustradora, Arlene Holanda tornou-se historiadora, designer, arte-educadora, produtora cultural, cordelista e contadora de histórias<sup>65</sup>. Suas atividades na Edições Demócrito Rocha começaram com o trabalho de ilustração, e na época, ainda não havia escrito para o público infantil e juvenil. Foi assim que teve a ideia de escrever *O Fantástico Mundo do Cordel*, em 2006, chegando a ganhar o Prêmio Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) de Altamente Recomendável, e sendo adotado por escolas públicas (por meio do PNL D como obra complementar em sala de aula) e particulares<sup>66</sup>. Também trabalhou no Armazém da Cultura<sup>67</sup> como editora, além de ter escrito e ilustrado livros na casa. A autora conta que também publica em outros estados, como São Paulo, e suas parcerias se estendem a outras editoras, funcionando como uma cadeia de indicação construída através de seus trabalhos como organizadora de livros, designer e escritora. “O mercado se indica, se reconhece, e vai tecendo essa teia de parcerias”, afirma.

---

<sup>64</sup> Entrevista realizada em 19/04/2019.

<sup>65</sup> Disponível em: <<https://memoriasdapoesiapopular.com.br/2014/11/25/poetisa-arlene-holanda-sintese-biografica/>>. Acesso em: 30/05/2019.

<sup>66</sup> Este livro conta a história do cordel, desde a Europa medieval até o nordeste brasileiro. Contém ao final da história um manual ensinando como a criança pode escrever e publicar seu próprio cordel.

<sup>67</sup> Esta editora pertence à Albanisa Dummar, ex-editora executiva da Edições Demócrito Rocha e integrante da família dona do Grupo de Comunicação O Povo. Com a saída de Albanisa da EDR, foi criado o Armazém.

Para Holanda, faz parte do trabalho de editora tanto garimpar textos de autores como fazer encomendas. Às vezes é preciso que o autor corresponda a necessidade da editora com temas, assuntos e textos específicos. Ela conta que dificilmente bons textos são recebidos, e que geralmente as publicações são feitas através de indicação de autores que já publicam pela casa ou por outras editoras. É importante ter em mente o que as editoras possuem em seus catálogos e oferecer algo novo, mas que dialogue com o trabalho da empresa. Entre seus livros publicados, estão *O Diário do Sol* e *A Repartição do Mundo*, publicados pela Edições Demócrito Rocha; *Dois segredos do bode loiô* e *Ciranda* pelo Armazém da Cultura; e *No céu, na terra e no mar*, pelo IMEPH.

Uma característica interessante das editoras cearenses é que a maioria publica cordéis voltados para a literatura infantil, porém em formato diferente do convencional folheto. Em Fortaleza há uma editora especialista em literatura de cordel, a Tupynanquim Editora, a qual seu editor, Klévisson Viana, colabora com diversas publicações para a EDR e Ed. Dummar.

Localizada no bairro Antônio Bezerra em um prédio comercial, a Tupynanquim Editora começou com o objetivo de publicar livros, revistas, jornais e histórias em quadrinhos para instituições, formulando em 2017 um projeto gráfico e a edição de mais de 40 obras para a UNICEF<sup>68</sup>. Foi em 1998 que a editora iniciou o processo de publicação de histórias em quadrinhos com temas regionais, focando em 1999 na literatura de cordel – que enfrentava uma crise na época, e um dos motivos apontados por Klévisson Viana seria a falta de editores. Klévisson conta que Sérgio Braga, dono da livraria Livro Técnico (que encerrou suas atividades), incentivou a venda dos folhetos de cordel, chegando a vender 10 mil folhetos por mês em um único ponto de vendas, no Dragão do Mar (eram 10 lojas espalhadas pela cidade). Ao longo dos últimos anos, porém, algumas editoras antigas especializadas em cordel se fortaleceram e novas foram criadas, como a Cordelaria Flor da Serra, do poeta Paiva Neves, e a Ser Cordel. Em outras cidades como Olinda, há a Editora Coqueiro; em Natal, a Chico Editora; em São Paulo, a Editora Luzeiro (que já se chamou Tipografia Sousa e Prelúdio) com mais de 50 anos de atividade<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> Disponível em: <<http://tupynanquimeditora.blogspot.com/p/a-editora.html>>. Acesso em: 30/05/2019.

<sup>69</sup> Disponível em: <<http://blogs.opovo.com.br/editoradummar/2017/07/19/um-bate-papo-com-o-cordelista-klevisson-viana/>>. Acesso em: 30/05/2019

O trabalho de Klévisson Viana no cordel e na Tupynanquim Editora é reconhecido nacionalmente. O escritor, cordelista, xilogravador e editor<sup>70</sup>, em entrevista ao podcast Folha de Rosto<sup>71</sup> da Editora Dummar, conta que o cordel entrou na sua vida através de seu pai, um agricultor que criou o hábito de ler ainda criança, e que por sua vez, aprendeu com sua mãe, uma senhora que havia estudado em escolas de freiras e tinha acesso à uma boa biblioteca - o que mais tarde auxiliou na alfabetização de seu filho. O pai de Viana lia cordéis, declamava poesias e tinha um particular interesse por biografias de grandes personalidades, o levando a se interessar pela cultura, arte e folclore. Viana afirma que a leitura em sua casa tinha a finalidade de entretenimento, uma vez que não possuíam televisão e a rádio não parecia ser tão interessante quanto a voz do seu pai lendo. Quando criança, o cordelista costumava brincar de “fazer livros”, dobrando as folhas de papel várias vezes, desenhando e escrevendo histórias. Em 1990 foi trabalhar no Jornal O Povo como ilustrador, onde passou cinco anos. Até que as atividades da Edições Demócrito Rocha começaram a se desenvolver e ele começou a publicar pela casa. Em 1995 montou sua própria editora, a Tupynanquim Editora. Dentre os livros publicados por Klévisson Viana, estão *A Princesa Encantada de Jericoacara*, pela Editora Dummar; e *O Tesouro da Felicidade*, pela Edições Demócrito Rocha – sendo as duas obras adaptações de cordéis publicados pela Tupynanquim Editora.

É interessante observar como as editoras e os editores vão se interligando no espaço, fazendo com que as obras de literatura infantil circulem pela cidade. No entanto, aos olhos de Almir Mota e Raymundo Netto, o momento atual não é o dos livros infantis. A Casa da Prosa procura focar na contação de histórias e em outros tipos de eventos; a Edições Demócrito Rocha está focada em projetos da Fundação Demócrito Rocha e a Editora Dummar publica outros livros que podem trazer lucros mais rápidos, como as obras sobre espiritualidade, meditação e budismo. O IMEHP, porém, parece permanecer nesse ramo, mas procurando não depender do governo do Ceará, firmando parcerias fora do Nordeste. Já a Tupynanquim Editora continua suas publicações de cordel, gênero que se firmou como um patrimônio imaterial brasileiro.

---

<sup>70</sup> Disponível em: <<http://tupynanquimeditora.blogspot.com/p/klevisson-viana.html>>. Acesso em: 30/05/2019.

<sup>71</sup> Disponível em: <<http://blogs.opovo.com.br/editoradummar/2017/07/19/um-bate-papo-com-o-cordelista-klevisson-viana/>>. Acesso em: 30/05/2019.

O espaço onde se caracterizam as práticas editoriais funciona através de mecanismos que produzem e reproduzem as oposições entre escritores, editores, livreiros, críticos, etc., também sob a forma de um sistema de categorias de percepção e de apreciação que classifica as obras e demais produtos do campo literário (BOURDIEU, 2007, p. 219). Nessa dinâmica prevalece as diferenças e as hierarquias existentes, fortalecendo o jogo social em que os agentes se encontram. Para que existam socialmente, os agentes precisam marcar uma posição na estrutura social, pertencendo a grupos e formando redes de relações, sujeitando-se a obrigações e controles. Isto é, as trajetórias dos agentes são definidas pelas relações de força do campo, inscritas nas disposições, nas práticas e no capital que herdaram ou adquiriram ao longo de suas trajetórias, definindo também as oportunidades que irão obter dentro do espaço (BOURDIEU, 1996, p. 24).

Caracteriza-se como uma subordinação estrutural, em que os agentes situados no espaço editorial são observados segundo sua posição – as instâncias de consagração, como por exemplo, a universidade, também determinam posições e práticas, além de influenciar na produção e recepção das obras dos produtores. Em vista disto, ocorrem as mediações mercadológicas e simbólicas, exercendo influência direta na economia de editoras, empresas jornalísticas, etc., e no fortalecimento de ligações, afinidades e sistemas de valores, unindo agentes de uma mesma classe (BOURDIEU, 1996, p. 65). Essas sujeições que ocorrem entre os agentes e as instituições, bem como entre os campos e espaços, estabelecem trocas que visam uma legitimidade.

Mas o que compõe um mercado editorial? E o que legitima a sua existência? Seriam as feiras, a publicação de livros, as vendas, a existência de um público leitor e as associações literárias? As universidades, os críticos literários e outras instituições e agentes? É fato que há publicações de obras na cidade, bem como a realização de feiras, bienais, etc. para sua divulgação e circulação, além de haver associações, como a Câmara Brasileira do Livro (CBL), o Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL), a Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (ABRELIVROS) e a Câmara Cearense de Livros (CCL). No entanto, as vendas e a existência ou não de um público leitor e o consumo são características imprescindíveis para a constituição de um mercado, mesmo que pequeno. Dados disponibilizados informam o desempenho de cada setor no Brasil.

Segundo uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) a pedido da Câmara Brasileira do Livro e do Sindicato Nacional de Editores de Livros mostram a evolução do faturamento real de vendas no setor editorial ao longo dos anos de 2006 e 2014 atravessou uma maré alta e baixa em que se manteve entre R\$ 1,8 bilhão. A partir de 2015 os números foram baixando gradativamente, ficando entre R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,4 bilhão em 2018. A venda dos livros didáticos enfrentou uma queda constante desde 2014, sendo historicamente a área mais rentável do setor editorial (ver gráfico 1).

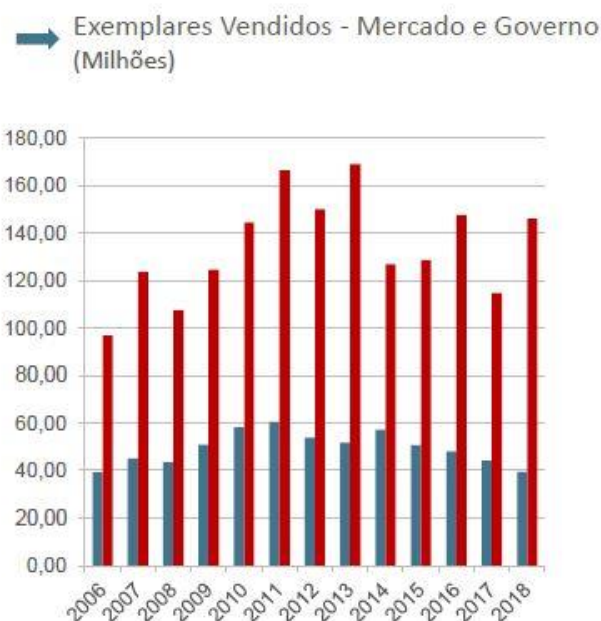
Gráfico 1 - Evolução do Faturamento Real – Vendas ao Mercado.



Fonte: Pesquisa FIPE/CBL-SNEL. Disponível em: <<http://cbl.org.br/downloads/fipe>>. Acesso em: 14 de jul. de 2019.

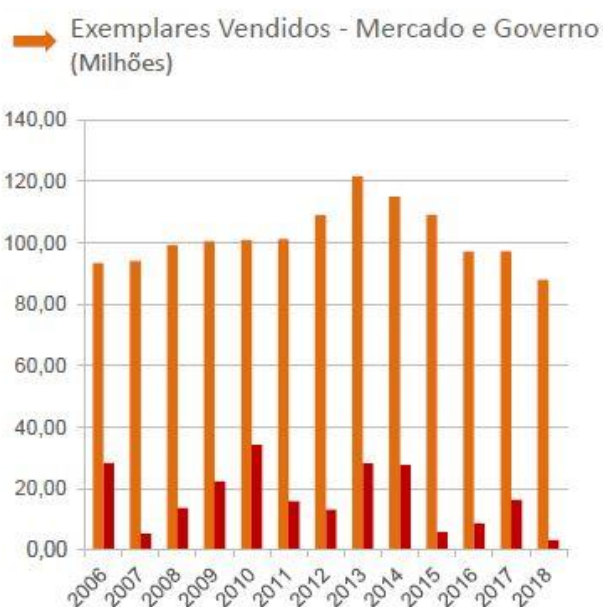
Como é possível observar no gráfico 2, as vendas ao governo sempre tiveram índices muito maiores do que as vendas para o mercado, ainda que opere com algumas quedas ao longo dos anos. A situação muda quando vemos os números relacionados às obras gerais, no gráfico 3, em que os exemplares vendidos ao mercado são consideravelmente maiores do que os vendidos ao governo.

Gráfico 2 - Exemplares Vendidos – Mercado e Governo (obras didáticas).



Fonte: Pesquisa FIPE/CBL-SNEL. Disponível em: <<http://cbl.org.br/downloads/fipe>>. Acesso em: 14 de jul. de 2019.

Gráfico 3 - Exemplos Vendidos – Mercado e Governo (obras gerais)

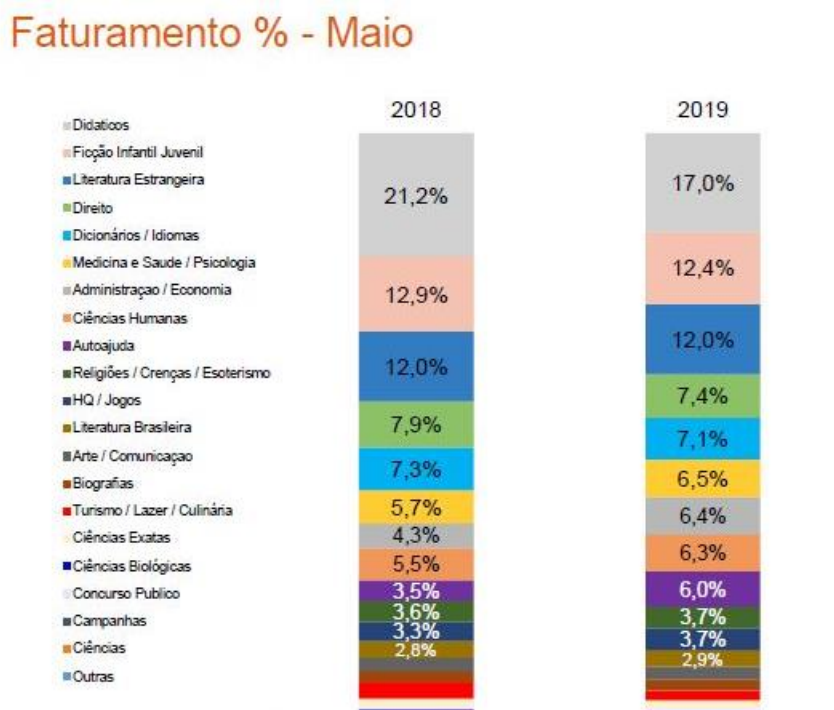


Fonte: Pesquisa FIPE/CBL-SNEL. Disponível em: <<http://cbl.org.br/downloads/fipe>>. Acesso em: 14 de jul. de 2019.

De acordo com a pesquisa feita pela Associação Nacional das Livrarias (ANL) e a GfK, o faturamento de maio de 2018 no setor livreiro foi maior com os livros didáticos, sendo 21,2% das vendas, seguido pela literatura infanto-juvenil com 12,9%. Já em 2019, o número cai para 17% no eixo de didáticos e 12,4% nos livros infantis.

Outras áreas também entraram em queda, enquanto outros obtiveram aumento, como no caso dos livros de autoajuda, que passaram de 3,5% a 6% em um ano (ver gráfico 4).

Gráfico 4 - Faturamento em porcentagem de maio (setor livreiro).



Fonte: Pesquisa GfK sobre Mercado de Livros – maio de 2019. Disponível em: <[https://www.anl.org.br/docs/GfK\\_Mercado\\_de\\_Livros\\_Maio2019\\_ANL.pdf](https://www.anl.org.br/docs/GfK_Mercado_de_Livros_Maio2019_ANL.pdf)>. Acesso em: 14 de jul. de 2019.

Esses dados no Ceará são difíceis de serem coletados, pois os agentes possuem certa resistência em disponibilizá-los, uma vez que os números são baixos, principalmente no atual momento em que o mercado procura se recuperar. Isto denota uma fragilidade comercial que, ainda que os números sejam baixos, caracteriza ainda a existência de vendas. No caso da literatura infantil, no entanto, a saída de livros é pequena. Como dito anteriormente, segundo os agentes desta pesquisa o momento não sugere o investimento nos livros infantis. Isto justifica a necessidade de algumas editoras, como a Edições Demócrito Rocha, realizar a estratégia de divisão de trabalho com a Editora Dummar, diversificando a oferta e ajustando a produção. No caso da Casa da Prosa, entende-se a atuação também como produtora cultural, pois se torna inviável sustentar-se apenas da venda de livros; bem como a procura da IMEPH por outros mercados fora do Ceará.

Por outro lado, a falta de leitores prejudica a ocorrência desse mercado. De acordo com o estudo Retratos de Leitura no Brasil, feito pelo Instituto Pró-Livro, 14%



da população que vive no Nordeste são analfabetas ou não frequentaram a escola. Em 2015, o número de leitores – caracterizados pela leitura de ao menos 1 livro em 3 meses – era de 51%, sendo 49% não leitores. Em 2011, a média do número de livros lidos por ano no Nordeste foi de 4,3 para 3,93 em 2015<sup>72</sup>. É preciso lembrar ainda da dificuldade que muitas crianças possuem ao serem alfabetizadas. Há quem viva em espaços desfavoráveis para o acúmulo de determinados capitais culturais possibilitem que elas verificarem a leitura como um universo convidativo. Alguns problemas, como o envolvimento de famílias com o tráfico de drogas, fazem com que o ambiente onde vivem se torne dificultoso para a prática da leitura, uma vez que a mediação da família é limitada. Entre as crianças com pouca fluência leitora, há uma preocupação e nervosismo em conseguir decifrar as letras do alfabeto, e algumas vezes sem de fato entender o sentido do texto. As atividades de leitura, os livros e o mundo da escrita remete, à maioria dos alunos, apenas obrigações escolares que necessitam esforço de compreensão, paciência e, principalmente, de concentração – é necessário considerar que muitas dessas crianças leem em boa parte os livros literários na escola, os fazendo identificar a leitura das obras como atividade escolar (SALES; LEÃO, 2018). Isto é, a leitura literária é prejudicada pelos diversos obstáculos encontrados à frente. Ainda segundo a pesquisa do Retratos de Leitura, a faixa etária de 5 a 10 anos de idade se sente motivada a ler pelo próprio gosto (40%), sendo a segunda principal causa a exigência escolar (22%). A capa é o que mais influencia (27%), seguida pela dica do professor (18%). Outro dado importante é a influência da mãe na leitura de livros (11%), em segundo o(a) professor(a) (7%) e o pai (4%) – dentre os 33% que afirmaram ter tido influências externas.

Estes dados perpassam a questão da necessidade de formar leitores, fazendo com que as editoras desenvolvam projetos na cidade com esse objetivo. O papel do editor, segundo a editora executiva da EDR e da ED, Regina Ribeiro<sup>73</sup>, também se encontra na revisão de conceitos, no diálogo com os professores e escritores para a produção dos livros, cursos debates e palestras, pois há a preocupação em formar leitores e capacitar os professores para que ocorra essa formação literária – partindo da ideia de que os leitores são formados primordialmente nas escolas. A Fundação Demócrito Rocha desenvolve diversos cursos, dentre eles,

---

<sup>72</sup> Disponível em: <[http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_-\\_2015.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf)>. Acesso em: 14/07/19.

<sup>73</sup> Em entrevista ao podcast da Editora Dummar, Folha de Rostto, número 12.

o de Mediadores de leitura obteve grande adesão dos professores, com fascículos, provas e um certificado ao final do curso. A Casa da Prosa realiza o projeto de contação de contos nas escolas; e o IMEPH possui diversos projetos de incentivo à leitura e a alfabetização, como o Aprender construindo, para Educação Infantil e outro voltado ao Programa de Alfabetização na Idade Certa, o Projeto Afro-brasileiro e Indígena e o Nas ondas da leitura. A maioria deles vêm com kits de livros para alunos e professores.

A questão que se coloca nesse momento é compreender em escala local e nacional, a formação de uma identidade cearense através da representação e da memória coletiva, em que a identidade nacional não é excluída, mas somada por meio da ideia da tradição e cultura popular; bem como compreender a construção do espaço em que se desenvolve a produção e a circulação da literatura infantil no Ceará.

#### 4 A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DE EDIÇÃO DE LIVROS INFANTIS

A procura pelas formas de construção de um espaço de edição de livros infantis em Fortaleza nos levou a caminhar pelos processos de constituição de um mercado para as obras no Brasil, compreender algumas das funções do livro infantil, visitar um Ceará criado através da imaginação e das representações sociais, bem como entender as práticas editoriais, as políticas públicas, a influência do Estado e da cultura popular, além de formular um esboço de uma cartografia do espaço. Neste momento o objetivo é apreender todos esses processos em conjunto enquanto um arranjo de práticas e posicionamentos de agentes e instituições em um espaço – ou seria um campo?

É necessário entender que o espaço social possui a tendência de se apresentar enquanto um espaço físico sob a forma de um determinado conjunto de distribuição de agentes e propriedades. Em consequência, todas as diferenças propostas em relação ao espaço físico estão resididas no espaço social reificado (ou espaço físico apropriado), definido pela correspondência de uma determinada ordem de existência conjunta entre os agentes e propriedades. Dessa maneira, o lugar e o local ocupados por um agente no espaço físico apropriado formam ótimos indicadores de sua posição no espaço social. Isto é, o espaço social se inscreve ao mesmo tempo na objetividade das estruturas espaciais e nas estruturas objetivas, que são o produto da incorporação de *habitus*, práticas, capitais e disposições (estruturas objetivadas) (BOURDIEU, 2013, p. 135).

Já a teoria dos campos de Bourdieu expõe um modelo geral para serem pensadas as sociedades diferenciadas. O cosmo social é formado pelo arranjo de microcosmos sociais, relativamente autônomos, em que os espaços de relações objetivas são o lugar de uma lógica e uma necessidade específica às que administram os outros campos (LAHIRE, 2017, p. 64). O campo é o microcosmo que está dentro do macrocosmo, formado pelo espaço social global (nacional ou internacional). Para cada campo há um jogo e regras específicas, em que os interesses sociais não se reduzem a outros jogos ou outros campos. Dessa maneira, o campo é visto como um “sistema” ou um “espaço” estruturado pelas posições ocupadas pelos diversos agentes nesse campo. As práticas e estratégias dos agentes só podem se tornar compreensíveis se forem relacionadas às posições de cada agente dentro do campo.

E sendo todo espaço um espaço de lutas, entra em jogo uma concorrência entre os agentes e as posições que ocupam, com o objetivo de apropriar-se do monopólio do capital específico do campo, ou a redefinição desse capital, que é distribuído de maneira desigual. Por conta disso, constitui-se uma hierarquia entre os dominantes e os dominados. Essa distribuição desigual do capital estabelece a estrutura do campo, o definindo pelo estado de uma relação de forças (agentes e instituições) em contínua disputa no campo. Em luta uns contra os outros, os agentes também possuem interesse na existência do campo, o que auxilia a manter uma “cumplicidade objetiva” que vai além das lutas que os opõem. O campo também possui uma autonomia relativa, em que as lutas que se desenvolvem dentro dele possuem uma lógica própria, ainda que a consequência das lutas externas ao campo pese no resultado das relações de forças internas (LAHIRE, 2017, p. 65). Para cada campo há um *habitus* correspondente, em que apenas os agentes e instituições que incorporarem esse *habitus* próprio do campo é que terão condições de entrarem na disputa do jogo e depositar uma crença em sua importância.

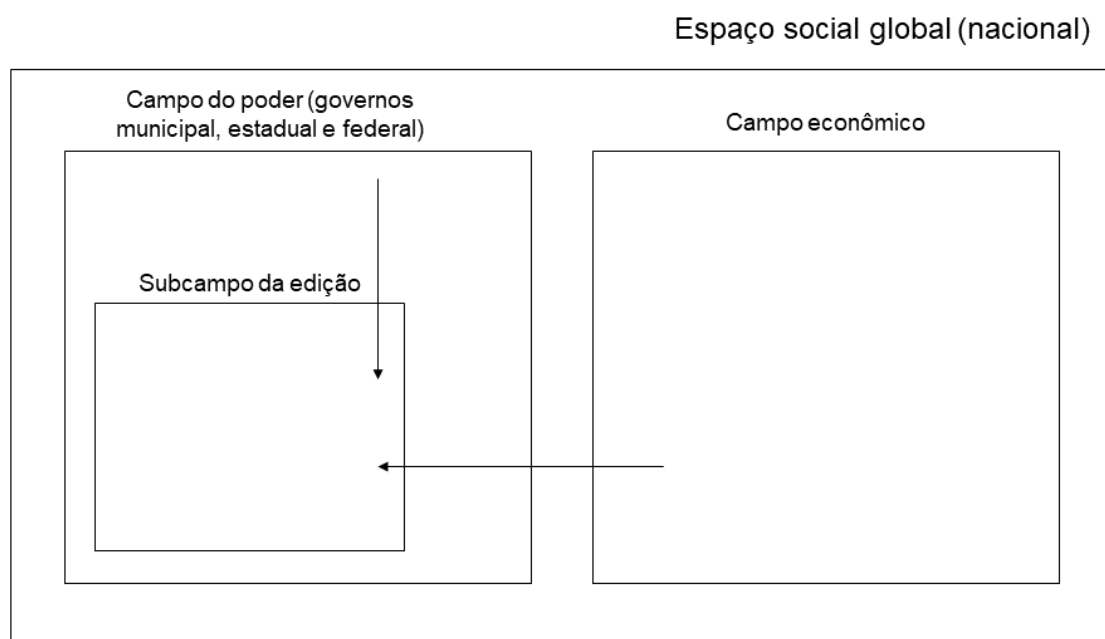
Para Lahire (2017), o modelo de Bourdieu é insensível em relação a outras diferenças cruciais que podem designar outros “campos”, como o grau de profissionalização e a estabilização dos atores no campo. Em vista disto, é possível entender o “jogo” como um “campo secundário”, ou subcampo, em que a remuneração, a institucionalização e a profissionalização são precárias (LAHIRE, 2017, p. 66).

É a partir desta ideia que se entende o espaço de edição de livros infantis em Fortaleza como um subcampo, submisso ao campo do poder em que se encontra o Estado. O espaço social global (nacional) é um macrocosmo em que o campo do poder, como um microcosmo, está inserido, regendo suas forças, *habitus* e estratégias, formulando práticas que influenciam diretamente na construção e no desenvolvimento de seus subcampos não autônomos, dentre eles, onde se produz e circula a literatura infantil na cidade. As lutas de concorrência ocorrem dentro do subcampo em formas de negociações, de confronto de ideias e de posições, como no caso dos agentes que participam da produção da coletânea de livros infantis do PAIC e os que são veementemente contra o tipo de produção que é feita pelo estado do Ceará, sem editais específicos para contratação de editoras ou compras de livros – o que denota uma oposição no campo. Além das lutas externas, em relação a centros

e periferias editoriais que se formam no espaço, como por exemplo, a relação entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em que dominam a produção editorial do país enquanto centro hegemônico, sendo o Ceará visto como um produtor periférico. Há agentes, inclusive, que circulam entre o campo do poder e o subcampo da edição, como por exemplo o secretário de cultura do estado, Fabiano dos Santos Piúba – escrevendo livros infantis, atuando ativamente na Bienal e em outros projetos que envolvem as questões referentes ao livro, leitura e literatura no Ceará e no Brasil.

Como é mostrado na imagem abaixo, os interesses sociais dos agentes que atuam nesse subcampo são submetidos aos interesses do Estado (enquanto um campo de poder) e do mercado (ligado ao campo econômico). Ainda que os agentes possuam uma autonomia relativa ao que vão publicar, eles sofrem influências diretas pelo estado de lutas e concorrências existentes nos campos superiores aos deles, como o do poder e o econômico – cada um, detém, respectivamente, o monopólio do capital cultural e o do capital econômico.

Figura 1 - Explicação do desenvolvimento de um espaço social global que abarca os campos do poder e o econômico, dentre diversos outros, e associa o subcampo da edição no Ceará ao interior do campo do poder. O subcampo também exerce influência em seus campos superiores, mas a intenção é evidenciar a ação dos campos ao subcampo.



Fonte: elaborado pela autora.

No caso, por exemplo, da Edições Demócrito Rocha e da Editora Dummar, por estarem direta e indiretamente ligados a empresa de iniciativa privada (ainda que

a EDR esteja vinculada a uma empresa sem fins lucrativos) que possui sua própria instância de legitimação (o Jornal O Povo) e de certo capital econômico, eles não dependem tanto quanto outras editoras de verba do Estado, mas ainda assim seguem as regras impostas pelos campos dominantes, como a Base Nacional Comum Curricular (ao escreverem sobre as temáticas de patrimônio, tradição e cultura popular) relacionado ao campo do poder, e o jogo do mercado imposto pelo campo econômico.

O capital cultural, inclusive, é alvo de práticas e estratégias que visam, ao mesmo tempo, distribuir de forma mais igualitária entre os agentes e instituições do subcampo com o objetivo de depender menos do Estado; mas também utilizá-lo através do próprio Estado para a realização de atividades que necessitam de verba, como feiras literárias e compras de obras. Pensando nisto, é possível observar que é através de editais, dos parâmetros curriculares e de projetos que financiam as feiras literárias, a produção e a compra de livros, além do incentivo à leitura literária e a valorização da cultura popular de cada parte do país, que o Estado acaba por contribuir para formar uma cultura popular nacional – no entanto, é necessário lembrar que os próprios agentes do subcampo da edição também entendem a importância do tema, principalmente como uma forma de legitimação da cultura local, e a escrita acaba por fluir entre as duas vias, agentes e Estado. Esta ideia casa bem com o conceito de um Estado-nação.

A constituição de um Estado-nação em conjunto com as mudanças sociais, rearticulam a força das tradições no Brasil - além de países como Argentina e México. A modernização da sociedade traz a reorganização da esfera cultural, consolidando as indústrias culturais na década de 1960 e 1970. A cultura popular, inclusive, não se mostra enquanto uma só, mas como um conjunto fragmentado e “curto-circuitado” pelo Estado-nação e pelas indústrias culturais, como afirma Ortiz (1994). As festas, o artesanato, são características que perpassam as relações capitalistas, sendo a tradição transformada ao longo desse processo. Geralmente, a tradição é considerada apenas como um arranjo de práticas preservadas no seio da memória coletiva de um grupo; associada ao folclore, ao patrimônio e ao passado. Porém, a tradição também remete a um conjunto de valores, práticas, instituições, que implicam uma maneira de fazer e de ser; enquanto uma norma que também pode ser mediatizada por conta da rapidez das trocas e de movimento dos indivíduos. A partir de 1924 o modernismo

passa a se identificar com a questão nacional, com o objetivo de construir um país que espelhasse a modernização (ORTIZ, 1994, p. 188).

O Estado-nação também articula, organiza e regula os mercados editoriais, formulando a operacionalização das políticas que condicionam as práticas editoriais. É por conta disso que os editores se organizam em câmaras, associações e outros grupos, para articular e negociar decisões do Estado, em uma busca pela conciliação de interesses (MUNIZ JR, 2016, p. 28). Dentro desta mesma ideia, na esfera governamental e na esfera associativa, serão produzidas estatísticas nacionais da produção e do consumo de livros com o objetivo de tornar os mercados editoriais inteligíveis. A identidade nacional prepara terreno inclusive para a produção e circulação das obras em territórios diferentes das origens/atuação dos agentes, assim como os mercados no exterior.

E se na década de 1920 os intelectuais precisavam estabelecer um relacionamento com o jornal para serem lidos, hoje a situação não é tão diferente. A necessidade não continua a mesma, mas ainda é essencial. O jornal ainda desempenha funções econômicas, simbólicas e sociais importantes, não apenas como fonte de renda e prestígio, mas também enquanto via de acesso a grupos, instituições e meios dentro do jogo social literário. A insuficiente institucionalização da esfera cultural e literária leva o órgão a cumprir um papel de instância de legitimidade (ORTIZ, 1994, p. 190). Na América Latina, a partir de um ponto de vista de uma história global, a esfera artística enfrenta contradições para constituir-se e consolidar-se como uma fonte legítima da vida cultural. Isso também denota uma debilidade na ideia de modernidade, uma vez que não houve a etapa de autonomização das artes.

A mundialização da cultura redefine o significado da tradição, em um primeiro entendimento como permanência de um passado e de uma forma de organização social que se contrapõe à modernização das sociedades, representando um tipo de estrutura social menos desenvolvida, anterior à Revolução Industrial, dividida pela transformação tecnológica; e um segundo como forma de estruturação da vida social, manifestando-se através de objetos eletrônicos, “sua concepção célere do tempo, e de um espaço ‘desencaixado” (ORTIZ, 1994, p. 213). Esta segunda concepção é uma moderna tradição que envolve uma memória internacional-popular, em que os elementos que a compõe podem ser reciclados a qualquer momento –

como o cordel e suas adaptações. O passado mistura-se ao presente, determinando novas maneiras de ser e concepções de mundo – uma cultura-identidade.

Neste sentido, a modernidade não é apenas um modo de ser, expressão cultural que traduz e se enraíza numa organização social específica. Ela é também ideologia. Conjunto de valores que hierarquizam os indivíduos, ocultando as diferenças-desigualdades de uma modernidade que se quer global (ORTIZ, 1994, p. 215).

O “global” assume então uma posição frente ao “local” e ao “nacional”. A unicidade pretendida pelo que é identificado por “nacional” fica em segundo lugar quando refere-se ao “global”, uma vez que para esse conceito, o importante é a distinção. Assim, o “nacional” assume algumas qualidades do “local”, tornando a diversidade e a autenticidade características essenciais. É quando a identidade dos povos se apresenta, mostrando-se diferente ao exterior (ORTIZ, 2000, p. 55).

Referir-se ao “local” é imaginar um espaço restrito e delimitado o qual se desenvolve os acontecimentos de um grupo. O “local” é confundido, por conta do contorno territorial em que ocorre os hábitos daquele grupo, com o que circunda os indivíduos e que está presente em suas vidas, oferecendo a ideia de familiaridade. O “nacional” implica um espaço amplo, embora fisicamente determinado. Soma-se ao “nacional” a ideia de historicidade, moldando-se de acordo com os interesses de suas instituições, jogos, visões e políticas de construção do presente, em um processo o qual ocupa um espaço não apenas geográfico, mas construído a partir de (e por conta de) uma consciência coletiva – possível entender aqui, a partir da aproximação da ideia de Chartier e Durkheim, como representação coletiva, uma vez que ambos direcionam o conceito a uma construção simbólica incorporada pelos indivíduos e que os vinculam em sociedade. O “nacional” e o “local” não são opostos, e na verdade, formam uma unidade coesa. No entanto, essa unicidade é o que impõe o “nacional” ao “local”, pela existência de “uma” cultura nacional que é atualizada de diferentes maneiras em diferentes contextos - o Estado, o mercado, a unificação linguística, por exemplo, são instâncias que ditam o espaço nacional (ORTIZ, 2000).

A nação não era uma referência obrigatória para a população até o século XVIII. Foi necessário realizar um esforço histórico, o desenvolvimento de um mercado, a criação de símbolos e a incorporação através das escolas para que se formasse uma representação coletiva, que antes restrita a uma ideologia de Estado, transformasse em cultura. Os indivíduos de cada província foram influenciados a aprender e a



incorporar o sentimento de unidade. A transformação de uma consciência/representação coletiva em cultura requer a materialização do cotidiano e da familiaridade em redes que se conectam entre uma localidade e outra. As culturas são atravessadas então umas pelas outras como linhas de força através da mundialização, levando em conta a diversidade dos povos enquanto diferencial do espaço (ORTIZ, 2000, p. 62). No entanto, ainda que cada cultura seja singular, cada sociedade nacional é um todo unificado, em que a base é o Estado-nação. Dessa maneira, é trabalhada a ideia de identidade, a definindo como uma construção simbólica em relação a um referente, em interação com outras identidades.

A identidade nacional é forjada em um contexto onde as festas cívicas, a unificação linguística, as manifestações culturais, e símbolos como a bandeira, são aprendidos na escola como bases de uma nova solidariedade, fazendo com que os indivíduos se auto-reconheçam como membros de um mesmo grupo. A identidade, porém, não é única. É uma construção cultural e ideológica, em que são selecionadas e ordenadas as lembranças e símbolos os quais os agentes e instituições dominantes querem que os indivíduos incorporem. Porém, ao afirmar que a identidade é uma construção simbólica, conseqüentemente afirma-se que ela é também um produto da história dos indivíduos. Isso leva a pensar sobre os grupos sociais, seus interesses, relações, etc. A identidade se aplicaria então a um quadro onde coexiste a concorrência e o conflito, em uma luta pela definição do que seria sua autenticidade, que esboça a procura por um tipo de legitimidade. E se toda memória é uma leitura do passado, os intelectuais desempenham um importante papel enquanto mediadores simbólicos, constituindo uma ligação entre o passado e o presente, legitimando as visões sobre a história de um país. A memória nacional torna-se um terreno de disputas a partir da sua construção simbólica (ORTIZ, 2000, p. 78).

A ideia de nação pressupõe a desconsideração por parte dos indivíduos de suas regiões como base territorial, pois ela implica o “desdobramento do horizonte geográfico”, desencaixando as pessoas de suas particularidades, localidades e provincianismos para integrá-las no conjunto nacional. Ao mesmo tempo, a nação precisa ordenar os interesses dos grupos. As características de cada um devem conquistar uma legitimidade para demarcar sua autoridade dentro do espaço nacional. Sendo assim, a nação se constitui no topo da hierarquia de produção de sentido, dominando a orientação das práticas sociais, enquanto as outras identidades e

referentes utilizados para construí-la estão submissos a ela. O mercado e a mídia, da mesma forma que a escola e o Estado, são instâncias de legitimação cultural que atuam na definição de normas, orientação de condutas e disposições na construção da identidade nacional, mediadores simbólicos assim como os intelectuais (ORTIZ, 2000, p. 86). Essas instâncias influenciam na construção das identidades, as tornando diferentes e desiguais, desfrutando de distintas posições de poder e de legitimidade. Dessa forma, elas se expressam em um campo de lutas e conflitos.

No entanto, o excesso de “tradição” indica uma realidade provinciana, não moderna, em que o processo de industrialização é incipiente e a modernização ainda em vias de se realizar. O Brasil, inclusive, possui uma fragilidade capitalista em relação aos bens simbólicos em que não conseguem expressar-se plenamente, como no caso da literatura. Não há um público leitor forte para assegurar o escritor sua independência em relação ao mecenato, ou promovê-lo de acordo com critérios estéticos. Explica-se essa condição pela baixa escolarização e o índice de analfabetismo da população. Isso torna o comércio de livros incipiente, levando o escritor a exercer outras funções que não são propriamente as suas (ORTIZ, 2000).

Como visto anteriormente, os temas da “tradição”, “cultura popular” e “cearensidade” aparecem constantemente no histórico de ações do Governo do Estado do Ceará. Seja através de políticas públicas, pesquisas ou discursos políticos, a escolha do tema não é em vão. Faz parte de uma tomada de posição no espaço, uma forma de demarcar uma identidade e uma representação própria dos agentes e instituições no campo que constituíram – e continuam a constituir. A construção da identidade local se conecta à preservação da memória, a uma disputa pela legitimidade de um artesanato, uma literatura, uma cultura própria, mas que não exclui, apesar do localismo, uma identidade nacional. A cultura local se conecta à nacional por meio da instituição escolar e de ações governamentais (municipais, estaduais e federais), principalmente através de editais de compras ou publicações e parâmetros curriculares que interferem diretamente na preservação dessas culturas (bem como nas vendas do setor editorial), incentivando a produção literária em torno do tema. O objetivo se vincula a um interesse de conectar as culturas como partes de um mesmo lugar, formando um espaço social que abriga diversos campos e subcampos onde se desenvolvem os centros e periferias editoriais.

Os centros, inclusive, exercem sobre as periferias uma dominação que corresponde ao nível de autonomia alcançado no campo. No caso dos livros, os estados com menor participação na produção total são, geralmente, aqueles mais pobres, menos urbanizados ou com menos cidades de médio e grande porte (MUNIZ, 2016, p. 30). Essas regiões também são mais distantes dos grandes centros, enquanto sua produção raramente se desvincula do rótulo de “regional” ou “local” e, além disso, importam livros, revistas, ondas televisivas, etc. Os centros regulam as trocas entre interior e exterior, nacional e estrangeiro, autorrepresentações que apresentam efeitos simbólicos e práticos.

A produção editorial é preponderantemente urbana, consequência das constantes evoluções que ocorrem do mosteiro medieval até às cidades modernas, onde encontrou condições mais favoráveis à produção e consumo, e com a modernidade, a atividade editorial passa a ser centrada no editor duplo, o agente intelectual e empresário (MUNIZ, 2016, p. 32). Nas cidades, e em algumas metrópoles, é onde se concentram a maior parte das editoras, juntamente com seus organismos, associações formais e coletividades informais, órgãos de consagração e visibilidade (como livrarias, distribuidoras, gráficas, premiações, feiras, bienais, lançamentos, etc.), bem como ofertas de formação de profissionais para o mercado editorial, entre outros. Os capitais (sejam eles culturais, simbólicos, econômicos ou de poder) os quais os agentes procuram obter, negociar, converter, se encontram nesse espaço, onde se institui determinadas modalidades de presença. O estudo desse arranjo de variáveis, como afirma Muniz (2016), é o que permite identificar a existência de uma “capital editorial” como particularidade específica do “capital cultural”.

No Brasil, há uma predominância do eixo Rio de Janeiro – São Paulo em todos os domínios da atividade cultural, porém, isso nunca parou os “surto regionais” de criatividade intelectual, principalmente em Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A relativa invisibilização da produção dos centros urbanos secundários e de seus interiores soma-se à tensão entre Rio de Janeiro e São Paulo, que dividem um protagonismo da vida cultural como os dois grandes polos do país. Essa oposição gerada pelas distintas identidades gera também uma tensão que organiza a vida cultural da nação, desempenhando, em diferentes momentos da história, o papel de polos hegemônicos onde se concentram instituições de produção, instâncias de consagração, lugar em que são atraídos produtores de diversos lugares do país e

onde se regula características específicas de campos específicos (MUNIZ JR, 2016, p. 35)<sup>74</sup> – não é à toa a procura dos agentes em Fortaleza pela parceria com editoras de fora e pela publicação de seus livros através dos editais de outros municípios e estados, como São Paulo.

Em São Paulo, por exemplo, algumas questões foram fundamentais para seu crescimento. A Semana de Arte Moderna de 1922 é o maior símbolo das portas que se abriram para uma industrialização, uma emergência da vida burguesa; assim como a implantação de instituições como a Universidade de São Paulo, o Departamento de Cultura, o Museu de Arte Moderna, o Teatro Brasileiro de Comédia e a I Bienal de Artes, o que auxiliou o crescimento e a diversificação da imprensa e da produção literária (MUNIZ JR, 2016, p. 37). São Paulo veio se firmar como principal centro comercial e industrial do país em meados do século XIX, servindo como porta de entrada para o capital estrangeiro. Em 1950 e 1960 a cidade se transforma em metrópole, se tornando um centro de mudanças e de desenvolvimento técnico, científico e cultural.

Esse bicentralismo também é evidenciado pela polarização entre a Câmara Brasileira do Livro, criada em São Paulo em 1946, e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros, fundado em 1940 no Rio de Janeiro. Para Muniz (2016) essa polarização evidencia-se como um duplo provincianismo, pois a CBL e o SNEL estão fortemente marcadas por seus locais de origem, ainda que sejam entidades de representatividade nacional.

Considere-se, por exemplo, a composição das diretorias de ambas as entidades no curso de suas respectivas histórias, com nítida concentração de editores cariocas na diretoria do sindicato e de paulistanos na diretoria da câmara. Mas essa polarização tem outro aspecto: apesar de serem entidades com funções e estatutos distintos (a CBL é uma câmara comercial e é composta por editores, livreiros e distribuidores, enquanto o SNEL é um sindicato patronal que reúne apenas editores), acabam por ocupar funções semelhantes no panorama editorial de suas respectivas cidades-sede. A CBL se torna o SNEL de São Paulo, e vice-versa (MUNIZ JR, 2016 p. 41).

Estados com editores semicentrais, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, formaram suas próprias instâncias de representação, como a Câmara Mineira do Livro, a Câmara Rio-Grandense do Livro e o Clube dos Editores do Rio Grande do Sul. Além disso, São Paulo é considerado o centro hegemônico no mercado de livros

---

<sup>74</sup> Não interessa saber o processo histórico que levou o eixo Rio de Janeiro-São Paulo se tornarem polos hegemônicos, mas entender o contexto em que envolve a questão do centro e periferia diante do espaço de produção e circulação literária.

didáticos, correspondendo a aproximadamente um terço do que é faturado no setor, que se desenvolve há várias décadas, sobretudo em 1990, ano em que as compras governamentais passaram a se tornar mais regulares e frequentes.

A profissionalização da área também avançou com o surgimento de ofertas em formações especializadas, como o curso de Editoração da Universidade de São Paulo, e os cursos de Produção Editorial da Universidade Anhembi Morumbi e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essas ofertas surgiram no início da década de 1970 e foram significativos para a profissionalização dos agentes, que em sua maioria eram egressos de outras formações, como Letras e Jornalismo. Há cursos similares em São Paulo, Belo Horizonte e em Santa Maria, considerando também que alguns cursos de Letras oferecem formação específica em edição (MUNIZ JR, 2016, p. 45).

Essa emergência pela profissionalização dos trabalhadores editoriais denota uma busca pela autonomia do campo, o que se mostra como parte da luta de concorrências dos indivíduos. Em Fortaleza os agentes são demarcados pelo seu autodidatismo e a pouca especialização na área editorial. Alguns são egressos do curso de Letras ou Jornalismo, ou mesmo formados em Design, no caso dos ilustradores. O curso de Letras, apesar de ter sido criado em 1946 junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Ceará<sup>75</sup>, não compõe em sua grande curricular uma formação em edição, assim como o curso de Jornalismo, criado em 1965<sup>76</sup> - a disciplina mais próxima seria a de projetos gráficos. O curso de Design, fundado em 2011, é o que mais se aproxima, com disciplinas voltadas à projetos gráficos, história da tipografia e engenharia do papel e encadernação, sendo estas duas últimas disciplinas optativas<sup>77</sup>. Recentemente abriram turmas em universidades privadas ou escolas particulares, oferecendo o curso ou especialização em Design Editorial, como no caso da Opa! Escola de Design e da Universidade Sete de Setembro. Porém, a maioria dos editores ou produtores culturais aprenderam a trabalhar com a área a partir do acúmulo de experiências e de funções.

A partir desses dados, verifica-se que o espaço em que se produz e circula a literatura infantil na cidade de Fortaleza é caracterizado por uma heteronomia e um arranjo de práticas, *habitus* e disposições de agentes e instituições que formam

---

<sup>75</sup> Disponível em: <http://www.cursodeletras.ufc.br/>. Acesso em: 01/08/2019.

<sup>76</sup> Disponível em: <https://www.jornalismo.ufc.br/sobre>. Acesso em: 01/08/2019.

<sup>77</sup> Disponível em: <https://si3.ufc.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf>. Acesso em: 01/08/2019.

um subcampo da edição, submisso ao campo do poder instituído pelo Estado (governos municipais, estaduais e federal). A produção depende principalmente do campo do poder e do campo econômico para realizar-se, legitimando continuamente a posição do Estado enquanto “provedor” de um capital cultural e econômico para o investimento no setor editorial na cidade. A falta de especialização, o autodidatismo, a procura de gráficas em outros estados, os poucos cursos na área editorial e o acúmulo de funções são traços que auxiliam a definir uma posição periférica frente a outros estados e municípios, e mais uma vez, uma heteronomia do espaço. Os agentes procuram, apesar das lutas de concorrência, juntar-se para seu crescimento e amadurecimento. Um exemplo disto é a criação da Câmara Cearense do Livro em 2004 para fomentar a cadeia do livro no Ceará. Em parceria com a Câmara Brasileira do Livro e o Fórum de Literatura e Leitura no Ceará, reuniram o Armazém da Cultura, a Casa do Conto, a Casa da Prosa, a Conhecimento Editora, o IMEPH, o Instituto Vida e Educação, a Omni Editora, a Premium Editora, a Smile Editorial, a Terra da Luz Editorial e a Tupynanquim Editora, na 21ª Bienal de São Paulo (2010) em busca de espaços de divulgação e negociação – o que podemos entender também como uma forma de legitimação da produção local em relação aos grandes centros editoriais. O IMEPH, por outro lado, participa inclusive de feiras internacionais, em cidades como Bolonha e Buenos Aires. Klévisson Viana e Almir Mota estão em constante contato com Portugal pelas suas atividades cordelistas e de contação de histórias.

Entende-se, por fim, que a construção de um espaço de edições de livros infantis está vinculada a jogos e regras que regem modos de publicações, temas para as obras – como a cultura popular, a cearensidade e o patrimônio –, posições, trajetórias, disposições e as demais estruturas estruturadas e estruturantes que formam o subcampo da edição: um local heterônimo o qual seus agentes procuram meios de amadurecer através da legitimação da cultura local frente à outras culturas locais (e mesmo à nacional, ainda que seja em parte por influência externa e que se vincule a ela como parte de um todo), de parcerias com outros agentes e instituições fora dos limites territoriais em feiras e produções literárias, mas que também usufrui e reivindica a dependência ao Estado por meio dos editais de compras governamentais. Isto é, caracteriza-se como um espaço periférico de produção dependente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa objetivou-se compreender a construção de um espaço para a literatura infantil no Ceará, a partir das representações sociais feitas através dos livros literários e das práticas dos agentes e das instituições envolvidas no espaço da cultura em Fortaleza. Para isso, foram realizadas entrevistas, investigações qualitativas e quantitativas, leitura das obras e visitas a feiras literárias, bem como estudo de referências bibliográficas primordiais para esta pesquisa.

Foi visto como se compôs o início do mercado para as obras no Brasil, que sempre contou com o apoio do Estado para a importação ou compra de livros, em sua maioria, pedagógicos. A literatura infantil obteve crescimento ao longo das décadas, servindo de aporte para a construção de uma imaginação sobre sua cidade, estado ou país, sobre o universo ao seu redor e, em muitos casos, as obras atuaram (e atuam) como um manual – que antigamente remetia às boas maneiras, mas hoje serve como apoio às disciplinas em sala de aula. Isto é, a literatura infantil ainda se encontra às voltas de um viés não apenas de entretenimento, mas pedagogizante.

Através dos livros, da leitura e da literatura é possível construir um jogo que constrói e incorpora uma representação coletiva acerca do mundo o qual a criança faz parte. Os temas da tradição, do patrimônio, da cultura popular, demonstram então vincular-se a dois objetivos: ensinar as crianças sobre a identidade do seu grupo, e fazê-las sentir parte desse local. No caso do Ceará imaginado, os livros contam com lendas e contos populares que descrevem o patrimônio material e imaterial – paisagens, pontos turísticos, gêneros literários -, com um linguajar próprio do local e tantas outras características que são encaradas como parte de uma cultura cearense. Esta cultura, inclusive, é promovida pelo Estado através de políticas públicas e discursos políticos, auxiliando a constituir o que se entende por “cearensidade”. A “cearensidade” é encontrada, assim, no incentivo à memória local, contada através de histórias orais e escritas. Isto é, o critério da identidade local, na prática social, denota representações objetais (em coisas, como o livro) ou representações mentais, que são incorporadas pelos indivíduos. São propriedades simbólicas que podem ser utilizadas de forma estratégica para atender a interesses materiais e simbólicos de um agente ou de uma instituição (BOURDIEU, 1998, p. 112). Assim, compreende-se como uma forma particular de luta das classificações, ou seja, pela definição do que é a cultura

local. No entanto, uma cultura local não exclui uma cultura nacional. Em vista disto, observa-se que o Estado, através de editais, de parâmetros curriculares e demais dispositivos, influencia a produção editorial em termos desses temas. O objetivo parece se encontrar na formação de uma unidade, onde cada cultura local em conjunto forma uma cultura nacional, que se distingue frente às culturas globais.

Também foi possível observar que a atuação do Estado como um campo de poder influencia diretamente no campo e no subcampo da edição, formados pelo que se pode entender como centros e periferias, respectivamente. O primeiro, enquanto espaços mais autônomos e menos dependentes das ações e verbas governamentais, e o segundo, um espaço heterônimo, dependente e que busca a legitimação dos primeiros. Outros campos também exercem influência direta, como no caso do campo econômico. O mercado editorial enfrenta altos e baixos, dependendo principalmente da compra governamental para manter o setor ativo.

Por fim, verifica-se que a heteronomia está presente nas práticas e nas estratégias dos agentes e instituições, construindo a singularidade do espaço de edições de livros infantis em Fortaleza. Esta afirmação se encontra no fato de que muitos agentes reivindicam uma maior atuação do Estado. No entanto, uma possível desvinculação não é possível, pois a falta de leitores prejudica as compras fora do setor escolar. Sendo assim, a demanda das escolas e as compras governamentais são o que fazem a economia desse mercado funcionar, ainda que de forma débil em alguns momentos. Quando um governo não atende as expectativas, procura-se outro: em centros como São Paulo e Rio de Janeiro, ou semicentros, como Minas Gerais. Outros sinais de heteronomia são a falta de especialização dos agentes, o autodidatismo, o acúmulo de funções (produtores, editores, escritores, ilustradores, dois ou mais em apenas um agente), e a fragilidade comercial. Porém, há sinais também de procura por autonomia, como por exemplo, cursos de mediação de leitura e formação de leitores, contação de histórias nas escolas e nos espaços das editoras, procura por outros mercados e apresentação das publicações fora do estado ou país.

Neste contexto, entende-se a construção de um espaço de edições de literatura infantil em Fortaleza dentro de um campo do poder, dominado pelos governos municipais, estaduais e federal, sofrendo influência deste e do campo econômico. Isto é, situa-se em um subcampo formado por uma produção dependente e periférica.



## REFERÊNCIAS

ACIOLI, Socorro. **É pra ler ou pra comer? A história da Padaria Espiritual para crianças**. 3º ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2012.

ADJAFRE, Daniel. **A batalha de Jericoacoara**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2009.

ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

AZEVEDO, Ricardo. **Literatura infantil: visões, origens e certos traços populares**. Presença Pedagógica - Belo Horizonte: Editora Dimensão - Nº 27 - mai/ jun 1999.

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. Leitura, leitores, letrados, literatura. *In*: \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *In*: **Revista Estudos Avançados**. Nº 27 (79), p. 133-144, 2013.

\_\_\_\_\_. A identidade e a representação – Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. *In*: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGANÇA, Aníbal. Uma introdução à história editorial brasileira. *In*: \_\_\_\_\_. **Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias**, Vol. XIV, II série, 2002, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (Portugal), p. 57-83.

CHARTIER, Anne-Marie; CLESSE, Christiane; HÉBRARD, Jean. **Ler e escrever: entrando no mundo da escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CHARTIER, Roger. **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. **Revista das Revistas** – Estudos avançados, vol. 5, nº11, 1991, p. 173-191.

\_\_\_\_\_. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cultura Escrita, Literatura e História: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. **A aventura do livro – do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

COULANGEON, Philippe. **Sociologia das práticas culturais**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2014.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Vol. II**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

\_\_\_\_\_. **Introdução à sociologia**. Edições 70, 2005.

FORTALEZA, Elinete Maria Severiano. **Literatura Infantil Cearense: contos, encantos e desencantos**. (TCC em Especialização em leitura e formação do leitor). Universidade Federal do Ceará, 2005.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: Edusp, 2012.

JÚNIOR, Ismael de Andrade Pordeus. Cearensidade. *In*: CARVALHO, Gilmar de (org.). **Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

LAHIRE, Bernard. Campo. *In*: CATANI, Afrânio Mendes [et al] (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A construção do leitor. *In*: \_\_\_\_\_. **A formação da leitura no Brasil**. 2<sup>o</sup> edição. Editora Ática: São Paulo, 1998.

LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

\_\_\_\_\_. **Brasil em Imaginação. Livros, impressos e leituras infantis (1890 – 1915)**. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

LEBRUN, Jean. *In*: CHARTIER, Roger. **A aventura do livro – do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

LOPES, Francismar Alex de Carvalho. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, vol. 9, n. 1, 2005, p. 143-165.

LOPES, Paulo Rodrigo Soares. **Políticas Culturais no Ceará : as ações de interiorização da SECULT (2003 - 2006)**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Ceará, 2018.

MACHADO, Ana Maria. **Había una vez un tirano**. Buenos Aires: Sudamericana, 2016.

MARQUES, Rodrigo. **Literatura Cearense: outra história**. Fortaleza: Editora Dummar, 2018.

MARTÍNEZ, Ana Teresa. “Intelectuales de provincia: entre lo local y lo periférico”, **Prismas: Revista de historia intelectual**, n. 17, 2013.

MICELI, Sérgio. Introdução: A força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. I-LXI.

MONTENEGRO, Tércia. **Rachel: o mundo por escrito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

MUNIZ JR, José de Souza. **O grito dos pequenos: independência editorial e bibliodiversidade no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Balão Editorial. 2010.

\_\_\_\_\_. **Girafas e bonsais: editores “independentes” na Argentina e no Brasil (1991-2015)**. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Em busca do Ceará: a conveniência da cultura popular na figuração da cultura cearense (1948-1983)**. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Ceará, 2015

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. **Românticos e Folcloristas: cultura popular**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1994.

\_\_\_\_\_. Legitimidade e estilos de vida. In: \_\_\_\_\_. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Um outro território: ensaios sobre a mundialização**. São Paulo: Olho d'água, 2000.

\_\_\_\_\_. Sociedade e Cultura. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge (Org.). **Brasil – Um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PIÚBA, Fabiano dos Santos. **Patativa do Assaré: o poeta passarinho**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

REIMÃO, Sandra. **Mercado Editorial Brasileiro: 1960-1990**. São Paulo: Com-Arte: Fapesp, 1996.

SAPIRO, Gisèle. Prática (Teoria da). In: CATANI, Afrânio Mendes [et al] (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

\_\_\_\_\_. **La sociología de la literatura**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

SALES, Ana Cíntia Moreira; LEÃO, Andréa Borges. Um estudo sociológico sobre as práticas de leitura na escola. **Revista Idealogando**, v. 2, n. 2, p. 130-152, 2018.

SEIDL, Ernesto. Estratégia/Estratégias de reprodução. *In*: CATANI, Afrânio Mendes [et al] (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SILVA, Ozângela de Arruda. **Pelas rotas dos livros: Circulação de Romances e Conexões Comerciais em Fortaleza (1870-1891)**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2001.

SORÁ, Gustavo. **Brasileiras: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte, 2010.

SOUZA, Renata Junqueira de. Leitura e alfabetização: a importância da poesia infantil nesse processo. *In*: SOUZA, Renata Junqueira de. (Org.). **Caminhos para a formação do leitor**. São Paulo: DCL, 2004.

THOMPSON, John B. A polarização do campo. *In*: \_\_\_\_\_. **Mercadores de cultura: o mercado editorial no século XXI**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

VIANA, Klévisson. **A princesa encantada de Jericoacoara**. Fortaleza: Editora Dummar, 2017.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 1994.

\_\_\_\_\_. **Literatura Infantil: Autoritarismo e Emancipação**. São Paulo: Ática, 1987.

### ***Materiais de imprensa, documentos governamentais e outros.***

A dona da memória. **Páginas Azuis**. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuais/2006/01/06/noticiasjornalpaginasazuais,553303/a-dona-da-memoria.shtml>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

Ana Maria Machado: as histórias de vida por trás de uma grande contadora de histórias. **Saraiva Conteúdo**. Disponível em: <<http://www.saraivaconteudo.com.br/Materias/Post/56524>>. Acesso em: 19 de jan. de 2017.

**Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 25 de jul. de 2019.

**Base Nacional Comum Curricular – versão final.** Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 25 de jul. de 2019.

**Casa da Prosa.** Disponível em: <<https://www.casadaprosa.com/sobre>>. Acesso em: 29 de maio de 2019.

**Catálogo Infantil e Juvenil - Edições Demócrito Rocha 2013-2014.** Disponível em: <[https://issuu.com/edicoesdemocritorocha/docs/catalogo\\_edr\\_2013\\_-\\_web](https://issuu.com/edicoesdemocritorocha/docs/catalogo_edr_2013_-_web)>. Acesso em: 02 de ago. de 2017.

**Catálogo Infantil e Juvenil - Edições Demócrito Rocha 2014-2015.** Disponível em: <[https://issuu.com/edicoesdemocritorocha/docs/catalogo\\_edr-2014-2015\\_-\\_escolas](https://issuu.com/edicoesdemocritorocha/docs/catalogo_edr-2014-2015_-_escolas)>. Acesso em: 02 de ago. de 2017.

**Catálogo Infantil e Juvenil - Edições Demócrito Rocha 2015-2016.** Disponível em: <[https://issuu.com/edicoesdemocritorocha/docs/catalogo-edr\\_2015-2016-issu](https://issuu.com/edicoesdemocritorocha/docs/catalogo-edr_2015-2016-issu)>. Acesso em: 02 de ago. de 2017.

Entrevista a Klévisson Viana no podcast da Editora Dummar. **Folha de Rosto**, número 12. Disponível em: <<https://soundcloud.com/user-499629010/folha-de-rosto-5-um-bate-papo-com-klevisson-viana>>. Acesso em: 12 de jul. de 2019.

FLORES, Mileide; ARAGÃO, Cleudene; BRAVOS, Kelsen. **Unidos por um Ceará de Leitores - Breve histórico das Políticas Públicas para o Livro, Leitura e Literatura no Ceará.** Disponível em: <[https://forumdeliteraturace.files.wordpress.com/2011/09/memoria\\_fillec.pdf](https://forumdeliteraturace.files.wordpress.com/2011/09/memoria_fillec.pdf)>. Acesso em: 14 de jul. de 2019.

**FNDE – Programas do livro.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro>>. Acesso em: 02 de ago. de 2017.

**Fundação Demócrito Rocha.** Disponível em: <<http://fdr.org.br/democrito-rocha/>>. Acesso em: 02 de ago. de 2017.

História da Bienal. **Diário do Nordeste.** Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/2.804/historia-da-bienal-1.8344>>. Acesso em: 14 de jul. de 2019.

**IMEPH.** Disponível em: <<http://imeph.com.br/sobre-nos/>>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

Indústria editorial encolheu 17% na última década. **Publish News.** Disponível em: <<https://www.publishnews.com.br/materias/2017/05/23/industria-editorial-encolheu-17-na-ultima-decada>>. Acesso em: 15 de mar. 2019.

Literatura Infantil das Edições Demócrito Rocha. **Jornal O Povo.** Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2004/04/16/noticiasjornalopiniao,35>>

6777/literatura-infantil-das-br-edicoes-democrito-rocha.shtml>. Acesso em: 28 de set. de 2018.

MEC atrasa pagamento de didáticos. **Publish News**. Disponível em: <<https://www.publishnews.com.br/materias/2016/03/16/mec-atrasa-pagamento-de-didaticos>>. Acesso em: 15 de mar. de 2019.

MEC lança publicações do PNLD Literário e Didático e guia de tecnologias educacionais. **Portal do MEC**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/222-noticias/537011943/62561-mec-lanca-publicacoes-do-pnld-literario-didatico-e-guia-de-tecnologias-educacionais>>. Acesso em: 15 de mar. de 2019.

Nunca será demais o novo. **Anuário do Ceará**. Disponível em: <http://www.anuariodoceara.com.br/nunca-sera-demais-o-novo/>. Acesso em: 15 de ago. de 2018.

**O Povo**, 19 mar. 1980, p. 8, (Caderno Especial Artesanato).

**PAIC**. Disponível em: <<http://www.paic.seduc.ce.gov.br/>>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

**Parâmetros Curriculares Nacionais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12640:parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>. Acesso em: 25 de jul. de 2019.

**Pesquisa FIPE/CBL-SNEL**. Disponível em: <<http://cbl.org.br/downloads/fipe>>. Acesso em: 14 de jul. de 2019.

**Pesquisa GfK sobre Mercado de Livros – maio de 2019**. Disponível em: <[https://www.anl.org.br/docs/GfK\\_Mercado\\_de\\_Livros\\_Maio2019\\_ANL.pdf](https://www.anl.org.br/docs/GfK_Mercado_de_Livros_Maio2019_ANL.pdf)>. Acesso em: 14 de jul. de 2019.

**Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil**. Disponível em: <[http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_-\\_2015.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf)>. Acesso em: 14 de jul. de 2019.

**Plano Nacional de Cultura**. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 25 de jul. de 2019.

**Plano Nacional do Livro e Leitura**. Disponível em: <[http://antigo.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL\\_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660](http://antigo.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660)>. Acesso em: 25 de jul. de 2019.

**Plano Nacional do Livro e Leitura – Textos e história (2006-2010)**. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B5QJujJhZbE9Y3hleEJqVS1taG8/view>>. Acesso em: 25 de jul. de 2019.

PNBE naufraga em 2015. **Publish News**. Disponível em: <<https://www.publishnews.com.br/materias/2015/08/13/pnbe-naufraga-em-2015>>. Acesso em: 15 de mar. de 2019.

Poetisa Arlene Holanda, síntese biográfica. **Memória da Poesia Popular**. Disponível em: <<https://memoriasdapoesiapopular.com.br/2014/11/25/poetisa-arlene-holanda-sintese-biografica/>>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

**Programa Nacional do Livro Didático**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>>. Acesso em: 15 de mar. de 2019.

**Programa Nacional Biblioteca na Escola**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>>. Acesso em: 15 de mar. de 2019.

**Tupynanquim Editora**. Disponível em: <<http://tupynanquimeditora.blogspot.com/p/a-editora.html>>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

Um bate papo com o cordelista Klévisson Viana. **Blog da Editora Dummar**. Disponível em: <<http://blogs.opovo.com.br/editoradummar/2017/07/19/um-bate-papo-com-o-cordelista-klevisson-viana/>>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

**ANEXO A - PROGRAMAÇÃO DA EDIÇÕES DEMÓCRITO ROCHA/EDITORIA  
DUMMAR NA 12º BIENAL.**

<p><b>Programação Casa Vida &amp; Arte</b></p>	<p>Neste stand há uma programação especial esperando por você. Bate-papo com autores, sessão de autógrafos, oficina de desenho e histórias contadas. Agende-se:</p> 	<p><b>SABADO, 15/04</b></p> <p><b>16h</b> <b>Marília Lovatel</b> lança, hoje, a novela juvenil <i>Coração de Mosaico</i>. A partir as 16h, ela estará na Casa Vida &amp; Arte para um bate-papo e autografar livros.</p>  	<p><b>17h</b> <b>Isabel Figueiras.</b> jornalista, autora do livro reportagem <i>Recortes da diáspora síria</i>, conversará com leitores e comanda sessão de autógrafos.</p> 
<p><b>DOMINGO, 16/04</b></p>	<p><b>16h</b> <b>Solange Lasalvia</b> Conta Histórias. A escritora pernambucana é autora do livro <i>Sapenida e o Tesouro Perdido</i>. Neste dia ela encontrará com os pequenos leitores para contar-lhes a história do livro.</p>  	<p><b>17h</b> <b>Érico Firmo e Rosa da Fonseca</b> autografam juntos o <i>Rosa da Fonseca</i>, um dos novos títulos da Coleção Terra Bárbara lançados nesta Bienal. O jornalista Érico Firmo é o autor do livro.</p>  	<p><b>SEGUNDA-FEIRA, 17/04</b></p> <p><b>17h</b> <b>Raymundo Netto,</b> escritor, que lança o livro <i>Nito Maciel e Susana Fruituoso</i>, que escreveu o título <i>Moacir Lopes</i>, para a Coleção Terra Bárbara, batem papo sobre os livros e os autografam.</p>  
<p><b>TERÇA-FEIRA, 18/04</b></p>	<p><b>15h</b> <b>Wagner Castro,</b> historiador e pesquisador da música brasileira, lança e autografa o livro <i>Eduardo</i>, que leva o selo da Coleção Terra Bárbara.</p>  	<p><b>16h</b> <b>Ana Márcia Diógenes,</b> jornalista e professora universitária, conversa sobre o livro <i>De estuficante a felicitante: uma questão de gentileza</i>, que faz parte do projeto Eu Sou Cidadão, uma parceria entre a APDMCE e a Fundação Demócrito Rocha.</p>  	<p><b>19h</b> <b>Mona Gadelha,</b> cantora, compositora e produtora cultural, autografa <i>Petrúcio Maia</i>, da Coleção Terra Bárbara. Petrúcio é um dos principais nomes da música brasileira.</p>   
<p>Centro de Eventos do Ceará Av. Washington Soares, 666, 66600-000, Fortaleza, CE www.dummar.com.br @editoradummar</p>	<p><b>Realização:</b> <b>OXOPO</b></p> <p><b>Patrocínio:</b> <b>GOVERNO DO CEARÁ</b> SECRETARIA DE CULTURA</p> <p><b>Apoio:</b> <b>CBN</b> <b>OXOPO</b></p> <p><b>Patrocinadores:</b> <b>demócrito rocha</b> <b>demócrito rocha</b> <b>demócrito rocha</b> <b>demócrito rocha</b></p> <p><b>alva vida</b></p>	<p><b>ACOMPANHE NOSSA PROGRAMAÇÃO NA 12ª BIENAL DO LIVRO.</b></p> 	



QUARTA-FEIRA, 19/04

17h

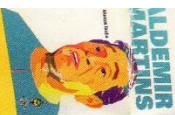
Camila Barbosa - Conta Histórias



18h

Marcos Tardin,

jornalista, autografa o livro *Audemir Martins*, novo título da Coleção Terra Bárbara, em companhia de Mariana Pabst, filha do pintor cearense, um dos grandes nomes das artes no país.



20h

Etnel de Paula(foto),

autora de *Mário Gomes*, e **Raphaelle Baista**, que escreveu *Dona Moocinha* – ambos para a Coleção Terra Bárbara – traçam um diálogo entre seus personagens e a cidade e autografam os livros.

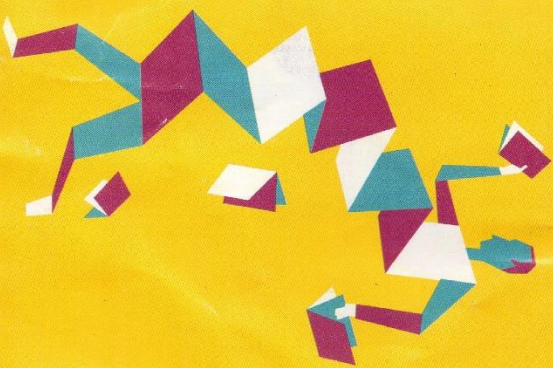


QUINTA-FEIRA, 20/04

18h

José Augusto Bezerra,

bibliófilo, e os professores **Angela Gutierrez** e **Sânzio de Azevedo** conversam sobre os lançamentos dos novos títulos da Coleção Clássicos Cearenses: *Em Sonho*, de Alba Valdez, *O caqueiro do Fagundes*, de Ararape Júnior, e *Os Brilhantes*, de Rodolfo Teófilo.

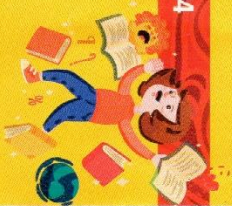


SEXTA-FEIRA, 21/04

16h

Camila Barbosa

Conta Histórias a partir dos livros da escritora **Socorro Acioli**.



17h

**Socorro Acioli**,

escritora com vários livros publicados e prêmios nacionais e internacionais recebidos, autografa livros e conversa com leitores.



18h

**Klévisson Viana**

lança e autografa seu novo cordel, *A princesa Encantada de Jericacoacara*.



SÁBADO, 22/04

16h

Camila Barbosa

Conta Histórias



17h

**Daniel Brandão**

Oficina de desenho e sessão de autógrafos do livro *Liz*.

18h

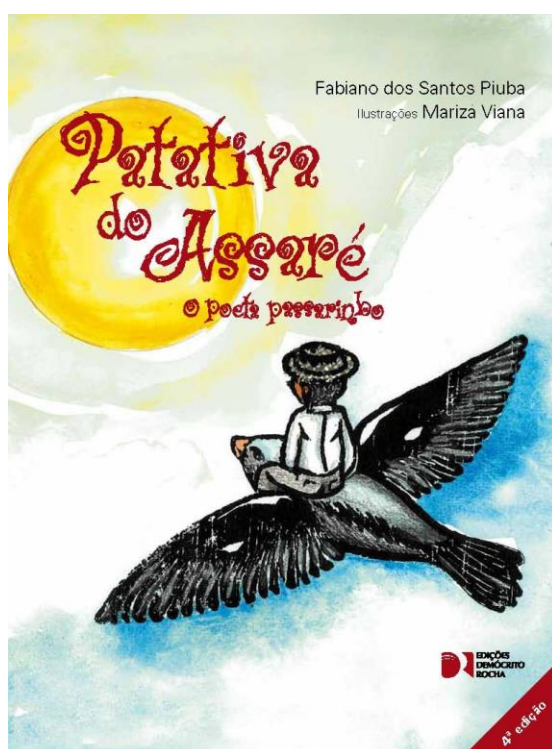
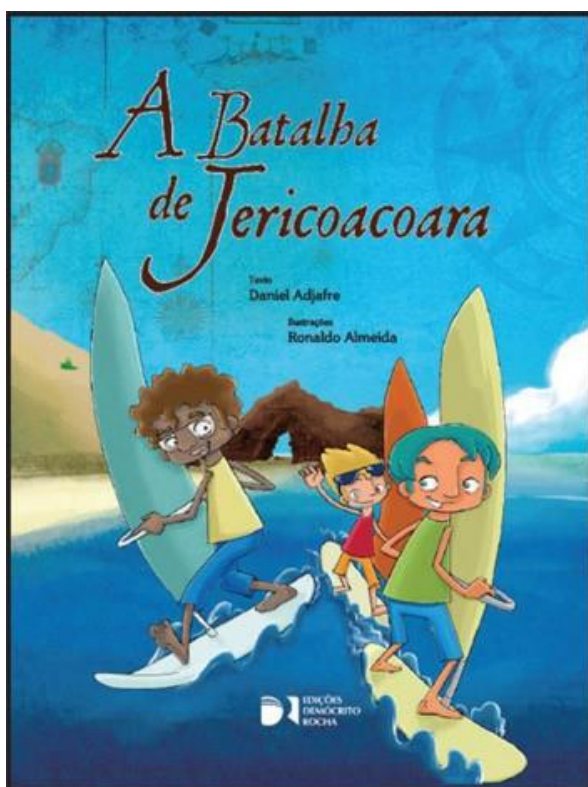
**Max Franco**,

romancista, autor dos livros *Na corda bamba* e *No fio da navalha*, entre outros, conversa com leitores e autografa a nova edição dos títulos.



## ANEXO B – CAPAS DOS LIVROS

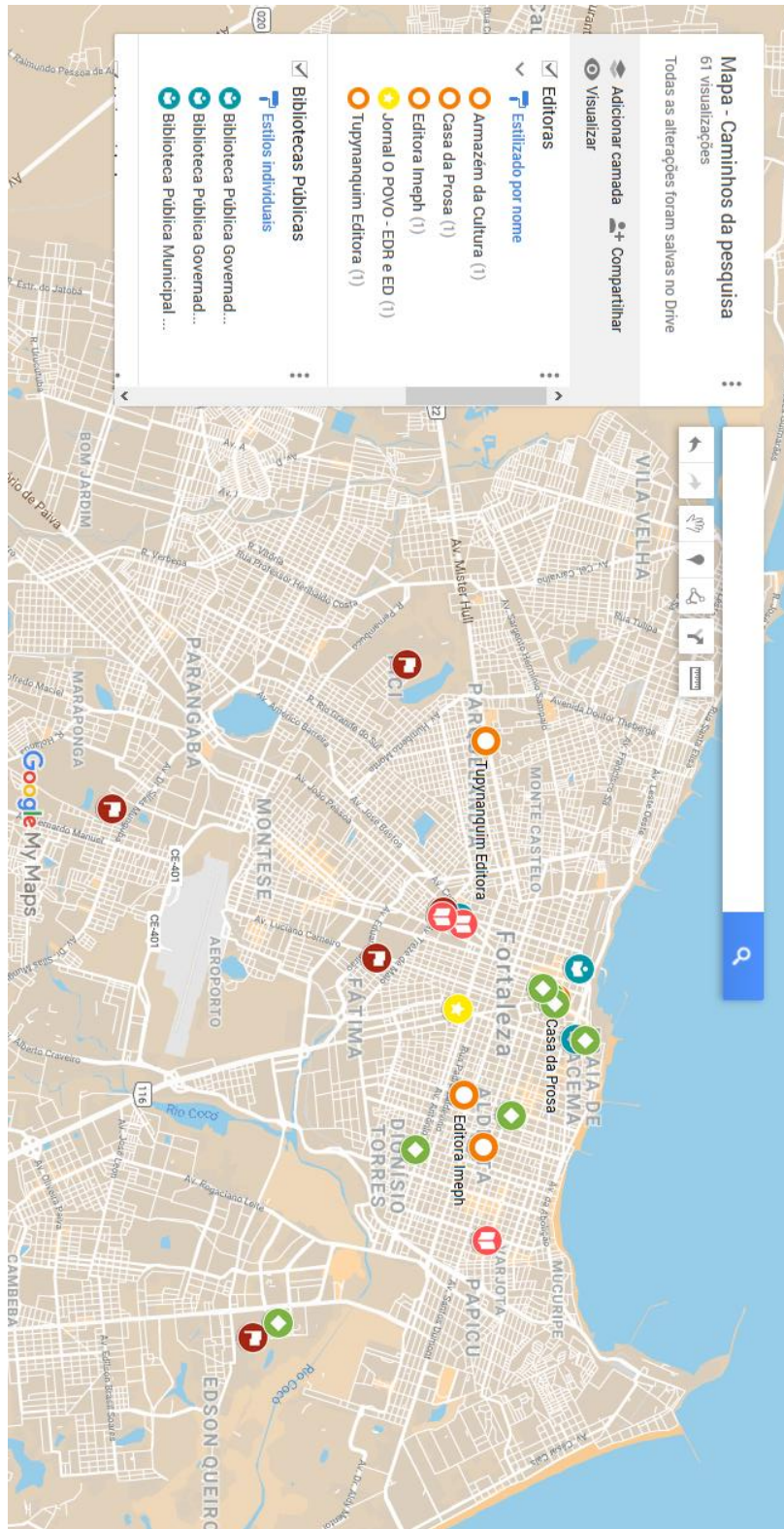




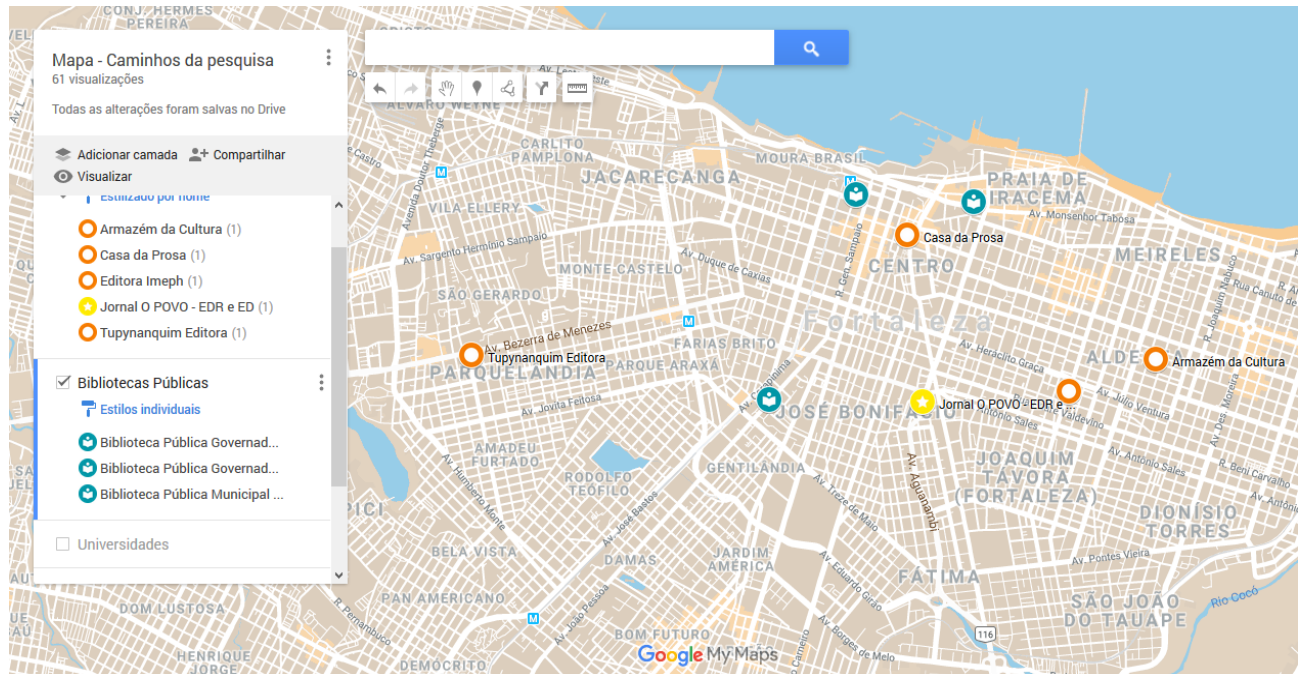
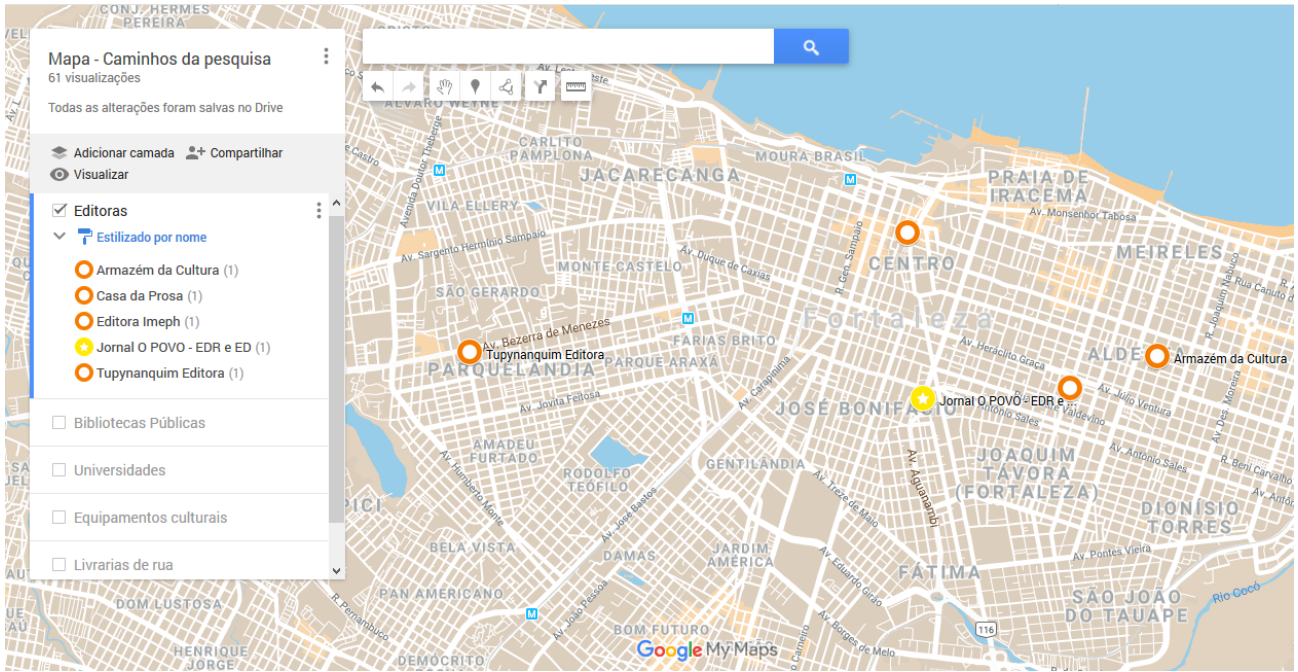
## ANEXO C – FOTO DA LIVRARIA DUMMAR

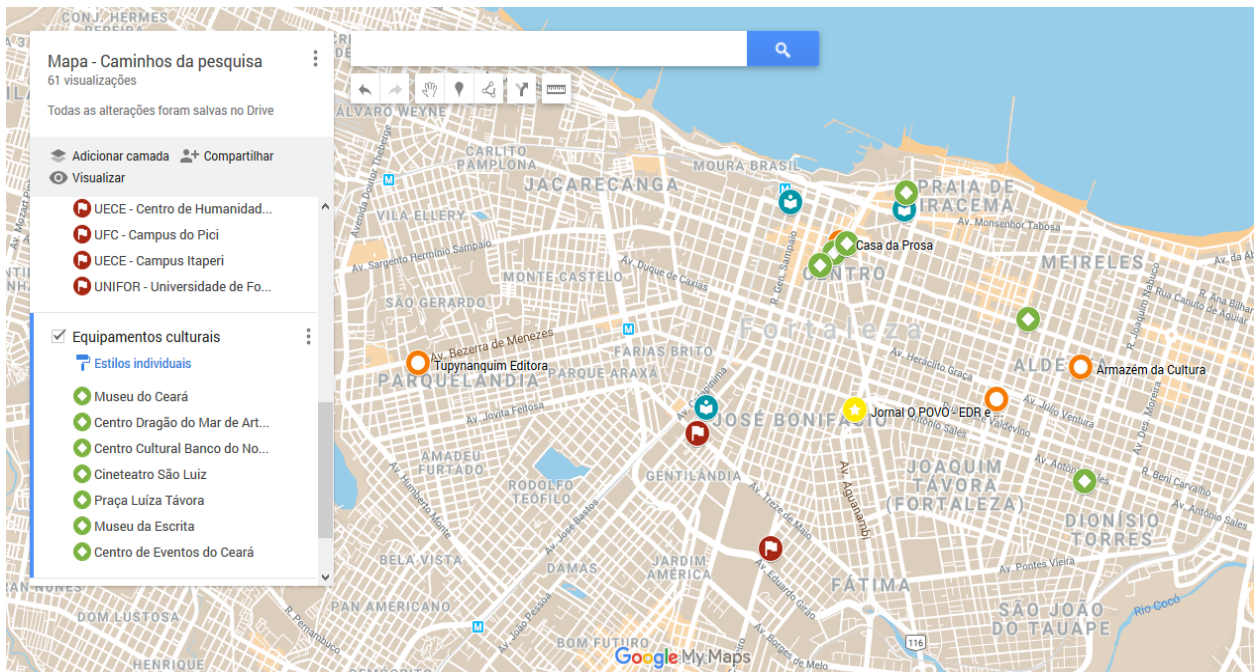
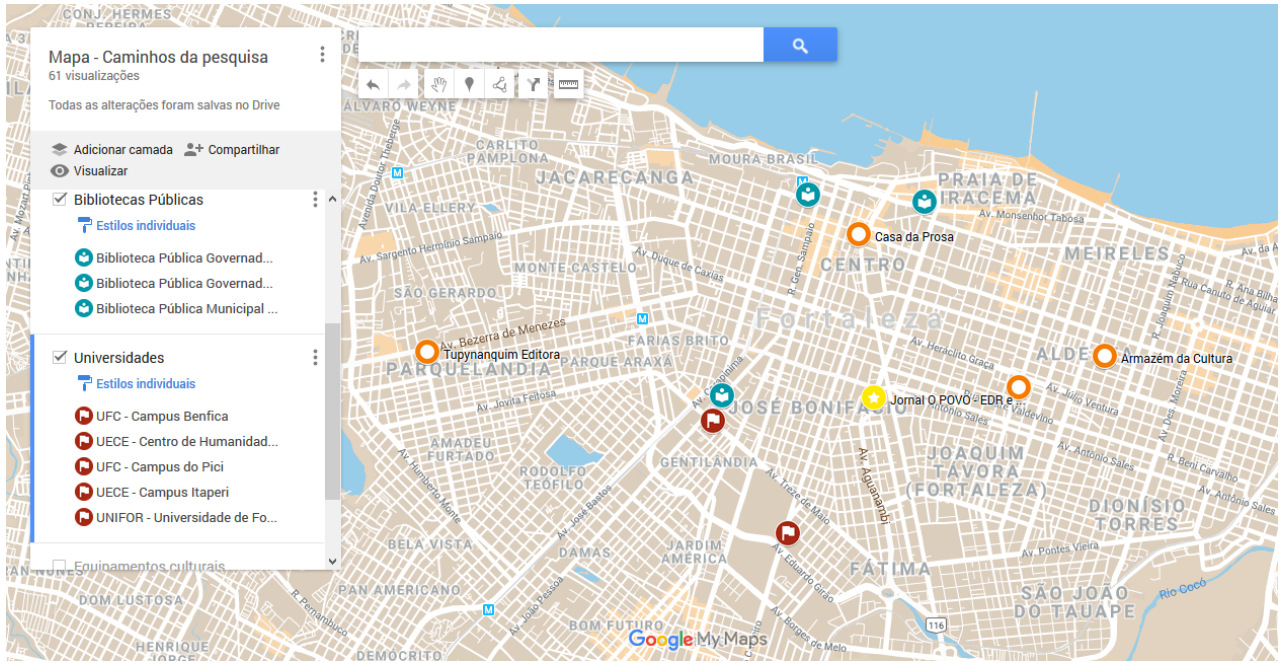


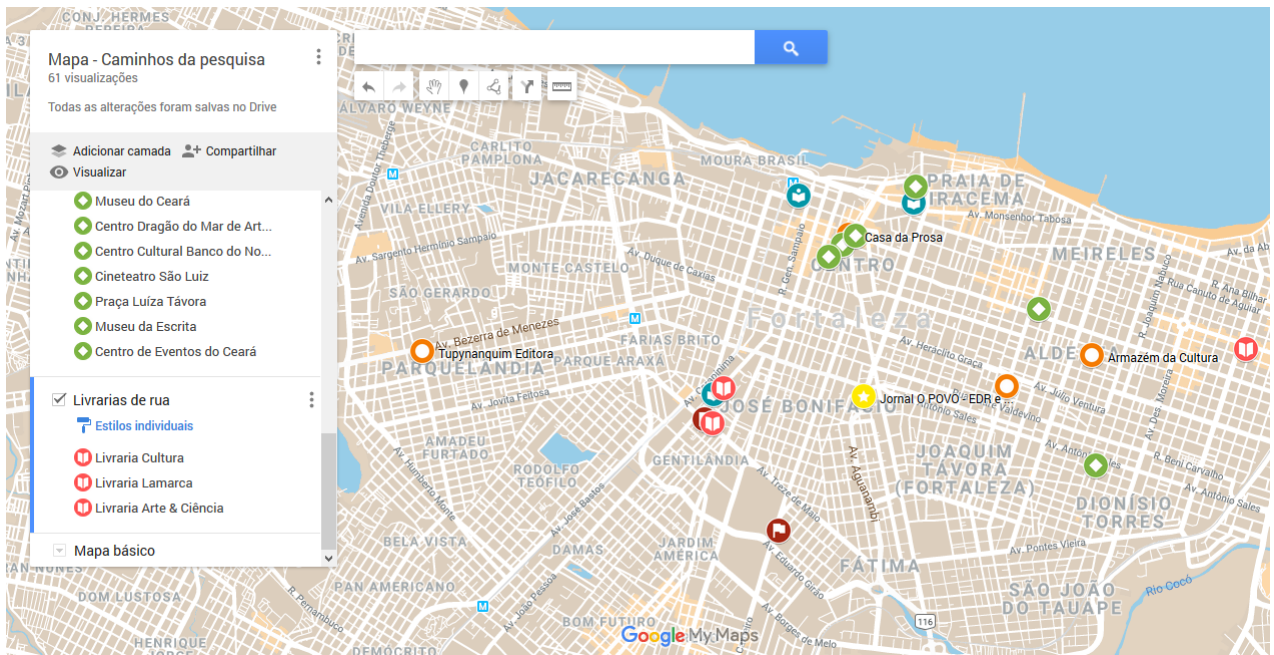
## APÊNDICE A – MAPA – CAMINHOS DA PESQUISA



Visão ampla – espaços onde a pesquisa passou ou se conectou em algum momento. Editoras, equipamentos culturais e espaços de legitimação (jornal, universidades, bibliotecas públicas mais conhecidas e livrarias).









**APÊNDICE B – FOTOS DO STAND DA EDIÇÕES DEMÓCRITO ROCHA/EDITORIA DUMMAR NA 12º BIENAL.**

